



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE**



LUCIANE TOLEDO MONTEIRO

**AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS FRENTE A LEI 10.639/2003 NA ESCOLA
ESTADUAL PROFESSORA DÓRIS MENDES TRINDADE NO MUNICÍPIO DE
AQUIDAUANA-MS (2016 a 2019)**

Campo Grande/MS

2021

LUCIANE TOLEDO MONTEIRO

**AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS FRENTE À IMPLEMENTAÇÃO DA LEI
10.639/2003 NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA DÓRIS MENDES TRINDADE
NO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA-MS (2016 a 2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Educação, da Universidade
Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária
de Campo Grande, como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Formação de Professores e
Diversidade.

Orientadora: Profa. Dra Bartolina Ramalho Catanante.

Campo Grande/ MS

2021

S581c Monteiro, Luciane Toledo.
As práticas pedagógicas frente à implementação da lei 10.639/2003 na escola estadual Dóris Mendes Trindade no município de Aquidauana-MS (2016 a 2019 / Luciane Toledo Monteiro. – Campo Grande, MS: UEMS, 2021.
133f.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Educação –
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2021.
Orientadora: Prof. Dra. Bartolina Ramalho Catanante.

1. Práticas pedagógicas 2. Relações étnico-raciais 3. Escola 4.
Educação I. Título

CDD 23. ed. - 371.12

LUCIANE TOLEDO MONTEIRO

**AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS FRENTE À LEI 10.639/2003 NA ESCOLA
ESTADUAL PROFESSORA DÓRIS MENDES TRINDADE NO MUNICÍPIO DE
AQUIDAUANA-MS (2016-2019)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande - MS, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Formação de Educadores.

Aprovada em.... /..... /....

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Bartolina Ramalho Catanante (Orientadora)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Profa. Dra. Maria Clareth Gonçalves Reis. (titular)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Profa. Dra. Vilma Miranda de Brito. (titular)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Profa. Dra. Léia Teixeira Lacerda (suplente interno)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Profa. Dra. Cândida Soares da Costa (suplente externo)
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Ao meu esposo e filhas pela compreensão
E por acreditarem em mim.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me abençoado com sua graça e iluminado meu caminho em mais uma etapa da minha vida.

À Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul por proporcionar um Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação de grande relevância e contribuição.

À minha orientadora professora Dr^a Bartolina Ramalho Catanante, pela sua contribuição em minha aprendizagem e pela dedicação que teve ao longo desse trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação que participaram da banca e contribuíram com as suas experiências.

Aos meus pais e irmãos, cada um em sua singularidade, que servem de exemplos a serem seguidos.

A diretora escolar Marinete dos Santos Batista Silva que possibilitou a realização da minha pesquisa, aproximando-se assim do meu objeto de pesquisa.

Às minhas colegas de turma no Mestrado, Simone e Sheila, que prontamente colaboraram para a minha pesquisa, não medindo esforços temporais para a finalização desta.

A minha colega Elisângela que me deu grande apoio durante a pesquisa.

Aos professores e coordenadores pedagógicos da Escola Estadual Dóris Mendes Trindade que motivam todas as possibilidades de mudanças no fazer pedagógico de uma escola.

MONTEIRO, Luciane Toledo. **As Práticas Pedagógicas frente à implementação da lei 10.639/2003 na escola estadual Dóris Mendes Trindade no município de Aquidauana-MS**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande / MS, 2021.

RESUMO

A presente pesquisa teve como ponto de partida a identificação em minha experiência de sala de aula de uma série de dificuldades quando foi proposta pela comunidade escolar a comemoração da data do dia 20 de novembro, “Dia da Consciência Negra”. Durante o planejamento dessa atividade, senti dificuldades de embasamento teórico sobre o assunto. Tem como objeto Práticas Pedagógicas antirracistas, que contribuem para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira com o objetivo de analisar quais práticas pedagógicas docentes nortearam as ações que priorizam o ensino sobre a História e a Cultura Afro-brasileira e Africana, no Ensino Médio da Escola Estadual Professora Dóris Mendes Trindade em Aquidauana-MS. No alcance do objetivo principal foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) Identificar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores do Ensino Médio, em relação ao ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na Escola Estadual Professora Dóris Mendes Trindade a partir da implementação da Lei 10.639/2003; b) Verificar quais metodologias de ensino são utilizadas pelos professores do Ensino Médio na Escola Estadual Dóris Mendes Trindade para trabalhar as relações étnico-raciais com o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana; c) Investigar quais desafios que a temática sobre o ensino da História e cultura afro-brasileira e africana se apresentam aos professores do Ensino Médio, para subsidiar a ação docente e a prática pedagógica na Escola Estadual Dóris Mendes Trindade em Aquidauana-MS. A metodologia teve por base a pesquisa qualitativa de campo, com dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas com 08 professores, para constatação e comparação das práticas docentes no qual utilizamos como embasamento teórico Gil (2008) ; Lüdke, Menga (1986) ; Manzini (1990/1991) e por meio da análise documental (Projeto Político Pedagógico, Projeto Consciência Negra e documentos). E também o campo teórico da pesquisa fundamentou-se nos estudos dos seguintes autores: Gadotti (1997), Frigotto (1991) ; Gatti, (2017); Gomes (2003); Basso (1988); Munanga (2005); Silva (2007); Freire, (1981); Dias (2012). O interesse pela pesquisa, bem como a escolha da escola a ser pesquisada surgiu a partir da participação e discussão no Grupo de Estudo e Pesquisa em Política, Planejamento Educacional e História Étnico-Racial-GEPPEHER (UEMS), em que verificamos que essa escola trabalhava com projetos na promoção de atividades diferenciadas, com enfoque em ações afirmativas sobre o negro e o fortalecimento da Lei 10.639/2003. Na análise dos dados verificamos que houve envolvimento dos professores com as práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, por meio do Projeto Consciência Negra. No entanto, constatamos, a falta de formação continuada sobre a temática. Fundamentada nos dados obtidos, construímos uma proposta de intervenção de formação de professores, com aporte pela teoria histórico-cultural de Silva e Gatti (Apêndice A). A proposta visa realizar discussões acerca de práticas pedagógicas antirracistas no Ensino Médio, privilegiar formas de intervenção pedagógica, com a intenção de contribuir com o processo de ensino e aprendizagem dos professores da escola.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas. Relações étnico-raciais. Escola. Educação

MONTEIRO, Luciane Toledo. **As Práticas Pedagógicas frente à implementação da lei 10.639/2003 na escola estadual Dóris Mendes Trindade no município de Aquidauana-MS.** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande / MS, 2021.

ABSTRACT

The present research had as a starting point the identification in my classroom experience of a series of difficulties when it was proposed by the school community to commemorate the date of November 20th, “Day of Black Consciousness”. During the planning of this activity, I felt difficulties in getting a theoretical basis on the subject. Its object is Anti-racist Pedagogical Practices, which contribute to the teaching of Afro-Brazilian History and Culture in order to analyze which teaching pedagogical practices have guided the actions that prioritize the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture in High School. from the State School Professor Dóris Mendes Trindade in Aquidauana-MS. In order to reach the main objective, the following specific objectives were established: a) To identify the pedagogical practices developed by high school teachers, in relation to the teaching of Afro-Brazilian and African history and culture at the State School Professor Dóris Mendes Trindade from the implementation of the Law 10.639/2003; b) To verify which teaching methodologies are used by high school teachers at the Dóris Mendes Trindade State School to work on ethnic-racial relations with the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture; c) Investigate what challenges the subject of the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture presents to high school teachers, to subsidize the teaching action and pedagogical practice at Escola Estadual Dóris Mendes Trindade in Aquidauana-MS. The methodology was based on qualitative field research, with data collected through semi-structured interviews, carried out with 08 teachers, to verify and compare teaching practices in which we used as theoretical basis Gil (2008) ; Ludke, Menga (1986); Manzini (1990/1991) and through document analysis (Political Pedagogical Project, Black Consciousness Project and documents). Also, the theoretical field of research was based on the studies of the following authors: Gadotti (1997), Frigotto (1991) ; Gatti, (2017); Gomes (2003); Basso (1988); Munanga (2005); Silva (2007); Freire, (1981); Days (2012). The interest in the research, as well as the choice of the school to be researched, emerged from the participation and discussion in the Study and Research Group on Politics, Educational Planning and Ethnic-Racial History-GEPPEHER (UEMS), in which we verified that this school worked with projects to promote differentiated activities, with a focus on affirmative actions on black people and the strengthening of Law 10,639/2003. In the analysis of the data, we verified that there was involvement of the teachers with the pedagogical practices aimed at the development of the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture, through the Black Consciousness Project. However, we found a lack of continuing education on the subject. Based on the data obtained, we built an intervention proposal for teacher training, based on the historical-cultural theory of Silva and Gatti (Appendix A). The proposal aims to carry out discussions about anti-racist pedagogical practices in High School, favoring forms of pedagogical intervention, with the intention of contributing to the teaching and learning process of school teachers.

Keywords: Teaching practices. Ethnic-Racial Relations. School. Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Município de Aquidauana – Estado de Mato Grosso do Sul.....	61
Figura 2 – Classe de rendimento domiciliar por domicílios.....	63
Figura 3 – Mapa de Localização Geográfica da Comunidade Negra Rural Quilombola Furna dos Baianos.....	64
Figura 4 – Furnas dos Baianos divididas pelo Córrego das Antas.....	65
Figura 5 - Vestimentas negra.....	78
Figura 6 - Consciência Negra	79
Figura 7 - Imagens de personagens negras	84
Figura 8 - Racismo em tempos modernos.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Atividades produzidas pelos professores	77
Quadro 2 – Procedimentos didáticos pedagógicos.....	87
Quadro 3 – Objetivos pretendem alcançar.....	90
Quadro 4 – Desafios encontrados.....	92
Quadro 5 – Instrumentos utilizados.....	94
Quadro 6 – Transformações significativas.....	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
- BDTD – Banco de Teses e Dissertação
- BNCC – Base Nacional Comum Curricular
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
- CNE - Conselho Nacional de Educação
- DCN'S – Diretrizes Curriculares Nacionais
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- GEPPEHER - Grupo de Estudos e Pesquisa em Política e Planejamento Educacional e Formação de Professores para a Educação das Relações Étnico-Racial
- IPEAFRO - Instituto de Pesquisas e Estudos Afro - Brasileiro
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LADBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MS - Mato Grosso do Sul
- MEC – Ministério da Educação e Cultura
- OMS – Organização Mundial da Saúde
- PAR - Plano de Ações Articuladas
- PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
- PNE – Plano Nacional de Educação
- PCN – Paramêtro Curricular Nacional
- PEE – Plano Estadual de Educação
- PPP – Projeto Político Pedagógico
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PNE – Plano Nacional de Educação
- PROFEDUC – Programa de Pós-graduação – Mestrado Profissional em Educação
- PROJETEC – Professor Coordenador de Tecnologia
- SED – Secretaria Estadual de Educação
- SEPIR - Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial
- SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
- SEMED - Secretaria Municipal de Educação
- UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
- UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Caminho da pesquisa.....	Erro! Indicador não definido.
1 CAPÍTULO I - ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: PERCURSOS E DESAFIOS.....	26
1.1 Legislações Educacionais e a inclusão no currículo oficial de ensino sobre a temática História e Cultura Afro-Brasileira e indígena da Lei 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008.....	26
1.1.1 Plano Nacional de Educação (PNE)	29
1.1.2 O Plano Estadual de Educação.....	33
1.1.3 Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação para as Relações Étnico-Raciais (DCNs)	37
1.1.4 Base Nacional Comum Curricular – Ensino Médio	38
1.2 A Lei 10.639/2003 para o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana.	41
1.3 A Educação para o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena	45
1.4 As concepções das práticas pedagógicas para as relações étnico-raciais.....	48
2 CAPÍTULO II: O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO.....	54
2.1 A escola como espaço de construção para as relações étnico-raciais.....	54
2.2 A importância da cultura, identidade e educação para as relações étnico-raciais ...	57
2.3 A importância dos movimentos sociais para reconhecimento identitário	58
2.4 A educação étnico-raciais no espaço escolar	60
2.5 Lócus da Pesquisa: Escola Dóris Mendes Trindade em Aquidauana-MS	62
2.6 A Comunidade Quilombola Furna dos Baianos	64
3 CAPÍTULO III CAMINHOS PARA PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DESAFIADORAS (ERER) – COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	70
3.1 Coleta de dados	70
3.1.2 Proposta Pedagógica da escola	70
3.1.3 Acesso aos documentos	71
3.2 - Análises de dados.....	73
3.2.1 Entrevistas	73

CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS.....	101
APÊNDICES	109

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu-Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e tem como tema o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Desse modo, buscamos apresentar nesta introdução — além dos elementos que compreendem a sua composição — o percurso escolar desta pesquisadora, a fim de situar o leitor em relação a escolha do tema da pesquisa.

O interesse por essa escola surgiu a partir da discussão no Grupo de Estudo e Pesquisa em Política, Planejamento Educacional e História Étnico-Racial-GEPPEHER (UEMS), em que verificamos que essa escola trabalhava com projetos na promoção de atividades diferenciadas, com enfoque em ações afirmativas e o fortalecimento da Lei 10.639/2003.

Embora tenhamos essa lei que contempla o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos currículos da Educação Básica no Brasil, muitas instituições de ensino não desenvolvem esse assunto em suas disciplinas. A Escola Dóris Mendes Trindade é uma das que tem esse trabalho como tradição. É de conhecimento da comunidade acadêmica e do movimento negro, o histórico de trabalhos realizados por essa escola durante o ano letivo, culminando com apresentações no dia 20 de novembro em comemoração ao dia da Consciência Negra.

À vista disso, elegemos como objeto de pesquisa Práticas Pedagógicas antirracistas, que contribuem para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. Assim sendo, a questão que se coloca é: em que medida as práticas pedagógicas docentes desenvolvidas no Ensino Médio da Escola Estadual Dóris Mendes Trindade em Aquidauana-MS, no período de 2016 a 2019, contemplam o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana?

Na busca pela resposta a essa indagação, tracei, como objetivo geral: analisar quais práticas pedagógicas docentes norteiam as ações que priorizam o ensino sobre a História e a Cultura Afro-brasileira e Africana, no Ensino Médio da Escola Estadual Dóris Mendes Trindade em Aquidauana-MS, no período de 2016 a 2019.

No alcance do objetivo geral propus os seguintes objetivos específicos:

a) Identificar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores do Ensino Médio, em relação ao ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na escola estadual Dóris Mendes Trindade a partir da implementação da Lei 10.639/2003;

b) Verificar quais metodologias de ensino são utilizadas pelos professores do Ensino Médio na Escola Estadual Dóris Mendes Trindade para trabalhar as relações étnico-raciais

com o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana;

c) Investigar quais desafios que a temática sobre o ensino da História e cultura afro-brasileira e africana se apresentam aos professores do Ensino Médio, para subsidiar a ação docente e a prática pedagógica na Escola Estadual Dóris Mendes Trindade em Aquidauana-MS, no período de 2016 a 2019.

O método de investigação escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foi o materialismo histórico dialético. Consideramos que esse método aprofunda a análise da relação de homem em sociedade, nos mostra suas ações históricas e o reflexo disso na sociedade. Assim, uma reflexão sobre a teoria e a prática do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, ajudar-nos-á a compreender a realidade da Escola Dóris Mendes Trindade e seus sujeitos históricos.

Valho-me das afirmações de Frigotto (1991), para quem a pesquisa realizada por meio do materialismo histórico-dialético contribui na produção de um conhecimento crítico, capaz de compreender e conduzir a uma ação transformadora, levando em conta o conhecimento contemporâneo e histórico social, em que a teoria e a prática caminhem articuladas.

A Metodologia escolhida foi da abordagem de pesquisa qualitativa de campo, tendo como ferramenta de coleta de dados, a entrevista semiestruturada direcionada aos professores (Apêndice B). É de suma importância que a coleta de dados deva estar de acordo com o problema a ser investigado, validado pela teoria, tendo em vista que, segundo Gil (2008), é importante “identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento”. (GIL, 2008, p. 27).

Em relação a esse tipo de entrevista, Lüdke e Menga (1986) afirmam que [...] “a entrevista semiestruturada, se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações” (LÜDKE e MENGA, 1986, p. 34). Outro autor que explicita a importância dessa entrevista é Manzini (2004) ao salientar que a entrevista semiestruturada está direcionada a uma temática sobre a qual construímos um roteiro com indagações principais, ligadas por outras questões referentes ao contexto da entrevista.

Contudo, o entrevistado é orientado com questionamentos previamente elaborados para não se desviar e caminhar para novas indagações propostas pelo entrevistador. Portanto, mesmo que o entrevistado tente mudar o que foi proposto pelo entrevistador, o caminho projetado é retomado com novas indagações.

Assim, para esta pesquisa, as entrevistas foram realizadas com oito professores, por meio das ferramentas on-line que — em um momento histórico singular de pandemia — foi

possível realizar. Com lives previamente agendadas, as entrevistas ocorreram por meio da plataforma google meet e/ou pelo whatsapp, com o objetivo de compreender as práticas pedagógicas desses profissionais, realizadas na Escola Estadual Dóris Mendes Trindade em Aquidauana- MS.

O roteiro da entrevista semiestruturada se deu a partir da coleta de dados com informações sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores, tempo de formação, disciplina que ministra na escola, tempo de atuação na escola Dóris Mendes Trindade, de forma especial, nas turmas de Ensino Médio, se desenvolve projetos com temas voltados aos conhecimentos culturais e científicos produzidos pelos grupos étnico-raciais, entre outras perguntas previstas no questionário (Apendice B).

A interação entre esta pesquisadora e os entrevistados ocorreu em um clima de respeito, cordialidade, tranquilidade e confiança, dentro das considerações defendidas por LÜDKE e MENGA (1986) quando afirmam que no momento da entrevista, é importante ouvir e deixar as informações fluírem naturalmente, garantindo a confiança, para que o pesquisado sintá-se à vontade em responder às perguntas. Esse clima de confiança é muito importante para a qualidade da pesquisa.

Dessa forma, a coleta dos dados por meio das entrevistas nos proporcionou avançar com as informações sobre as práticas pedagógicas docentes, que priorizam o ensino sobre a História e a Cultura Afro-brasileira e Africana, no Ensino Médio, na escola Dóris Mendes Trindade em Aquidauana, fornecendo-nos subsídios para o alcance dos objetivos propostos pela pesquisa. No próximo item procuro apresentar como se deu todo o processo de planejamento e desenvolvimento da pesquisa.

Percurso da pesquisadora em relação à escolha do tema

Nasci em São Paulo capital, no bairro Santo Amaro, onde meus pais residiram por cerca de sete anos. Passado esse tempo e devido a problemas de saúde, retornaram a sua cidade natal, Corumbá-MS.

Iniciei meus estudos na Escola Salesiana Santa Teresa, em Corumbá-MS, na qual permaneci da Pré-Escola até as séries iniciais, na época quinta série. Era uma escola rígida, ministrada por padres até a vestimenta dos estudantes era impecável, todos devidamente uniformizados e impreterivelmente frequentadores das missas às quintas-feiras. Na ocasião, havia competição de leituras bíblicas e perguntas para decorar e responder.

A escola oferecia ações culturais como: festa junina, datas comemorativas com desfiles de aniversário da cidade, teatro infantil e histórias infantis pelas quais era apaixonada.

Amava os contos de fadas como: chapeuzinho vermelho, branca de neve... Chegava até sonhar. Além dos saberes culturais que a escola me proporcionou, na cidade de Corumbá conheci o carnaval. É uma cidade multicultural, com festivais e samba que me inspiravam muito, bem como poesias maravilhosas, que traziam significados e mensagens sobre o povo negro. Aprendi a apreciar o samba, ritmos e batidas. Meu pai e família tocavam cavaquinho e violão.

Após cinco anos, meu pai concluiu seus estudos em Corumbá no curso superior de ciências contábeis e passou em um concurso em Campo Grande. Novamente nos mudamos de cidade, almejando uma vida próspera.

Uma certa ocasião, aos 06 anos de idade quando iniciei na escola, ainda em Corumbá, comecei a notar que a minha mãe sempre questionava sobre o meu cabelo, pois era armado e encaracolado, creio que ela não sabia lidar com ele, assim como eu. Por esse motivo tinha o hábito de prendê-los. Foi então que comecei a indagá-la sobre o porquê eu tinha aqueles cabelos?

Nunca tivemos discussões sobre a história ou cultura da minha família, quando perguntava sobre as minhas raízes para minha avó paterna, mal mencionava sobre o assunto. Queria saber por que os meus cabelos sempre cresciam mais para cima? Por que minhas tias e a maioria das minhas primas tinham o cabelo cortados bem baixinho?

A família do meu pai é descendente de negros, entretanto, naquele tempo, não me incluía como tal, tão pouco tinha esse entendimento. Achava que minha família era branca; os negros eram integrantes de outras famílias, não a minha. Até porque minha família materna é descendentes de Italianos, Paraguaio e Alemães.

Quando mocinha encontrei uma foto do meu bisavô, vi que ele era negro, foi aí que tive um certo entendimento sobre a minha cor parda e meu cabelo encaracolado. Deparei-me com um avô negro, não moreno, “escuro” como dito até então.

Essa situação e os questionamentos que eu tinha fizeram emergir em minha consciência memórias longínquas. Reacendeu-se em mim o desejo de escrever sobre algo que é quase tabu de se mencionar em um país onde, embora as pesquisas atestem que é racista, as pessoas se autodeclararam como não racistas, principalmente as famílias que silenciam sobre essa condição.

Já em Campo Grande fui matriculada na escola em que minha mãe lecionava as disciplinas de Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Senti uma diferença considerável entre as escolas. Na primeira, “Santa Teresa” em Corumbá, tínhamos incentivos culturais e no esporte, em contrapartida estava em outra realidade: choque de cultura, conteúdos e professores. Compreendi, naquele momento, que no meu ginásio — como era chamado o Ensino

Fundamental do 6º ao 8º ano — não teria a mesma motivação, bem como no Ensino Médio.

Filha de professora, inspirava-me em minha mãe, pois ainda não tinha claro qual seria o meu itinerário. Recordo-me que chegava em casa contando sobre as histórias da sala de aula, ora boas, ora ruins. Ao relatá-las, ia me identificando com a educação. Foi então que, ao escolher um curso superior, ingressei no curso de Pedagogia, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Na época, esse curso habilitava da Pré-Escola até o Ensino Médio, ofício esse que muito me orgulha e me realiza profissionalmente.

Justamente foi ao exercer minha profissão que me deparei com o tema “negritude”. Em uma das capacitações de que participei, ao iniciar a minha carreira, levantou-se um assunto acerca dos traços negros. Foi então que uma colega virou e disse: —Você é negra! Olha para o seu cabelo! Diante daquelas palavras, fiquei em choque, porque realmente eu era, contudo não me reconhecia como uma. Essa mesma colega tinha o cabelo encaracolado, todavia por sua cor de pele clara, não se via como negra.

Todo esse embrolho me inquietou, tínhamos os cabelos encaracolados, traços negros, mas não nos reconhecíamos como tal. Esse fato foi algo que me marcou e conscientizou-me a me reconhecer com uma pessoa negra.

Graduada há vinte anos e com habilitação nas séries iniciais, não obtive disciplina alguma na graduação que contemplasse o ensino da história, cultura afro-brasileira e africana. Embora em sala de aula tivesse muitas situações com estudantes do Ensino Fundamental que seriam propícias para abordar esse tema.

Como professora de escola pública conheci pessoas de diferentes grupos étnico-raciais, cada um com suas histórias, crenças e culturas. Compreendi que a escola é um riquíssimo espaço de interação e socialização, que deve ser valorizado.

Em 2010, atuava como professora das séries iniciais em uma escola pública municipal de Campo Grande-MS, localizada na periferia da cidade, com uma clientela composta por estudantes que vinham de outros bairros, em sua maioria de famílias de baixa renda. Foi nesse momento que realmente voltei meu olhar para a temática escolhida.

Nesse sentido, algumas das experiências que tive em sala de aula, fizeram-me refletir sobre o meu papel de educadora, possibilitando-me a apropriação de conhecimentos e embasamentos teóricos aptos para o entendimento sobre as relações étnico-raciais e o ensino da cultura afro-brasileira e africana. Isso ocorreu no ano de 2016, a partir das experiências com estudantes dos quintos anos do Ensino Fundamental, quando surgiu a necessidade de modificar minhas práticas pedagógicas, para desenvolver um trabalho voltado para as relações étnico-raciais.

Nesse mesmo ano, foi proposta pela comunidade escolar a comemoração da data do

dia 20 de novembro, “Dia da Consciência Negra”. Desenvolvemos o tema e confeccionamos cartazes para expor no pátio da escola, juntamente com as outras turmas. Durante o planejamento dessa atividade, senti dificuldades de embasamento teórico sobre o assunto. Recorri aos livros didáticos de história adotados pela escola, foi quando percebi que não contemplavam o tema.

Fiquei frustrada em não encontrar materiais pedagógicos que me auxiliassem na pesquisa, da mesma maneira que não possuía compreensão sobre o tema. Tanto na graduação quanto nas formações ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), não houve debates e conteúdos sobre esse tema, salvo aos professores da disciplina de História, que abordavam esse conteúdo nos anos finais do Ensino Fundamental, durante o ano letivo.

Desse modo, recorri a um professor que dava aula nas turmas de sextos e sétimos anos, que gentilmente me cedeu alguns materiais pedagógicos, referências de livros e sites para pesquisa. A partir desses materiais desenvolvi a temática na semana da Consciência Negra, por meio de debates e discussões em sala de aula embasadas nas seguintes indagações: Por que a escolha do dia 20 de novembro para celebrar o dia da Consciência Negra? Quem foi Zumbi dos Palmares e qual a importância dele para o povo negro? E o que era um Quilombo?

Com essas discussões percebi o interesse da maioria dos estudantes em relação à temática Consciência Negra, também passei a perceber mais a presença e a participação nas atividades por parte de vários estudantes negros (pardos) e pobres, moradores da periferia da cidade de Campo Grande.

Nesse sentindo, descobri que o tema consciência negra tinha todo um contexto histórico e como esse contexto estava ligado à própria história dos estudantes. As diferenças socioeconômicas e históricas observadas explicavam as desigualdades, o racismo e o preconceito existentes na sala de aula e como isso se refletia no ensino e aprendizagem desses estudantes. Por esse motivo, senti que deveria mudar as minhas práticas pedagógicas no cotidiano escolar e aprofundar os estudos sobre a história e cultura afro-brasileira e africana.

Uma das experiências marcantes durante o desenvolvimento do tema na semana da consciência negra, foi à compreensão de atitudes de alguns estudantes que não se desenvolveram muito na aprendizagem, como foi o caso de uma estudante negra do quinto ano. Durante o ano letivo, havia solicitado a presença dos pais dessa estudante, visto que eles geralmente não compareciam às reuniões escolares. A escola tinha o seguinte acordo: os pais de estudantes que possuíssem grandes defasagens do ano anterior, seriam chamados no começo do ano seguinte para uma reunião pedagógica com os professores, os coordenadores e a direção da escola com o objetivo de propor soluções em conjunto.

Era importante esse primeiro contato, compreender porque essa estudante não

conseguia progredir na aprendizagem. Contudo, a resposta desse questionamento veio no final do ano, com o projeto desenvolvido na semana da consciência negra que suscitava entre outras práticas pedagógicas, debates e discussões sobre racismo e preconceito.

Em uma das discussões em sala, constatei que a estudante era muito quieta e não gostava de participar dos debates, era algo incômodo para ela; quase não realizava as atividades propostas. À vista disso, aproximei-me mais da mesma, para indagar sobre a vida e o motivo da não realização das atividades propostas. A resposta me foi dada com os olhos cheios de lágrimas, ao mencionar que seu pai estava preso e sua mãe tinha que trabalhar para sustentar a casa. Havia mais três irmãos que ela ajudava a cuidar, além dos afazeres domésticos, enquanto a mãe estava no trabalho, dessa maneira, chegava à escola exausta e não conseguia realizar a maior parte das atividades. Essa história me tocou profundamente.

Diante dessa situação, vi-me na responsabilidade de encontrar alguma forma de resgatar a autoestima dessa menina e dos demais estudantes. Compreendi que essas questões tornavam o ambiente da sala repleto de conflitos de desigualdades étnico-raciais e, portanto, motivaram-me à pesquisa sobre a história e a cultura afro-brasileira.

Essas constatações ajudaram-me a rever minhas práticas pedagógicas, refletir sobre a história de vida, a cultura e a realidade que cada estudante traz para dentro da escola. Nesse período, passei a trabalhar com currículo que favorecia conteúdos isentos de racismo e desigualdades. Desconstruímos valores negativos sobre povo negro impregnado hegemonicamente pela sociedade branca.

Antes trabalhava com a diversidade existente na sala de aula e as práticas pedagógicas desenvolvidas durante o ano letivo, que não contemplavam as relações étnico-raciais. Essa conscientização e a falta de materiais pedagógicos como o livro didático, fizeram-me voltar o olhar para as relações sociais, raciais por meio de capacitação docente. Foram inquietações que me fizeram perquirir por respostas, que me levaram a cursar a disciplina: Educação e Relações Étnico-Raciais no Brasil, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Bartolina Ramalho Catanante, no primeiro semestre de 2017, como aluna especial, no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Educação - PROFEDUC, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

Em seguida a essa participação como aluna especial, inscrevi-me no Processo Seletivo do referido programa para a linha de Formação de Professores e Diversidade, que está alinhada ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Política, Planejamento Educacional e História Étnica - Racial-GEPPEHER (UEMS). Fui aprovada e o mestrado em educação me favoreceu vislumbrar diferentes formas de enriquecimento teórico, mostrando-me novos caminhos, tal como a disciplina que fiz como aluna especial, que contempla em seu componente curricular

abrangência sobre a temática desta pesquisa.

É uma disciplina com embasamento teórico que foi fundamental para a elaboração da dissertação e dos artigos produzidos durante o mestrado. Os textos percorrem caminhos pela educação no Brasil, ressaltando as fontes históricas e autores como Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, norteadores nos estudos sobre a cultura Afro-brasileira, que contribuíram muito com o meu processo de aprendizagem.

Dessa maneira, considero que a minha trajetória e as minhas experiências profissionais contribuíram para a escolha do tema de pesquisa, que se justifica, além dessas vivências, pela relevância das questões da tão buscada igualdade racial, da igualdade entre todas as pessoas garantida pela nossa Carta Magna. Assim, entendo que a educação e a sala de aula podem ser propulsoras do debate dessas questões e colocá-las em ação por meio das práticas pedagógicas, desde os anos iniciais dos estudantes.

Diante dessas considerações, o tema da pesquisa escolhido foi o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, na Escola Estadual Dóris Mendes Trindade do Município de Aquidauana-MS, no período de (2016 a 2019). A etapa de ensino a ser pesquisada foi o Ensino Médio.

Trajetória do trabalho

Após a apreciação e discussão do projeto de pesquisa com a orientadora, a fim de realizar possíveis e necessários ajustes, apresentei a proposta de trabalho à direção e coordenação da Escola Estadual Dóris Mendes Trindade, do Município de Aquidauana com a finalidade de conseguir a devida autorização para desenvolver a pesquisa na escola e encaminhá-la ao Comitê de Ética.

Com a autorização consentida, anexada aos demais documentos requisitados e registro no site da Plataforma Brasil, contendo todos os instrumentos utilizados, obtivemos a aprovação do Comitê de Ética e iniciamos o projeto de pesquisa no primeiro semestre de 2020. Assim, optamos por uma conversa informal com os professores, a fim de informá-los sobre a participação na pesquisa e se estariam de acordo. Entretanto, devido à pandemia do coronavírus (covid-19), tivemos dificuldades para esse novo contato.

Nesse sentido, vale destacar que esta pesquisa atendeu a excepcionalidade do momento de isolamento social, sendo consideradas as recomendações feitas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e o decreto estadual 15.396, de 19 de março de 2020, do Estado de Mato Grosso do Sul, que declarou situação de emergência, em razão da pandemia por doenças infecciosas virais-COVID-19.

A questão da pandemia mudou a dinâmica da escola, que teve de alterar a rotina de suas atividades realizadas em sala de aula, para atividades remotas. Isso exigiu dos educadores da Escola Estadual Dóris Mendes Trindade que se adaptassem às novas formas de trabalho docente, minimizando as dificuldades e maximizando as potencialidades. Nesse contexto, novas estratégias se fizeram necessárias, como por exemplo o uso das plataformas digitais: redes sociais, google classroom e whatsapp, com a finalidade de assegurar que todos continuassem estudando durante esse período.

Essas mudanças se refletiram nos instrumentos e encaminhamentos da pesquisa de campo, pois devido ao distanciamento social, as entrevistas com os professores passaram a ser on-line, por meio do google meet, whatsapp e e-mails. Além disso, precisaram ser repensadas e reorganizadas, a fim de prosseguir com um novo cronograma, que respeitasse a flexibilidade de tempo dos docentes.

Mesmo diante das mudanças ocorridas, desfrutamos de momentos de muita troca e diálogo com a direção da escola, a coordenação e os professores, sobre a singularidade do momento, da adaptação remota e de toda essa nova realidade imposta pelo coronavírus.

Para os professores, foi um desafio trabalhar por meio de plataformas e redes sociais, principalmente para aqueles que tinham resistência às novas práticas impostas pelo uso das tecnologias, tendo em vista que o processo do ensino presencial para o ensino remoto, foi um tanto abrupto. Os profissionais tiveram que articular as suas experiências e os seus saberes, adequando-os às novas práticas pedagógicas atreladas ao uso das ferramentas tecnológicas.

De acordo com Tardif (2002) as diversas articulações da prática do dia a dia e os saberes dos professores se articulam conforme o grupo social e profissional do qual fazem parte. Dessa forma, para que essas articulações acontecessem foram necessários mobilização e domínio desses saberes pelos docentes, face a essa nova realidade, para que sua prática se efetivasse. Por consequência, as mudanças ocorridas na escola impactaram o andamento da pesquisa, sendo preciso readequá-la para essa nova realidade. Nesse caso, tive que entrar em contato com os professores via whatsapp ou e-mail para agendar as entrevistas.

Adequações efetuadas, prossegui com as entrevistas. Segundo Duarte (2009) é importante durante a entrevista, que o pesquisador faça uma mediação que leve à reflexão sobre o tema, ou seja, sobre as práticas pedagógicas e as relações étnico-raciais. Essa situação foi notória durante as entrevistas, considerando que os professores refletiram antes de responder aos questionamentos, afinal, debater sobre essas questões é um grande desafio, principalmente porque ainda não estão presentes na graduação e em grande parte das formações continuadas.

As nossas observações se davam à medida que as entrevistas ocorriam, redigidas em

um caderno de anotações. As falas dos professores foram gravadas e posteriormente transcritas, sendo que, quando necessário, recorriamos às gravações para verificar informações e dirimir possíveis dúvidas. No entanto, vale destacar que não ocorreram contratempos nas discussões realizadas com os professores.

Além disso, após as entrevistas tivemos o cuidado de indagar-lhes se gostariam de se manterem no anonimato ou não se importavam em serem nomeados, ao que alguns se mostraram favoráveis a revelar o seu nome e outros não. Nesse caso, optamos em não divulgar os nomes dos professores entrevistados, preservando-os de qualquer tipo de constrangimento.

Caminhos da pesquisa

Neste item tecemos algumas considerações importantes sobre a legislação brasileira que ampara a discussão da temática da presente pesquisa. A Constituição Federal de 1988 teve fundamental importância para a elaboração e compreensão da Lei 10.639/2003, tendo em vista que restituiu a democracia e promoveu a garantia de direitos como a educação, propiciando o desenvolvimento humano isento de preconceito, discriminação, desigualdade social e racismo. Virtudes essas essenciais à formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

A implementação da Lei nº 10.639/2003 oportunizou, portanto, debates e discussões por meio desses programas nos vários níveis de ensino, com a finalidade de contribuir com mudanças nas práticas pedagógicas. Dessa perspectiva, sua implantação aprimora o desenvolvimento dos currículos das redes públicas e particulares de ensino, em relação à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Nesse contexto, buscamos aprofundar o tema ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, articulado às práticas pedagógicas desenvolvidas sobre essa temática. De igual maneira, procuramos analisar como estão sendo trabalhados — no contexto educacional — os conflitos, as adversidades e os relacionamentos étnico-raciais nas instituições escolares, bem como o impacto que causam no ensino e na aprendizagem.

Entendemos com Munanga (2005, p. 10) que, nos currículos escolares não devem ser excluídos conteúdos sobre racismo e intolerância, imprescindíveis para compreendermos os diferentes grupos étnicos. Deixar fora do currículo a reflexão sobre as contribuições históricas desses grupos à cultura e à formação da sociedade brasileira e, por conseguinte, negar esse reconhecimento é um meio de discriminação.

No entanto, o livro didático adotado para desenvolver as minhas práticas pedagógicas,

era insuficiente em relação à história da população negra. Os projetos desenvolvidos eram associados apenas à data de 20 de novembro, o Dia Nacional da Consciência Negra¹, porém, não contemplavam atividades interdisciplinares, nem projetos pedagógicos adequados ao tema, a serem desenvolvidos ao longo do ano letivo.

Precedentemente ao 20 de novembro, tínhamos outra data comemorativa à temática desenvolvida: a abolição dos escravos por meio da lei Áurea, como se fosse um ato “generoso” da princesa Isabel por essa libertação. A assinatura datada do dia 13 de maio de 1888, entretanto, nada tinha a ver com a inclusão dos negros, pois após esse ato, estes ficaram abandonados e marginalizados da sociedade brasileira, realidade que, em muito casos, configura-se nos dias atuais.

A lei Áurea libertou alguns escravos que ainda existiam naquela época, pois já não era mais interessante economicamente para a sociedade manter a escravidão, tendo em vista que a demanda, naquele contexto, perqueria outro tipo de mão de obra para o trabalho. Essa lei não contemplou questões que beneficiassem a população negra, tais como: a inclusão social, racial, correção das desigualdades e políticas públicas de reconhecimento, ao contrário, configurou-se o abandono.

Diferentemente, a Lei 10.639/2003, oficializa a data do dia 20 de novembro como “Dia da Consciência Negra”, e torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, no currículo escolar. Essa lei, bem como essa data, constituíram-se em um avanço pela liberdade, a partir de muitas lutas e conquistas de movimentos sociais intensos ao longo do tempo. É uma data que foi definida como O Dia da Consciência Negra, por conta da morte de um dos maiores líderes na luta contra a escravidão: Zumbi dos Palmares, que faleceu em 20 de novembro de 1695.

Essa data simboliza o ato de resistência e de luta dos negros escravizados e que não aceitavam a escravidão, é o reconhecimento do povo negro que lutou pela sua libertação; é uma homenagem a um grande herói Príncipe legítimo na luta pela liberdade. Embora à princesa Isabel tenha assinado a lei tornando-a legal, foi Zumbi dos Palmares o verdadeiro mártir.

Esse processo histórico de reivindicações e lutas no combate ao racismo e a aprovação da Lei 10.639/2003, oportunizou-nos trabalhar com práticas pedagógicas politizadas em sala de aula e, por conseguinte, desconstruir visões negativas e naturalizadas

¹ O Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a data foi criada por meio da citada Lei nº 12.519, no dia 10 de novembro de 2011, durante o governo de Dilma Rousseff.

Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-nacional-da-consciencia-negra.htm#:~:text=O%20Dia%20Nacional%20de%20Zumbi,na%20Regi%C3%A3o%20Nordeste%20do%20Brasil>>

sobre o negro, melhorando as relações étnico-raciais.

Todas essas reflexões e compreensão sobre a importância dessa temática, levou-nos à realização da pesquisa, que após seu desenvolvimento culminou com uma proposta de intervenção pedagógica, conforme os critérios do Programa de Mestrado. Essa proposta (Apêndice A) elaborada por meio dos dados coletados na Escola Estadual Dóris Mendes Trindade, visa auxiliar os professores e a equipe técnico-pedagógica (supervisores, coordenadores, orientadores) por meio de uma formação continuada conjunta, que oportunize o fortalecimento e a potencialização deste tema, por meio do diálogo e reflexão das suas práticas pedagógicas.

Nessa maneira, o tema proposto e atual, assevera aprimorar o estudo, a leitura e a pesquisa, traçar um olhar norteado para as relações étnico-raciais e revelar caminhos que sejam pertinentes as práticas pedagógicas. Estimular os pontos relevantes, auxiliar professores que dificuldades em trabalhar com a temática, bem como promover novas fontes de pesquisas.

Além da legislação, discorremos sobre alguns autores a partir de obras como “Significado e sentido do trabalho docente”, de Itacy Salgado Basso (1988), que, em uma análise relacionada à produção, relata que uma ação deve ir além da sala de aula, trabalhar com senso comum e transformá-lo em conhecimento científico alinhado aos conteúdos e seus significados. Ademais, Munanga (2015) ressalta que a educação deve ser voltada à diversidade de forma socializada, multicultural enfatizando, de maneira igualitária, as diferentes identidades.

Assim, procuramos ressaltar a importância do papel do negro na formação histórica do Brasil e demonstrar a educação como instrumento fundamental nesse contexto. Buscamos ainda evidenciar que a implantação das leis da 10.639/03 e 11.645/08, agregou a cultura afro-brasileira e indígena ao componente curricular nacional.

Assim, a presente pesquisa está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo trato do ensino da História e Cultura afro-brasileira e Africana, discorrendo sobre percursos e desafios das legislações, sobre a Lei 10.639/2003 como contribuição, a educação para o ensino afro-brasileiro e indígena e as concepções das práticas pedagógicas para as relações étnico-raciais.

No segundo capítulo, discorro sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, no contexto de uma escola do Ensino Médio. Tratamos de discussões teóricas, que estimulam ações afirmativas para reconhecimento do negro em nossa sociedade. Nesse sentido, a necessidade em se entender sobre os diferentes grupos étnico-raciais no espaço escolar. O município de Aquidauana – MS, enquanto Lócus da pesquisa, o seu contexto histórico, e sobre a fundação da escola escolhida para a pesquisa.

Constitui o terceiro capítulo, apresento como foi feita a coleta e a análise dos dados e as entrevistas concedidas pelos professores da instituição escolar.

Os capítulos transcritos nos proporcionaram contrapor a teoria e a prática sobre práticas pedagógicas antirracista, no intuito de desenvolver uma educação menos racista e preconceituosa, bem como concederam subsídios relevantes para esta pesquisa.

1 CAPÍTULO I - ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: PERCURSOS E DESAFIOS.

Este capítulo apresenta-se estruturado em cinco subtítulos, sendo que o primeiro evidencia as legislações que respaldam a educação brasileira e a aprovação da Lei 10.63 de 09 de janeiro de 2003 e Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. O segundo trata da Lei 10.639/03, que passa a ser obrigatória nas escolas e que propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, ressaltando a importância da cultura negra na educação brasileira, principalmente no fazer pedagógico do professor. É uma lei que traz um importante aporte ao ensino, tendo em vista que tem com objetivo resgatar a contribuição histórica do povo negro na formação da sociedade brasileira.

No terceiro subtítulo trata sobre a Educação para o ensino afro-brasileiro e indígena a importância de se trabalhar nos currículos escolares a História e Cultura desses povos.

O quarto subtítulo compreende as concepções sobre as práticas pedagógicas para as relações étnico-raciais. Retrata esse breve histórico sobre a trajetória das instituições de ensino e suas transformações educacionais, que exigiram alternâncias do professor em suas práticas pedagógicas consequentemente no decorrer dos anos.

1.1 Legislações Educacionais e a inclusão no currículo oficial de ensino sobre a temática História e Cultura Afro-Brasileira e indígena da Lei 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi a primeira a ter uma linguagem constitucional que contempla a população negra, podendo-se afirmar que isso é resultado das lutas do movimento negro que ganhou expressividade, projetando discussões e debates que possibilitaram, dessa forma, a inclusão efetiva da população negra e indígena, como cidadãos, ganhando artigos específicos na nova Constituição (BRASIL, 1988, [s/p]).

Em seu Art. 205, a Constituição Federal declara o direito à educação, estabelecendo que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988).

Estabelecendo, portanto, que o Estado tem o dever de educar. Assim, no momento em que o texto menciona que a educação deve visar ao desenvolvimento pleno da pessoa, subentende-se que deverá ir além da garantia ao acesso a bancos escolares que contemplem especificamente conteúdos científicos, zelando pela integridade física, psíquica e socioemocional dos indivíduos, respeitando e considerando as especificidades dos indivíduos. (DIAS, 2017, p.53).

A educação passa a ser, conforme a Constituição Federal, um direito garantido, que

tem por finalidade, preparar o indivíduo como um sujeito social e de direitos, além de reconhecer que existe uma diversidade de cidadãos com direitos iguais, independente de raça, cor ou gênero. Conforme afirma Munanga (2005-2006), a Constituição Federal de 1988 reconhece “O Brasil, um país que justamente nasceu do encontro das culturas e das civilizações, não pode fugir dele”. (MUNANGA, 2005-2006, p.52).

Além e a partir da garantia à Educação na Carta Magna brasileira — após muitos debates, congressos, grupos de amplas discussões, redações preliminares e reescritas, envolvendo educadores de todo o Brasil — em 20 de dezembro de 1996, é publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que fortalece a concretização do direito à educação e por meio da criação de políticas públicas educacionais. Essas leis dão o suporte a determinações do Conselho Nacional de Educação (CNE), ao Ministério da educação, às secretarias de educação e às entidades mantenedoras que geram, implantam e avaliam as políticas públicas. Essas políticas públicas orientam o estabelecimento das metas do Sistema de Ensino Federal, Estadual e Municipal, bem como as mantenedoras de escolas privadas, os estabelecimentos de ensino e as práticas pedagógicas dos professores.

A LDB/96 é importante para o ensino brasileiro porque é a lei que norteia e orienta o percurso da educação brasileira, conforme preceitua seu “Art. 1º. Ela abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações” (BRASIL, 1996).

É alterada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. Desta maneira, propõe uma educação, na qual possa contemplar os afro-brasileiros, por meio de trocas e experiências, no entanto, em desvantagens em relação a cultura europeia.

Após a promulgação dessa Lei foram instituídas as Diretrizes para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, por meio da Resolução CNE/CP nº 1/2004. Na prática, a Resolução 01/2004 favorece a discussão a respeito da formação continuada e das ações tomadas pelo professor frente as suas práticas docentes e que devem ser empregadas nas instituições escolares.

A Lei 10.639/2003, portanto, vem como uma reparação histórica ao povo negro, pois determina que seja corrigido o desconhecimento que se tinha da história e Cultura afro-brasileira e africana. É uma lei que atende às políticas de ações afirmativas para o negro no Brasil, que teve um grande impulso no governo de Luiz Inacio Lula da Silva. Desde seu primeiro governo Lula abraçou a bandeira dos movimentos sociais por meio de políticas públicas que visavam o fortalecimento da inclusão social.

Com essa atitude, Lula ganhou apoio da massa popular, dos movimentos sociais e do

movimento negro, lançando, para este último, um programa que contemplassem as questões étnico-raciais, pois de acordo com Oliveira e Barbalho (2014), “A ideia era elaborar um programa que apontasse para ações afirmativas e para políticas desenvolvidas para a maioria de brasileiros negros.” (OLIVEIRA; BARBALHO, 2014, p. 158).

O período de 2003 à 2010 do governo de Luiz Inacio Lula da Silva foi marcado por conquistas da sociedade civil em geral e do movimento negro em particular. No ano de 2003, é criada a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR), com o objetivo de criar condições para promover a inclusão social da população negra. Nesse sentido, uma das bandeiras do movimento negro foi a aprovação das cotas raciais, que contemplassem a entrada dos negros, em todos os estabelecimentos públicos de ensino superior, que já vinham sendo realizadas em alguns estados.

A "Lei das Cotas" contribuiu para que houvesse o aumento de negros e pardos nas universidades federais, foi aprovada em 2006, pelo Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 que “Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (BRASIL, 2012)

Gomes nos aponta (2017, p. 14) que, nos governos Lula e Dilma, a atuação social se destaca por uma participação maior das pessoas por meio do voto, ou participação em conselhos pelas instituições sociais e organizações da sociedade civil brasileira. Dessa maneira, as camadas sociais — antes historicamente excluídas por políticas de governo — passaram a ser ouvidas, por meio de participação em conferências realizadas sobre temas voltados a cada diversidade antes excluída, como os Negros, LGBTs e as mulheres.

O clima político hoje no Brasil é tenso e polarizado por uma sociedade racista, onde grande parte dos brasileiros está instigando a violência e prejudicando a sociedade, especialmente voltando-se contra jovens negros e indígenas. De acordo com o que preceitua Silva (2007) está havendo “O ocultamento da diversidade no Brasil”. (SILVA, 2007, p.498).

Segundo Munanga (2019) no governo atual, do presidente Jair Messias Bolsonaro, que compreende o período de 2019 à 2022, não está havendo políticas e embate por justiça social, isso fica somente na palavra. A democracia está sendo afetada, destruindo direitos conquistados e prejudicando principalmente a população negra do Brasil, ferindo tudo que foi construído.

Essa situação de ausência de incentivos é presente no governo atual. Antes tínhamos um incentivo maior e uma participação mais efetiva por parte da sociedade civil e do Estado Brasileiro para com a diversidade. Portanto, “o trato desigual e inferiorizante dado à diversidade acentua a situação de desigualdade para determinados coletivos sociais,

colocando-os em uma situação ainda mais precária no mundo das grandes desigualdades”. (GOMES, 2017, p.11).

Assim sendo, é importante que o governo atual invista em políticas públicas voltadas para a diversidade, como: indígenas, mulheres, negros como a toda a população que se encontra em desigualdades sociais e raciais. Conforme Gomes (2017) nos aponta:

Por isso é necessário reeducar o Estado e os governos para a diversidade. Reeducá-los para compreender que a diversidade é muito mais do que a soma das diferenças ou dos diferentes. É entender que essa população negra tem uma construção histórica, social, política econômica, no qual se encontram em desigualdades, pois vem de diferenças num cenário de relação de poder”. (GOMES, 2017, p. 15).

Dessa maneira, é importante que o estado e o governo se conscientizem que o Brasil possui diferentes grupos étnico-raciais e multiculturais, como da população negra, que precisam continuar a serem contemplados com as políticas públicas existentes. É preciso compreender e reconhecer a contribuição histórica da diversidade, colocando em pauta discussões e questões que os contemplem, valorizando a visão de mundo e os anseios de cada um, propondo políticas que beneficiem de fato a todos.

As Legislações são importantes para organização da Educação no Brasil abordamos nesse subtítulo algumas delas como a Constituição Federal em seu Art. 205 que declara a educação como direito a todos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que dá o norte e orienta a educação. Destaca os processos formativos em que se desenvolvem desde a educação familiar até as instituições escolares, e sua modificação pela obrigatoriedade da Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Destaca o período do governo de Luiz Inacio Lula da Silva, no qual foi marcante a atuação do mesmo , pois houveram muitas conquistas do movimento negro.

1.1.1 Plano Nacional de Educação (PNE)

A sociedade brasileira apresenta uma diversidade muito desigual e complexa quando se refere a assegurar direitos. Essa garantia na educação é fundamental e se mostra importante quando são constatadas as discrepâncias entre a diversidade e as desigualdades de direitos ainda reinantes. Com o fito de resolver essas e outras dificuldades da Educação Brasileira, é instituído o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que pondera pertinentes essas temáticas e propõe diferenciadas abordagens.

Instituído por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, o PNE determina diretrizes e metas que possibilitam o desenvolvimento educacional nas esferas nacional,

estadual e municipal do país. Os entes federativos são vinculados ao PNE, para assim, poderem tomar medidas e obrigações para atingir as metas propostas. Segundo o Art. 214 “para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)”. (BRASIL, 2004).

O Plano aponta, assim, as direções que o Brasil deve seguir no que diz respeito à educação, sendo que entre elas encontramos metas e estratégias para a “erradicação de todas as formas de discriminação”, como explicita a meta 8:

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, Plano Nacional de Educação, 2014, p. 137).

Com vistas à igualdade educacional a respeito de todos os níveis de ensino, o PNE preceitua elevar a escolaridade de grupos da diversidade como assegura o Art. 8º., Inciso II – que apresenta como estratégia que sejam consideradas “as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural”. (BRASIL, 2014).

Para o desenvolvimento dessas estratégias “os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei” (BRASIL, 2014.) para que estejam de acordo com suas diretrizes, metas e estratégias. Dessa forma, contemplando a escolaridade da diversidade, como população do campo, negros, não negros e indígenas.

Para pesquisas no Brasil — com estudos sobre o que está acontecendo para o cumprimento das metas determinadas pelo PNE — o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) organiza frequentemente informações e monitoramento dessas metas. Em seguida, após seus estudos e tendo como referência o INEP, o PNE examina qual rumo estão tomando as metas em relação à desigualdade. Esses critérios também são utilizados pelo IBGE para medir desigualdades na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

As metas, diretrizes e estratégias, propostas pelo PNE, têm várias linhas de atuação, entretanto, para esta pesquisa, destacamos a articulação do plano que favorece a educação para as relações étnico-raciais, por meio da Lei 10.639/ 03 que se apresenta atrelada à estratégia 7.25, que visa:

garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil; (BRASIL, 2014)

Nesse sentido, o PNE se articula com a implementação da Lei 10.639/2003 e da Lei 11.645/2008 — que será melhor explicitada no item 1.3. A Educação para o ensino afro-brasileiro e indígena — mostrando concepções que norteiam alterações curriculares, sobre a perspectiva da diversidade, das relações étnico-raciais, do pluralismo cultural, de forma a atender as metas estabelecidas, suprimindo as necessidades dessas demandas.

Destacamos também que o PNE atual teve aprovação somente onze anos após a regulamentação da Lei 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – 9.394/ 96), por meio de seus artigos 26-A e 79-B, que fomentaram o ensino da cultura afro-brasileira e africana, em todo o campo curricular da Educação Básica Nacional, particularmente nas disciplinas de História, Educação Artística e Literatura. Portanto, A Lei 10.639/2003, “resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira”. (BRASIL, 2004, p.08).

As normas e legislações apresentadas pelo PNE que contemplam a diversidade, principalmente a população negra são apresentadas, por meio das diretrizes propostas conforme Artigo 2º do PNE, inciso III, que caminha para a “superação das desigualdades educacionais” e inciso X que apresenta a seguinte redação – “ promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental”. Uma diz respeito a superação das desigualdades, a outra a promoção de condutas que possam nortear o respeito pela diversidade.

Isto é, para a superação das desigualdades, é necessário que haja responsabilidade, por parte do Estado, com a implementação de políticas públicas de valorização do povo negro, com ações afirmativas e que os estabelecimento de ensino estejam preparados para trabalharem com essa diversidade. Para tanto, é preciso que a história, cultura afro-brasileira e africana seja valorizada e difundida. Nesse contexto:

Os sistemas de ensino e estabelecimentos de diferentes níveis converterão as demandas dos afro-brasileiros em políticas públicas de Estado ou institucionais, ao tomarem decisões e iniciativas com vistas a reparações, reconhecimento “e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à constituição de programas de ações afirmativas, medidas estas coerentes com um projeto de escola, de educação, de formação de cidadãos que explicitamente se esbocem nas relações pedagógicas cotidianas. (BRASIL, 2004, p.13)

Convém lembrar que essa é uma tarefa para todos: pais, comunidade, estudantes e professores. Nesse contexto, se faz relevante uma formação voltadas às questões étnico-raciais, favorecendo ações que contemplem principalmente a população negra e que atendam o PNE, a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, atendendo a toda a esfera educacional.

Essa questão da formação tem se mostrado necessária nos cursos de graduação para o docente, que terá que ministrar conhecimentos definidos pela Lei 10.639/ 03, no sentido de fortalecer os currículos em sintonia com o que preceitua essa lei, além de propor formação inicial e continuada para o professor da Educação Básica. De acordo com a estratégia 13.4 do PNE:

promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência; (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, para que o docente conduza as suas práticas pedagógicas de maneira a contemplar os estudantes para uma educação voltada aos diferentes grupos étnico-raciais, especialmente a população negra, é necessária formação inicial e continuada. Como afirma Gomes (2003), é importante saber trabalhar com essas diferenças.

Durante os processos de formação docente, os educadores têm contato com reflexões que discutem as representações construídas em nossa sociedade sobre o negro, sua estética, sua ascendência africana e as formas como estas se misturam com situações de racismo, discriminação e preconceito racial? Como os professores lidam com as diferenças étnico-raciais inscritas no seu próprio corpo e no corpo de suas alunas e de seus alunos? (GOMES, 2003, p. 172-173).

É o autor que nos aponta que “A formação de professores/ras, sobretudo a que visa a diversidade, deveria considerar outras questões, tais como: como os/as professores/ras se formam no cotidiano escolar?” Nesse sentido, a formação de professores é necessária porque tem a possibilidade de construir conhecimento, sair do senso comum, e refletir sobre os seus conhecimentos adquiridos ao longo do tempo e que foi construído pela sociedade. (GOMES, 2003, p.169).

O professor tem que tomar cuidado pra não reproduzir conhecimentos e aprendizagens, isso é muito sério, pois as disciplinas ministradas com seus conteúdos devem

estar, segundo Gomes (2003) em “articulação entre cultura, identidade negra e educação. Uma articulação que se dá nos processos educativos escolares e não-escolares” (GOMES, 2003, p.169). Estando, dessa forma, de acordo com a lei 10.639/ 03.

1.1.2 O Plano Estadual de Educação

Os planos estaduais de educação dos estados foram/são elaborados com base no que preceitua o PNE. Dessa maneira e de acordo com orientações das diretrizes do PNE, o Plano Estadual de Educação (PEE/MS) de Mato Grosso do Sul, — criado pela Lei nº 4.621 de 22 de dezembro de 2014 e constituído de 20 metas e estratégias — deve desenvolver metas e estratégias como políticas de estado para contemplar os grupos étnico-raciais na educação, no combate as desigualdades educacionais e sociais, pois essa população historicamente já vem em condições desfavoráveis. Dessa forma, cumprir o que estabelece a meta 08 que trata da escolarização e assim pretende “Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo até o último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros”.

Nesse contexto, destacamos dois incisos do Art. 2º que compreende as diretrizes do PNE e que guiam as metas e estratégias do PEE-MS, como o inciso III “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” e o inciso X “a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental”.

Nesse segmento, segundo o PEE-MS (2014, p.60) antes da elaboração do plano, mais precisamente “até o início dos anos 1990” o acesso à frequência escolar era ainda muito pequeno e não contemplava muitos estudantes da Educação Básica, no entanto, o plano explicita que aconteceram dois fatores importantes para acabar com essa situação. Uma deles ocorreu gradualmente, com indicativos de promoção na escolarização no final dos anos 1980, no qual foram conduzidos os mais jovens a concluírem em oito anos o Ensino Fundamental e “ a partir de meados da década de 1990, houve um intenso esforço de ampliação da oferta de ensino médio, que se prolongou até meados da década passada”.

Com isso, segundo o IPEA, as taxas líquidas de frequência escolar, nos anos de 2001 a 2011, aumentaram de 95,3% para 98,2%, no grupo etário de 6 a 14 anos e, mais notadamente, de 81,1% para 83,7%, no grupo de 15 a 17 anos. Dessa forma, consolida-se uma tendência à universalização do acesso ao ensino básico, tanto por haver maior fluxo de conclusões no ensino fundamental, como pelo fato de os concluintes encontrarem mais possibilidade de acesso ao ensino médio (PEE, 2014, p.60).

Conforme nos demonstra o texto acima, a pesquisa do IPEA nos revela que houve um aumento de frequência escolar significativo tanto na faixa etária de 6 a 14 anos, como da faixa dos 15 a 17 anos. Vale ressaltar que, a elevação da escolaridade contempla a Meta 08 do mencionado PNE, favorecendo a entrada e permanência da grande maioria de crianças e jovens, antes excluídos devido a imposição hegemônica em sua escolaridade por serem pobres e negros.

Dessa forma, a partir do PEE/MS, foi prevista início de 2015, a criação de mecanismos para assegurar e preservar a permanência e a aprendizagem dos educandos, contribuindo com uma elevada quantidade de estudantes na escola. “Entretanto, há um grande grupo de jovens, na faixa etária de 18 a 29 anos, retido na educação básica, ou seja, ainda em processo de aquisição de competências básicas do ensino fundamental, quando já deveria tê-lo concluído”.(PEE, 2014, p. 60).

Segundo o PEE (2014, p.07) foram utilizados para traçar o perfil de cada meta, os levantamentos de dados do IBGE, INEP, IDEB e do setor de Estatística da Secretaria de Estado de Educação. Essa análise situacional da educação em Mato Grosso do Sul permitiu detectar de qual forma estão sendo conduzidas, desde o início e como estão acontecendo as estratégias apresentadas para a educação que visa à melhoria da qualidade educacional durante 10 anos.

Esses instrumentos de levantamentos de dados nos metas e estratégias do plano estadual e se estavam de acordo com o PNE, se realmente contemplavam uma educação de qualidade, pois é muito complexo, profundo e abrangente, o entendimento da diversidade existente no Mato Grosso do Sul.

Considerados esses dados, o Plano Estadual de Educação (2014-2024) garantiu as questões referentes a “superação das desigualdades e da valorização das diferenças”, particularmente nas metas 04 e 08. Na Meta 04 enfatiza a educação especial, bem como o acesso à educação escolar, para “pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades” (PEE/MS, 2104, p. 33). A Meta 08, que é composta de 08 estratégias, enfatiza as populações do campo, 25% dos mais pobres e a igualdade de escolaridade média para negros em relação aos não negros, procurando superar as desigualdades.

Dessa forma, a partir da perspectiva da garantia do direito à educação, como um direito humano, é importante a compreensão do tratamento dado ao negro, por meio, de todas as metas e estratégias presentes no Plano Estadual de Educação, para o período de 2014-2024, a partir da Lei Nº 4.621, de 22 de dezembro de 2014, no que diz respeito às questões étnico-raciais e desigualdades raciais como preceitua, por exemplo, a Meta 12, estratégia 11:

12.11. estabelecer políticas de redução de desigualdades étnico-raciais e de ampliação de taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes, povos do campo, povos das águas, indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de modo a apoiar seu sucesso acadêmico, por meio de programas específicos que abranjam instituições públicas e privadas, incluindo articulação com agências de fomento e ou instituições financiadoras, a partir da vigência do PEE-MS (PEE, 2014, p.86).

Nessa perspectiva, com a garantia de direitos assegurada no PEE/MS, é possível a definição e configuração de políticas públicas de estado direcionadas ao combate às desigualdades étnico-raciais e à permanência desse grupo na educação. Há a possibilidade de inserção de ações que atendam as diretrizes básicas para que se alcance um ensino de qualidade e inclusivo, dentro de um contexto, político, econômico e social.

O PEE/MS (2014-2024) evidencia também que o Estado do Mato Grosso do Sul apresenta uma população diversificada, com culturas oriundas de diferentes lugares e nacionalidades, “[...] migrantes de todas as regiões do País, populações do campo (incluindo os acampamentos e assentamentos), comunidades em áreas indígenas e em áreas remanescentes de quilombos e povos das águas (populações ribeirinhas e pantaneiras).” (MATO GROSSO DO SUL, 2104, p. 09).

Há um número significativo de adolescentes, na faixa etária de 14 a 17 anos, frequentando o Ensino Médio de acordo com o PEE/MS, no entanto, ainda há um distanciamento desafiador para o direito a educação chegar para todos, conforme estabelece a lei. As populações mais atingidas nesse processo são pobres, negras, como a “população do campo, os grupos étnico-raciais,” (MATO GROSSO DO SUL, 2014, p. 21).

Dessa maneira, os caminhos a percorrer na educação ainda são urgentes, para que se possa trabalhar com uma aprendizagem de qualidade e equidade. Assim, são necessárias medidas a serem tomadas pelas instituições encarregadas de elevar a escolarização do ensino para os estudantes de 18 a 29 anos, podendo assim, diminuir as desigualdades educacionais e sociais da diversidade, principalmente da população negra. (MATO GROSSO DO SUL, 2104, p. 62).

Todavia, ainda resta um grande obstáculo à elevação da escolaridade média e que não parece ceder a meros incrementos de meios físicos ou financeiros em seu enfrentamento. Trata-se da questão da qualidade do ensino fundamental e do ensino médio e da efetivação de uma organização curricular que atenda às características desse alunado, aos seus interesses e às suas condições de vida e de trabalho. MATO GROSSO DO SUL, 2014, p. 61).

A falta de infraestrutura física e financeira são alguns obstáculos encontrados que impactam a elevação da escolarização dos estudantes em Mato Grosso do Sul, dificultando

na elevação da qualidade do ensino básico e, conseqüentemente, mantendo as desigualdades educacionais. Portanto, é necessário sanar essas dificuldades para a melhoria na oferta de educação, como trabalhar com um currículo que atenda às características dessas crianças e jovens, bem como aos seus interesses e às suas condições de vida e de trabalho. Considerar os momentos históricos e culturais em que se controem o ensino e as aprendizagens, atendendo aos anseios da diversidade e dos diferentes grupos étnico-raciais.

O PEE/MS (2014, p. 24) nos traz também em sua Meta 07, Estratégia 7.46 a importância de “participar, em articulação com os entes federados, do programa de formação de professores(as) e de estudantes para promover e consolidar política de preservação da memória nacional, estadual e municipal;” essa meta coloca em prática o Parecer CNE/CP 03/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004 (BRASIL, 2004b).

Na prática essa Resolução 01/2004 favorece a discussão a respeito da formação continuada e as ações tomadas pelo professor (a) frente as suas práticas docentes e empregadas nas instituições escolares.

O PEE-MS nos propõe:

[...] formalizar e executar os planos de ações articuladas, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores(as) e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar, como bibliotecas, auditórios e laboratórios, com acessibilidade, dentre outros (MATO GROSSO DO SUL, 2014, p. 59).

Apesar de todas as Metas e Estratégias estarem contemplando a educação sul-mato-grosense em sua diversidade, o Plano Estadual de Educação-MS (PEE-MS) apresentado, vem sofrendo com a falta de investimentos para seu desenvolvimento como um todo, gerando o sucateamento das escolas públicas e a falta de articulações políticas. Em relação às formações para professores pouco se contempla sobre as relações étnico – raciais, como estão nas leis 10.639/2003 e 11.645/08. Segundo Munanga (2019, [s/p]) nos alerta a “consolidação de políticas públicas de afirmação e combate às desigualdades partem de um processo de anos, a destruição desses mecanismos, pelo contrário, pode acontecer em um curto espaço de tempo”.

As políticas públicas para a redução de desigualdades na educação dos grupos étnico-raciais, no entanto, são importante porque essa população já vem, historicamente, em condições desfavoráveis. Atualmente está havendo um descaso, especificamente com negros e indígenas, que são as camadas mais atingidas do nosso país e em Mato Grosso do Sul não é diferente. Como nos coloca Munanga:

As palavras são importantes, mas a luta se faz com políticas e essas políticas estão sendo destruídas. A consciência está lá, o discurso está lá, mas não as

políticas públicas, que estão sendo destruídas por uma conjuntura onde parecem que não entenderam (MUNANGA, 2019, [s/p])

Esses mecanismos de falta de implementação de políticas públicas voltadas para a educação, promoção da equidade, igualdade étnico-racial, ações de proteção, principalmente de negros e indígenas, retirando direitos a esses sujeitos atingidos pela discriminação racial e a intolerância. Estamos vivendo com vários tipos de preconceitos e discriminação racial que desembocam em uma ideologia chamada de racismo e um dos problemas que estamos enfrentando é a negação da existência do próprio racismo que fundamenta o mito da democracia racial brasileira.

Mesmo se evidenciando a falta ainda de políticas públicas e recursos à efetivação adequada para a educação sul-mato-grossense e, em especial para a implementação da igualdade étnico-racial, o Plano Estadual de Educação representa uma grande conquista dos movimentos de defesa e luta por uma educação de qualidade no Mato Grosso do Sul, entre eles o movimento negro que há décadas luta por direitos, principalmente na educação. É importante a abordagem das temáticas que se impõe na sociedade, pois vai possibilitando a visibilidade desses povos antes excluídos, por isso, o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana precisa ser trabalhada no espaço escolar.

1.1.3 Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação para as Relações Étnico-Raciais (DCNs)

Essas diretrizes nos autorizam a definir conteúdos e nortear o ensino de forma que integre a diversidade cultural, incorporada ao sistema de ensino. Tem como propositura dar respaldo a Educação Básica, pois se constitui de regras obrigatórias que norteiam a elaboração curricular, o planejamento nas escolas e nas instituições de ensino.

Elas vêm como a proposição de debater, sendo, engendradas e determinadas por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE). Mas não é isso que vem acontecendo para as relações étnico-raciais, pois estamos vivendo um retrocesso histórico e tudo o que conseguimos como direitos sociais e políticos estão sendo jogado fora.

As ações colaborativas determinadas como colaboração de forma a contribuir com a efetivação das diretrizes curriculares nacionais para a educação não estão sendo cumpridas no nosso país, visto que, estamos passando por um momento histórico difícil de desconstrução de políticas no combate ao racismo e discriminação que foram construídos ao longo do tempo.

Compreedemos que nesses últimos anos faltam políticas para a igualdade racial e que está havendo um retrocesso a democracia brasileira, que atendem somente aos interesses de

certos grupos que pleiteiam dominar o país. Dessa maneira, esse grupo nos apresenta uma afirmação de que não há racismo no Brasil, camuflando a realidade da sociedade brasileira.

Esse momento histórico e o retrocesso desses últimos anos, principalmente em considerar que o racismo no Brasil não, vem acompanhado da falta de implementação de políticas públicas, educacionais, investimentos e articulação com os movimentos sociais negros e indígenas, desprovido esses grupos de seus direitos civís, sociais e políticos.

Nesse contexto, os currículos conforme a lei 10.639/2003 e 11.645/08 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena não estão sendo cumpridos na maioria das escolas. Assim, raramente são propiciadas formações para as relações étnico-raciais por falta de apoio e políticas com ações afirmativas para esses grupos, como propõem as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Então, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação para as Relações Étnico-Raciais, conforme proposta, deveria fiscalizar e fazer cumprir as Leis Nº 10.639/2003, e 11.645/2003, que por meio do seu Art. 26-A tornou obrigatório — nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Ensino Médio, públicos e privados — o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena (BRASIL, 2008) nas escolas de Mato Grosso do Sul.

Dessa forma, a escola deveria ser um relevante espaço de valorização, formação de cidadãos conscientes e a oportunidade de destacar novas metodologias que apresentam indígenas e negros (as) como agentes efetivos na construção do nosso país, demonstrando a importância da história e da cultura desses povos nos currículos escolares.

Ainda assim, a proposta estabelecida pelo Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação para as Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana de educação não condiz com seus objetivos. Isso porque, após anos da instituição da Lei Nº 10.639/03, que se tornou obrigatória, o seu cumprimento não tem sido concretizado como se esperava, por falta de mecanismos para a sua implementação, de ideologias e de falta de vontade política.

1.1.4 Base Nacional Comum Curricular – Ensino Médio

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em

conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (BRASIL, 2017, p. 7).

É um instrumento norteador da elaboração de currículos específicos destinados a cada escola, mas não é fácil, colocá-lo em prática, tendo em vista as diferenças regionais e sociais. Há uma crítica ao fato de que é um documento que privilegia conhecimentos com conteúdos técnicos, não contemplando a formação humana tão importante para o preparo do indivíduo na construção da sociedade.

Compreendemos que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta proposta curricular para as disciplinas de Artes e Literatura, enquanto as disciplinas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia estão localizadas em itinerários formativos, aplicando-se à formação técnica e profissional, sendo retratadas, assim, de forma generalizada no currículo, não dando nenhum norte específico para a inclusão da temática história e cultura afro-brasileira e africana.

Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) vigente dá prioridade no Ensino Médio a uma educação direcionada para o mundo do trabalho, desconsiderando, dessa forma, disciplinas extremamente importantes voltadas à diversidade e à Educação das Relações Étnico-Raciais, pois estas apenas vêm somar-se com as outras disciplinas.

Notamos que o que preceituam a Lei 10.639/2003 e a Resolução CNE/CP 1/2004, para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e que configuram os avanços e garantias dessas populações, com essa nova configuração de ensino apresentada no Ensino Médio, foram desconsideradas. Assim, as políticas educacionais conquistadas direcionadas às ações afirmativas para a Educação das Relações Étnico-Raciais, tornaram-se ausentes na BNCC vigente do Ensino Médio.

Dessa forma, entendemos que a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), alterada pela Medida Provisória nº 748/2016, propõe condições mínimas para o educando, referente a educação para as relações étnico-raciais (ERER), pois a proposta curricular nela fundamentada invisibiliza a Lei 10.639/2003. Destacamos que essa Medida Provisória que reformulou o Ensino Médio sancionado pelo presidente da república a época, Michel Temer, resultou em mudanças de cinco áreas específicas, dividindo esse nível de

ensino em uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que ampliou a carga horária escolar, com inserção de escolas em tempo integral.

A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. (BRASIL, 2018, p. 1).

Essas mudanças de flexibilidade que pressupõem a escolha do itinerário formativo na verdade reduziram componentes obrigatórios como português e matemática. Essa redução curricular deixou empobrecido o Ensino Médio, tendo em vista que, além dela, tirou disciplinas importantes antes contempladas no currículo, como a sociologia e a filosofia

Além disso, a reforma do Ensino Médio traz como primeira pauta, os dias letivos, menos de 200 dias letivos (excluídos exames finais, 1000 horas anuais por série até 2021 e 1400 horas em tempo integral, no máximo, 1800 horas dedicadas à BNCC). O estudante poderá percorrer um currículo comum e escolher um itinerário, ou uma optativa. Também pode considerar todos os itinerários como único ou ainda percorrer o currículo básico e depois o itinerário integrado. Aprovadas pelo conselho às 1.800 horas do currículo, esse nível de ensino passa a ter no mínimo 05 horas e 3.000 horas nos três anos, onde Sociologia, Arte e Física são oferecidas como núcleo comum. Desse modo, são quatro áreas, além dos itinerários específicos, incluindo as obrigatórias, ciências da natureza e humanas — sendo que, cada escola, pode oferecer no mínimo 02 (duas) de um total de quatro — dialogando com as competências e itinerários propostos para o aprofundamento dos conteúdos.

A BNCC rege o ensino por áreas com itinerários formativos em que o estudante tem a opção de escolher as treze disciplinas, nas quais irá se especializar, padronizadas nos três anos, conforme o Art. 36. “O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)”. Vista como uma base moderna comparada às definições anteriores da Educação Infantil e Fundamental, com as competências e habilidades, agora tornou-se um novo desafio para as escolas.

O documento contempla a Educação de Jovens e adultos, inserida como modalidade para o Ensino Fundamental e Médio, oferecida como prioridade e direito aqueles que não possuem escolaridade ou que não tenham tido escolaridade na idade certa. Ainda temos a

Educação Profissional que pode ser também incorporada ao Ensino Médio ou após o Ensino Médio, que se constitui de cursos técnicos ofertados, tanto pelo Governo Federal quanto pelo Estadual. Também se encaixa como uma modalidade de ensino, que, necessariamente, pode ser estendida aos cursantes do Ensino Médio ou não.

Entretanto, com a nova lei algumas disciplinas, como História, Sociologia e Filosofia e Arte ficam configuradas em eixos itinerários. Linguagens e Códigos que se encontram na disciplina de Ciências Humanas, de Literatura e Artes e que estão juntamente nas disciplinas de Sociologia, Filosofia, História e Geografia e que são eixos formativos que aparecem como itinerários opcionais. Assim sendo, a instituição escolar pode oferecer ou não, o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, constituindo-se em uma forte ameaça de não beneficiar, no Ensino Médio, o conteúdo sobre essa temática.

Então, as possibilidades de trabalhar com conteúdos sobre a História e a Cultura Afro-Brasileira na BNCC vingente são mínimos, tendo em vista que esse ensino tornou-se opcional. Isso é, no nosso entender, um desrespeito à população negra, que sempre enfrentou desigualdades escolares, sociais, racismo e preconceito ao longo da nossa história.

1.2 A Lei 10.639/2003 para o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana

A Lei 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) de 1996, ao tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares do Ensino Fundamental ao Médio, dando destaque a algumas disciplinas como: artes, história e literatura nos sistemas de ensino público e privado.

O objetivo dessa lei foi resgatar a contribuição histórica do povo negro na sociedade brasileira em todas as áreas: social, cultural, econômica e política, considerando a grande contribuição que tiveram na formação do Brasil. É uma lei que representa um avanço, uma conquista muito importante para o povo negro no contexto da educação brasileira, porque, até então, não tínhamos a história contada na visão da cultura afro-brasileira.

A lei 10.639/2003, passados 5 anos, foi modificada pela 11.645/2008, com o objetivo de incluir no currículo escolar a temática História e Cultura dos povos indígenas do Brasil, que não havia sido apresentada na lei de 2003. Dessa perspectiva, o Art. 26-A, ganhou a seguinte redação: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 2008, [s/p]), ampliando a prerrogativa da igualdade, na educação, aos povos indígenas brasileiros.

Essas leis surgiram como um instrumento de combate ao racismo, à discriminação e ao preconceito, no entanto, evidenciamos que, mesmo após anos, muitas escolas públicas

trabalham com conteúdo da cultura afro-brasileira somente no dia 20 de novembro, dia da “Consciência Negra” e os povos indígenas no dia 19 de abril, o “Dia do Índio”. Essas comemorações ocorrem de uma forma muito discreta e, além disso, no caso dos negros, sobre uma única história a da escravização ou a da África apresentada de forma negativa, retratando um continente pobre de miséria e fome.

Assim, ao longo do tempo, foi repassado à sociedade brasileira o lado negativo da população negra, contado pelo povo branco e com um olhar negativo e eurocêntrico. Nesse sentido, é relevante mudar esse olhar, mostrando o lado positivo da cultura de povo que muito contribuiu e contribui com o Brasil. É importante apresentar os dois lados e levar ao ambiente escolar a valorização das “[...] feições étnico-histórico-culturais, e por isso mesmo socialmente situadas, que não há um único estilo de apreender e de significar o mundo”.(SILVA, 2005, p.158).

Nesse sentido, é importante a educação brasileira proporcionar — por meio de seus currículos escolares — o ensino da história e cultura afro-brasileira, possibilitando aos professores desenvolver conteúdos que favoreçam os estudantes para que tenham conhecimento das histórias que abordam o negro. De igual maneira, que conheçam os personagens negros e também pessoas que se destacam na nossa sociedade como: escritores, cantores e referências da história que se destacaram na resistência contra o racismo e as desigualdades, como: Zumbi dos Palmares, Acotirene, Dandara e que precisam estar no ambiente escolar.

Silva (2005) nos aponta a importância de trabalhar com livros que tenham a presença do negro como homem liberto, antes de ser escravizado e a luta pela sua liberdade que começou na época da escravidão, dos quilombos, dos conflitos e das resistências. Contar sobre como o Brasil se organizou na sociedade política, econômica, social e culturalmente, desde a África, no seu período pré-colonial. Hoje a luta é pelos direitos como cidadão.

À vista disso, é relevante trabalhar sobre o negro, em sala de aula, a partir do conhecimento da cultura e história afro-brasileira e africana, contando sua história, sua cultura, sua identidade e a sua participação na formação da sociedade brasileira, para que possamos nos livrar da visão preconceituosa e estigmatizada sobre o mesmo.

Da mesma maneira, ao trabalhar sobre as questões étnico-raciais, o professor deve tomar o cuidado para não tomar atitudes discriminatórias “preconceituosas, que envolvem um universo composto de relações raciais pessoais entre os estudantes, professores, direção da escola, mas também o forte racismo repassado através dos livros didáticos”. (SANT’ ANA, 2005, p. 50).

Nesse contexto, é importante que o docente saiba lidar com problemas encontrados no cotidiano de sala de aula como piadas, apelidos e ofensas que, na maioria das vezes, são amenizados ou invisibilizados como se fossem uma brincadeira. Assim, deixam de ser questionados como um apontamento de desrespeito que precisa ser trabalhado pelo professor com os estudantes. No entanto, é importante refletir sobre o que explica Gomes (2002) “Para sair dessa inércia em relação à questão racial na escola, é preciso assumir o compromisso pedagógico e social de superar o racismo, entendendo-o à luz da história e da realidade social e racial do nosso país” (GOMES, 2002a, p. 41).

Para trabalhar com práticas pedagógicas que contribuam com a lei 10.639/2003, é necessário primeiramente que a escola e seus profissionais reconheçam a presença da diversidade e das relações étnico-raciais dentro do espaço escolar. Reconhecer o negro como sujeito histórico da cultura nacional, que produz riqueza, é preciso “que sentimentos de superioridade e de inferioridade sejam superados, que novas formas de pessoas negras e não negras se relacionarem sejam estabelecidas”. (SILVA, 2005, p.158).

Em vista disso, é importante a formação continuada, mas encontramos desafios interinstitucionais na área de formação de professores, pois mesmo com a obrigatoriedade da lei 10.639/2003 regulamentada pelo Parecer CNE/CP 03/2004 e pela Resolução CNE/CP 01/2004, há necessidade de uma aliança entre a Instituição de Ensino Superior e a Instituição de Educação Básica para que a formação continuada, se consolide. Torna-se importante para incentivar a inclusão de práticas pedagógicas que discorram sobre a diversidade étnico-racial. Assim, é importante o oferecimento de formação para os professores, e demais membros da comunidade escolar, pois o gestor também precisa passar por um processo de formação, a fim de compreender a importância dessa formação e dessa liberação para que o educador possa atuar de uma forma mais qualificada.

Sugere-se, por exemplo, que se examinem nesses cursos, bem como em outros de formação continuada, para que futuros professores e professores já em exercício aprendam a assumir postura de combate ao racismo, a etnocentrismos e outras discriminações, de maneira efetiva, por meio de instrumentos pedagógicos. (SILVA, 2018, p.135).

Nesse processo educativo é importante privilegiar ações que contemplem metodologias diferenciadas e que facilitem a apropriação do conhecimento. A atividade pedagógica do professor deve ser pautada por ações intencionais e necessárias, usadas para superar as dificuldades na aprendizagem, pois “ao investigarmos as práticas das professoras no que tange à diversidade, buscamos compreender quais os princípios que as nortearam para desenvolver suas ações” (DIAS, 2012, p. 665).

Dessa maneira, trabalhar com o tema étnico-racial rompe barreiras impregnadas historicamente com práticas homogeneizadoras e monoculturais. Contudo, é importante a formação inicial e continuada, que torne os profissionais capacitados para exercer “[...] uma função-meio desencadeadora de práticas pedagógicas capazes de modificar a realidade hierarquizadora, discriminatória e preconceituosa”. (CATANANTE; DIAS, 2017, p. 104).

Essas práticas precisam estar articuladas a metodologias e estratégias que facilitem na apropriação do conhecimento do docente e favoreçam o ensino afro-brasileiro observado no cotidiano das instituições educacionais.

Portanto, a formação continuada tem um papel importante na transmissão de saberes nas relações da diversidade étnico-racial, porque dá suporte ao docente para que estabeleça as ações necessárias, atuando com ética nas relações sociais existentes na instituição escolar. Segundo Catanante e Dias (2017) “ou seja, sua ação implica reconhecer que os sujeitos da escola são diversos e que estão imersos em uma sociedade que costuma valorizar determinadas marcas de pertencimento” (CATANANTE, DIAS, 2017, p. 107).

A formação dos professores deve subsidiar as suas práticas docentes para que venham a desenvolver, em sala de aula, conteúdos, metodologias, práticas e disseminar conhecimentos básicos sobre a cultura africana e afro-brasileira e suas contribuições, por meio da própria educação, considerando os significados, a vivência dos estudantes, do professor e da comunidade.

Por isso, as metodologias desenvolvidas nas formações devem proporcionar que o professor proceda a uma análise crítica da própria prática, estimulando uma atitude reflexiva sobre os acontecimentos de seu cotidiano escolar e os alicerçando aos conhecimentos essenciais para intervir na realidade concreta da instituição, sendo para isso necessário que ele reconheça o racismo institucional e estrutural da sociedade brasileira, rompendo com a ideologia do mito, o que pesquisas têm constatado que não é tarefa fácil, porque pede a quebra de paradigmas fortemente constituídos na sociedade brasileira (DIAS, 2012, p. 672).

É importante encarar os novos desafios determinados por uma sociedade extremamente tecnológica, e que, pelos meios de comunicação lança milhares de informações e dissemina na maioria, discursos ideológicos e manipuladores, pensamentos etnocêntricos, presentes no senso comum, a respeito da população afro-brasileira e suas culturas. Assim, nos faz perceber o quanto a preparação do conhecimento é importante para as práticas pedagógicas no desenvolvimento da profissão docente.

Na instituição escolar, há certa resistência em trabalhar o tema étnico-racial, por isso, são relevantes as discussões enfatizando as relações sociais no contexto escolar da diversidade cultural, pois “sabemos que as relações políticas e pessoais são atravessadas por hierarquias que tomam o pertencimento étnico-racial como um dos critérios, mas se guarda um silêncio sobre isso, pelo menos, tenta-se, ou melhor, alguns tentam de alguma maneira evitar que se trate abertamente do tema. (CATANANTE; DIAS, 2017, p.109).

A educação para as relações étnico-raciais no Brasil deve ser inserida conforme a Lei 10.639/2003, nos estabelecimentos de ensino de forma interdisciplinar com o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Propor ações por meio do Projeto Político e currículo, bem como alternativas pedagógicas de modo a dignificar valores morais, éticos, religiosos e ambientais nas relações sociais, culturais com o outro.

Tratar da diversidade cultural brasileira num contexto geográfico, visando, portanto, reconhecer, valorizar e superar a discriminação aqui existente, é ter uma atuação sobre um dos mecanismos estruturais da exclusão social, componente básico para caminhar na direção de uma sociedade mais democrática, na qual os afro-descendentes se sintam e sejam brasileiros. (ANJOS, 2005, p. 177)

Nesse sentido, uma educação voltada a práticas pedagógicas com respeito, ética e dialogo em sala de aula, de maneira a mostrar a importância da história e cultura da população negra e suas contribuições no processo de construção do nosso país. Precisam levar em conta a questão dos conhecimentos escolares e extraescolares, ouvindo e utilizando de estratégias para que o professor execute com segurança e tranquilidade sua ação docente.

1.3 A Educação para o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena

Nosso país passou por transformações econômicas e sociais, que se iniciaram no final do século XX e que tiveram grande destaque no início do século XXI agregado ao processo de universalização da educação. Essas transformações reivindicaram mudanças nos conteúdos escolares, pois no entendimento de Tardif e Lessard (2007), o processo de ensino se ampliou para as massas, dessa forma, apontando para a reformulação dos conteúdos para contemplar a diversidade, determinando a reivindicação em direção a uma educação para todos, contemplando o ensino de História e principalmente, reconhecendo a necessidade contínua de reorganizar os conhecimentos históricos e didáticos.

É relevante para a pertinência da aplicação da lei 10.639/2003 e a 11.645/2008, que as instituições educacionais revejam a relação na formação dos indivíduos, preparando-os para que possam se relacionar nos espaços em que se encontra a diversidade, para que tenham

compreensão de sua importância como sujeito histórico, independente da sua condição social, econômica ou étnico-racial nas relações sociais e interpessoais.

Segundo Gramisch (2010, p. 25) “Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e de agir”, então refletir sobre a natureza de cada indivíduo, respeitando as diferenças, valores e crenças da diversidade é poder contribuir com o processo de formação nos espaços escolares.

A educação para as relações étnico-raciais no Brasil possibilita, por meio, dos seus componentes curriculares refletir sobre a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nas instituições educacionais “a escola brasileira tem que se haver com o processo histórico do racismo, com as práticas de discriminação racial, com o preconceito, com a constituição e propagação do mito da democracia racial”.(GOMES, 2002a, p. 43).

Nesse contexto, são importantes políticas de educação que possam proporcionar as instituições de ensino discussões sobre o negro e o indígena na sociedade brasileira, atendendo a Lei 11.645/2008 , dando a possibilidade de debater nos currículos escolares sobre os conteúdos da História e da Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Isto para que os educadores possam desenvolver competências e entendimento de suas práticas pedagógicas e não fiquem alienados ao que está estabelecido com capacidade de poder para enfrentar os desafios que vão se apresentando.

No governo Lula e Dilma houve a implementação de uma série de políticas de uma sucessão de ações afirmativas com o intuito de reparar injustiças, excluir discriminações, promover a inclusão social e os direitos como cidadão na sociedade brasileira. Hoje, o reconhecimento e a valorização de leis afirmativas são primordiais para que haja inclusão dos povos excluídos historicamente, como negros e indígenas.

É extremamente relevante que a escola trabalhe com a inclusão escolar, conheça as desigualdades existentes em seu interior, o racismo, a discriminação e que reconheça a importância do combate à essas diferenças étnico-raciais encontradas no interior dessas instituições escolares , para que possa assegurar formação para a cidadania, valorizando a sua identidade , cultura e história.

Na educação brasileira, a efetivação das leis 10.639/2003 e a 11.645/2008 reivindicou uma reestruturação nas práticas pedagógicas, pois buscou reconhecer as contribuições e a visibilidade dos afro-brasileiros e indígenas na construção e formação do território brasileiro. Essas duas leis têm como objetivo: resgatar a história, cultura que ao longo do tempo ficaram invisibilizadas. Essas culturas indígenas e afro-brasileira constituem as nossas raízes históricas e não podem ficar distante do ensino brasileiro. A sala de aula é um importante

lugar, para o debate sobre a construção histórica de diferentes povos no Brasil, de maneira crítica e contextualizada, reconhecendo que as matrizes afro-brasileiras, africanas e indígenas tem igual importância.

Portanto é necessário que a educação se volte para os grupos étnico-raciais e que as instituições repensem suas práticas pedagógicas, estratégias e metodologias de ensino para o enfrentamento e combate as desigualdades, exclusão da diversidade, mas para isso, como nos coloca Freire (2013, p. 42) “O caminho da superação daquelas práticas está na superação da ideologia autoritariamente eletista”.

Dessa forma, é oportuno que as instituições escolares incluam no seu currículo, no projeto político pedagógico (PPP) e plano de ensino o conteúdo sobre a História e Cultura Afro-brasileira, Africana e indígena para desmistificar ideologias e mostrar a contribuição histórica de negros e indígenas.

Dessa maneira, é necessário mudar a maneira de aplicar os conteúdos, para que os educandos não vejam como natural a omissão das construções sociais, cultural, histórica e suas experiências, modificando posturas e posições políticas. Assim, poder mostrar aos estudantes o valor cultural e histórico dos povos negros e indígenas, mas “Isso demanda trabalhos de cunho histórico, em meio a processos permeados por diálogos entre as teorias e as situações práticas de ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” (FONTENELE; CAVALCANTE, 2020, p. 04).

A formação de professores para as relações étnico-raciais, ainda caminha a passos longos para que o cumprimento da Lei 10.634/03 e da Lei 11.645/2008, mesmo com a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, e indígena na educação brasileira. Dessa forma, dificultando a construção de novos conhecimentos, suas relações sociais, de igualdade e respeito aos grupos étnico-raciais. Pois, o momento de formação é importante para transformações nas relações com a diversidade, é possível trabalhar de forma que todos tenham acesso e garantia de direitos e espaços.

Em relação à educação para as relações étnico-raciais em 2003 no governo de Luiz Inacio Lula da Silva tivemos grandes avanços alcançados com a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial do SEPPIR, porém muitas de suas funções foram inseridas dentro do Ministério da mulher, família e direitos humanos ganhando assim, invisibilidade no governo atual de Jair Messias Bolsonaro (2020) a população negra teve um grande retrocesso nesse processo.

Dessa forma, estamos passando por uma série de problemas e políticas que atingem diretamente a educação para as relações étnico-raciais, em que negros e indígenas estão perdendo espaço e garantias de direitos na sociedade brasileira. Isso vem aparecendo

explicitamente pela esfera federal, por meio do desmonte educacional, colocando abaixo tudo que foi conquistado na educação brasileira pelo movimento negro e indígena e que está se perdendo. Há, principalmente falta de investimentos, infraestrutura, políticas públicas, refletindo, dessa forma, nas intuições de ensino, sendo necessária uma reestruturação urgente. De acordo com Catanante & Henkin (2015)

Refletimos a respeito da importância da formação de professores nas temáticas de gênero e raça como forma de construir novos valores que produzam relações igualitárias, em que a tolerância e o respeito à diversidade sejam ponto pacífico. Num momento de transição, no qual as forças estão em desequilíbrio, com as relações estabelecidas ruindo, é possível interferir de forma planejada na reorganização dessas relações de forma que todas as pessoas tenham garantido os seus direitos, o seu espaço, a sua humanidade. Entendemos que a escola pode ser o local inicial dessa transformação. (CATANANTE & HENKIN, 2015, p.240-241)

Dessa maneira, para que haja uma perspectiva de avanço na educação brasileira, são importantes as políticas públicas com ações afirmativas, que contemplem os grupos étnico-raciais como negros e indígenas, especialmente no ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. É preciso dar condições para que as instituições de ensino possam reavaliar os currículos e trabalhar a diversidade cultural que configura as relações sociais no Brasil e que funciona como instrumento de resistência e voz ao povo negro, que ainda sofre com o racismo, o preconceito e a discriminação na nossa sociedade.

1.4 As concepções das práticas pedagógicas para as relações étnico-raciais

As instituições de ensino fazem parte de uma sociedade com padrões enraizados e conflitantes para a história cultural e educacional da sociedade brasileira, em uma trajetória que vem desde o início do século XX.

Com essas novas demandas da sociedade brasileira houve a necessidade de mudanças nos conteúdos escolares, pois como nos afirma Tardif e Lessard (2007), surge uma nova demanda a da escolarização das massas, então, os conteúdos trabalhados foram repensados para atender a essa nova diversidade, estabelecendo a necessidade de uma educação que contemple a todos e um ensino de história voltado aos novos atores anteriormente excluídos, com reparação e reconhecimento histórico e transformação pedagógica nos saberes.

Desse modo, para acompanhar as transformações ocorridas, segundo Gatti (2017, p. 723) é necessário ter compreensão dessa sociedade, dentro de um contexto histórico, que integra as relações sociais, políticas, econômicas e multiculturais.

Diante dessa realidade, o professor precisa se resignificar para construir práticas pedagógicas com domínio crítico de seu fazer em sala de aula, no sentido de transformar a

coletividade, dando significado e sentidos à aquisição do conhecimento. De acordo com Freire (1979) “O tema que se lhe opõe a visão crítica e dinâmica do mundo, permite “desvelar” a realidade, desmascarar sua mitificação e chegar à plena realização do trabalho humano: a transformação permanente da realidade para a libertação dos homens” (FREIRE, 1979, p. 17).

Portanto, a prática docente não é somente para seguir os roteiros para exposição nas aulas, isto é, algo fixo, determinado por regras, como uma ação mecânica. Na verdade, é preciso compreender a história humana e a formação dos diferentes grupos étnicos-raciais, com sua história e cultura, é experimentar saberes e experiências humanas, para, dessa forma, “potencializá-los e transformá-los”. (DIAS, 2012, p. 633).

Dessa maneira, devemos tomar cuidado no processo de ensino para não utilizarmos só dos mecanismos como planejamento, avaliações, técnicas excessivas e utilizá-las como embasamento final. A educação vai além de tudo isso, diz respeito ao conhecimento, ao estudo teórico dos acontecimentos sociais, tendo como finalidade, proporcionar diálogos constante entre as diversidades encontradas, necessárias aos indivíduos e à natureza, que vivem em constantes mudanças.

Para transformar a prática docente em seu fazer pedagógico, o professor tem que trabalhar de maneira crítica, flexível e consciente da intencionalidade que conduz as suas práticas. Conforme afirma Freire “A conscientização não pode existir fora das “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão” (FREIRE, 1979, p. 15).

Nesse sentido, o professor deve estar atento ao seu ato-ação e para isso, sua preparação é fundamental. Segundo Dias (2012, p. 668), a formação de professores é necessária para desenvolver uma pedagogia voltada aos diferentes grupos étnico-raciais, para, dessa forma, trabalhar com práticas pedagógicas voltadas às Relações étnico-Raciais e com um currículo em que esteja inserido o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O docente mais seguro vai desenvolver metodologias e estratégias de ensino que contemplem as relações étnico-raciais, assim poder construir práticas pedagógicas que facilitem na apropriação do conhecimento sobre o assunto e melhor contribuir com formação dos estudantes “[...] sabendo que pode escolher as práticas de aprendizagem a serem desenvolvidas e que estas revelam a perspectiva de sociedade que se quer, compreende a importância de sua atuação. É essa consciência que produz as mudanças almejadas. (Dias, 2012, p.668)

Isso nos faz perceber o quanto a formação inicial e continuada é importante para o desenvolvimento da profissão. O docente precisa de uma formação em que possa perceber e

compreender as culturas outras, desenvolvendo práticas que valorizem a diversidade cultural existente no nosso país, como é o caso da cultura afro-brasileira.

Isso requer desenvolver um trabalho de caráter histórico, nem um ambiente em que haja diálogo com aportes teóricos, envolto por cenários práticos que estejam em consonância com as diversas áreas do conhecimento e, no caso desta pesquisa, com o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Assim sendo, em concordância com o que afirma Freire poderá “permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens, relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...]” (FREIRE, 1979, p.21).

Nessa perspectiva se faz necessário traçar caminhos que possibilitem modificações na conjuntura atual para práticas educacionais antirracistas e buscar condições, a fim de proporcionar aos professores formações que lhes possibilitem identificar e saber trabalhar com a multiculturalidade dos grupos étnico-raciais e sociais. Contudo, reconhecer que cada um possui suas identidades próprias e que enfrentam injustiças e lutas sociais, que constituem o mundo contemporâneo, contribuindo com a equidade social e educacional, não deixando de “[...] pensar e imprimir ações que, considerando os dados de nossa realidade educacional, possam de fato contribuir para a diminuição das desigualdades que estamos gerando com nosso sistema escolar” (GATTI, 2017, p. 734).

Nesse segmento, é importante refletir com Gomes (2003b):

A formação de professores/ras, sobretudo a que visa a diversidade, deveria considerar outras questões, tais como: como os/as professores/ras se formam no cotidiano escolar? Atualmente, quais são as principais necessidades formadoras dos/das docentes? Que outros espaços formadores interferem na sua competência profissional e pedagógica? Que temas os/as professores/ras gostariam de discutir e de debater no seu percurso de formação e no dia-a-dia da sala de aula? E que temáticas sociais e culturais são omitidas, não são discutidas ou simplesmente não são consideradas importantes para a sua formação profissional e para o processo educacional dos seus alunos? Será que a questão racial está incluída nessas temáticas omitidas ou silenciadas? (GOMES, 2003b, p. 169)

Esses questionamentos são importantes no sentido de contribuir com o fazer pedagógico do professor, proporcionando-lhe uma formação inicial e contínua que atenda as exigências da sociedade contemporânea que carece da compreensão das diversidades culturais e sociais. É preciso, portanto, que esse professor se proponha a desenvolver atividades em sala de aula, que contemplem os diferentes grupos étnicos e suas culturas, bem como as relações sociais e raciais que são temas ligados aos sujeitos envolvidos que estão na escola com suas diferentes identidades

Gomes (2003b) afirma que temos que ter um olhar direcionado às temáticas raciais, sociais e culturais e fazer a inserção desses temas nos cursos de formações e nas disciplinas, voltadas para uma visão antropológica, pois elas nos ajudam a ter a compreensão entre a cultura e a educação nos diferentes aspectos sociais, culturais de uma sociedade. “É por meio da educação que a cultura introjeta os sistemas de representações e as lógicas construídas na vida cotidiana, acumulados (e também transformados) por gerações e gerações” (GOMES, 2003a, p. 170).

Dessa forma, é importante que o professor tenha consciência desse processo e realize em seu fazer pedagógico o resgate histórico dos povos, no caso desta temática, o negro. Mas Gomes (2003a) explica que para que essa valorização da cultura negra possa acontecer é importante que os professores trabalhem com uma educação engajada, partindo de um contexto global para entender as relações que envolvem o Brasil com os outros países.

Basso (1998) nos convida a refletir que para desenvolver práticas pedagógicas de valorização da cultura afro-brasileira e africana é necessário trabalhar com os conhecimentos que o estudante traz para a escola, transformando o conhecimento do senso comum em conhecimento científico por meio de conteúdos significativos, trabalhados a partir da realidade social desse estudante.

Para Nóvoa (2012), o ensino não deve ser pautado na atividade de transmissão, mas em um processo de construção de saberes embasado cientificamente. Assim sendo, para que o professor consiga fazer toda essa articulação para ajudar o educando a construir o seu próprio conhecimento — além do domínio de conteúdo — é preciso ter também estratégias de ensino e metodologias variadas para atender a diversidade cultural existente na sala de aula.

Em vista disso, para se apresentar uma proposta de construção do conhecimento ao educando é necessário a compreensão de que, para que isso aconteça, a articulação de saberes no ensino não compreende exclusivamente a instituição escolar. Nesse contexto, a escola é apenas um lugar beneficiado para o processo formativo e o docente não é o único a arcar com a responsabilidade de ensinar, portanto, a aprendizagem vai além do espaço escolar:

ART. “1º a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996, [s/p]).

Portanto, é relevante o professor, em suas práticas pedagógicas, levar em conta as atividades extraescolares por meio dos movimentos culturais, sociais e ONG’S, que precisam ser reconhecidos e legitimados por ele. A aprendizagem é ampla e está inserida em um processo cultural, articulada com outros espaços. De acordo com Gomes (2003b):

É essa visão do processo educativo escolar e sua relação com a cultura e a educação — vista de uma maneira mais ampla — que nos permite aproximar e tentar compreender melhor os caminhos complexos que envolvem a construção da identidade negra e sua articulação com os processos formativos dos professores e das professoras. É também essa visão que nos possibilita compreender a presença da dimensão educativa em diferentes espaços sociais e não somente no interior da escola (GOMES, 2003b, p. 171).

Dessa perspectiva, o docente deve considerar e conhecer metodologias e estratégias diferenciadas para que possa trabalhar com práticas pedagógicas na escola que levem ao fortalecimento e efetivação das Lei 10.639/2003 e 11.645/2008. Contudo, é relevante que dialogue com vários espaços sociais e políticos, valorizando as diversidades de cultura, que envolvem grupos diferentes.

Nesse sentido, o estudante se torna sujeito de sua própria história, tornando-se mais participativo e fortalecendo a sua autoestima, agindo com autonomia na procura de respostas e métodos crítico de aprendizagem. É relevante motivá-lo no próprio ato de estudar, proporcionando um currículo que não seja padronizado e nem alienado a sua realidade e que corresponda as suas expectativas culturais, históricas, sociais, não isoladas dos conteúdos oferecidos e que possuem valor crítico.

Segundo Freire (1983) existem dois momentos do conhecimento para dialogar dialeticamente, em que o primeiro é o momento da produção do novo e o outro momento o do conhecimento existente. O que ocorre, é que esses momentos correm o risco de serem divididos: trabalhando somente o conhecimento existente, o professor passa uma mera transferência desse conhecimento, esquecendo-se do outro momento, o do desenvolvimento da capacidade, da curiosidade, da crítica e das inquietações encontradas nos sujeitos em aprender. Conforme Freire (1986):

A educação deve ser integradora – integrando os estudantes e os professores numa criação e recriação do conhecimento comumente partilhado. O conhecimento, atualmente, é produzido longe das salas de aula, por pesquisadores, acadêmicos, escritores de livros didáticos e comissões oficiais de currículo, mas não é criado e recriado pelos estudantes e pelos professores nas salas de aula (SHOR e FREIRE; 1986, p. 14).

Nesse sentido, por meio de uma educação libertadora podemos chegar a uma metodologia de educação que dialogue com as diversidades encontradas na sociedade, pois, “Uma das características de uma posição séria, na educação libertadora, é, para mim, o estímulo à crítica que ultrapassa os muros da escola.” (SHOR, FREIRE, 1986, p. 24) .

Essa crítica contribui para um cidadão humanista e formador de opinião na sociedade, e que pode desvelar o contexto histórico e políticos impregnados sobre os grupos étnico-

raciais no ensino e trabalhar com práticas pedagógicas que penetrem em todos os grupos encontrados nas instituições escolares, desenvolvendo o pensamento crítico e não apenas de a reprodução do conhecimento.

As concepções das práticas pedagógicas necessitam, portanto, serem construídas com um olhar crítico, com o propósito de mudanças e transformações dos educandos. Levar em conta as diferentes culturas, as experiências trazidas pelos alunos fora da instituição escolar, transformando em conhecimentos científicos. Trabalhar com diferentes estratégias e metodologias para que os conteúdos repassados tenham significado para os estudantes.

2 CAPÍTULO II: O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO

Este capítulo discorre sobre as discussões teóricas acerca da importância de desenvolver práticas pedagógicas antirracistas que fomentem ações afirmativas de reconhecimento do negro. Busca entender os sujeitos que constituem o espaço escolar, que estabelecem diferentes relações étnico-raciais, para uma educação voltada à cultura, identidade e ao processo histórico de reconhecimento.

O capítulo está dividido em seis subitens. No primeiro discorreremos sobre as discussões teóricas, que estimulam ações afirmativas para o reconhecimento do negro em nossa sociedade, bem como entender sobre os diferentes grupos étnico-raciais no espaço escolar. No segundo subitem abordamos sobre o reconhecimento da cultura e identidade para as relações étnico-raciais. O terceiro subitem trata dos movimentos sociais na luta pelos direitos, contra o racismo e as desigualdades sociais, a fim de ampliar o panorama sobre as questões étnico-raciais na instituição escolar, contexto em que nos deparamos com diferentes diversidades étnico-raciais com destaque para o Ensino Médio, contexto desta pesquisa.

O quarto subitem trata das questões étnico-raciais sob a óptica do Ensino Médio no espaço escolar, para que esses estudantes tenham a compreensão da contribuição da história do povo negro ao país, valorizando-a e reconhecendo-a como parte da formação da nossa sociedade e, dessa forma, saber lidar com as diversidades encontradas no ambiente escolar e na sociedade. No quinto subitem trataremos sobre o lócus da pesquisa e no sexto subitem apresentaremos a Comunidade Quilombola Furnas dos Baianos.

2.1 A escola como espaço de construção para as relações étnico-raciais

A escola é um espaço que propicia a construção do desenvolvimento social dos educandos, para que sejam sujeitos capazes de entender a sua realidade, de forma consciente e crítica, pois conforme explicitado no primeiro capítulo, concordamos com Gomes (2003b), quando afirma que “A escola é vista, como uma instituição em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade”. (GOMES, 2003b, p. 170).

Nesse contexto, é importante que a escola trabalhe com o currículo escolar, reforçando o extraescolar, para isso é essencial que o professor, de forma mediadora,

fundamente as suas práticas pedagógicas, por meio de uma visão multicultural. Dessa perspectiva, para compreendermos melhor a escola como esse espaço de construção para a reflexão sobre as diversidades — inclusas as relações étnico-raciais — é importante entender que encontramos imensas desigualdades no ensino, no reconhecimento dessa diversidade, bem como no que diz respeito à qualidade do aprender.

No entanto, a escola precisa desmistificar isso e procurar promover ações que possibilitem a compreensão das diferenças existente no seu interior e busque um fazer fundamentado no conhecimento científico que eleve a qualidade da aprendizagem de todos os estudantes. Segundo Gramsci (1982, p. 09) “A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis”. Por conseguinte, é necessário o preparo desses educandos, voltado à aprendizagem intelectual e não somente para o trabalho, como ocorre, via de regra, com os jovens do Ensino Médio.

Sob essa óptica, é benéfico que o educando tenha um lugar de socialização cultural e de integração social, para que possa ir além dos muros da escola, sendo capaz de enfrentar a diversidade e suas relações, saber interagir com os diferentes grupos sociais, respeitando essas diferenças, ter entendimento de si e do seu papel na sociedade.

Nesse caminho, as intuições escolares necessitam partir de uma formação de base desenvolvendo as capacidades intelectuais dos seus educandos, para depois partir para a profissionalização escolar, no entanto, a educação brasileira está na contramão desse objetivo, como vem acontecendo com a última etapa da Educação Básica, o Ensino Médio.

Nesse entendimento, a escola deve estar voltada a uma formação consciente e crítica, atendendo as expectativas dos sujeitos envolvidos em sua diversidade existente na instituição de ensino, entre eles negros e indígenas. É fazer com que o estudante do Ensino Médio conheça o seu papel na sociedade, trabalhando com o reconhecimento, a identidade e a cultura do negro na construção da história do país.

Para Freire (1967, p. 12) a escola deve vir com uma nova proposta voltada a “uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política”. Deve abraçar uma educação pela liberdade, com acesso ao conhecimento, contemplando a cultura e assim tendo suporte nas lutas sociais e políticas. Dessa maneira, poderá suprir as necessidades de cada grupo social e das diferentes culturas, fazendo com que o jovem seja crítico, transformador e que compreenda a sociedade em que está vivendo.

Nesse sentido, Munanga afirma que:

Para que a escola possa caminhar nessa direção é necessário que professores e professoras compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades,

a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões significa ir além dos conteúdos escolares ou temas transversais. Significa ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da formação humana se manifestam na vida das pessoas e no próprio cotidiano escolar (MUNANGA, 2005, p. 143-154).

É pertinente, portanto, que o educador entenda o processo educacional, reconhecendo as distinções e as desigualdades existentes nas relações sociais, culturais e identidades, tomando atitudes responsáveis com ações conscientes de preparação dos educandos, para o conhecimento e a competência em suas práticas pedagógicas, removendo contextos histórico-políticos manipuladores presentes no senso comum contribuindo, dessa forma, com a formação humana.

Nesse sentido, os estabelecimentos escolares devem favorecer e subsidiar os docentes para que desenvolvam em sala de aula conteúdos, metodologias e práticas que contemplem a história e cultura do negro e do indígena, disseminando conhecimentos que favoreçam a cultura africana e afro-brasileira, africana e indígena por meio da própria educação, levando em conta os conhecimentos importantes ou significativos, da vivência do educando, do professor e da comunidade, colaborando histórica e diversamente nos diferentes campos do conhecimento.

É indispensável, portanto, que os docentes que se encontram com um olhar soberano e único de cultura, identidade e diferença caminhem para esse desafio. Para isso, é importante não estar alienado e enxergar que o universo que nos rodeia é múltiplo, híbrido, inacabado, distinto, instável, a todo o momento em processo de (re) significações de novas identidades. É na interação com o outro que percebemos as diferenças, que não existe uma natureza única cultural, porque é na relação com outras identidades que construímos novas identidades. De acordo com Gomes (2003b, p. 171) “Nesse sentido, quando pensamos a articulação entre educação, cultura e identidade negra, falamos de processos densos, movediços e plurais, construídos pelos sujeitos sociais no decorrer da história, nas relações sociais e culturais”.

De igual maneira, a escola deve disponibilizar aos jovens e adolescentes do Ensino Médio um mecanismo que contribua com o desenvolvimento do trabalho intelectual, preparando esse jovem para o mundo e criando espaços de socialização, integração, voltados às diferenças de classes e as diversas condições étnico-raciais. Construir projetos voltados para a inclusão, trabalhar para a diversidade cultural, com conteúdos isentos de preconceitos para que os educandos se apropriem de valores morais, éticos, religiosos e ambientais.

Deve proporcionar, ainda, discussões e debates para fomentar diálogos que abarquem

os diferentes grupos étnico-raciais, contemplando o papel do negro e do indígena na construção da nossa sociedade em articulação com projetos voltados as diferenças.

Por fim, para as relações étnico-raciais existentes no interior da escola voltadas ao Ensino Médio, que se cumpra a implementação de ações comprometidas com a valorização, as influências e as contribuições da cultura afro-brasileira, para construir uma identidade brasileira agregada a do negro. E, para isso, são relevantes discussões, enfatizando as relações sociais e étnico-raciais no contexto escolar da diversidade cultural, culminando na superação de preconceitos, racismo e estereótipos.

2.2 A importância da cultura, identidade e educação para as relações étnico-raciais

As diferentes culturas necessitam ser reconhecidas e valorizadas, pois se interrelacionam e dão significado à humanidade, incumbidas pelas diferenças com que estabelecem os processos identitários e mesmo sendo constituídas de formas variadas, normalmente são tratadas na sociedade como acabadas e definitivas. Quando ressaltamos que a identidade não possui uma única natureza, que é múltipla, estamos de acordo com Silva quando se coloca sobre a construção da identidade: “Deste modo, construímos nossas identidades – nacional, étnico-racial, pessoal, apreendemos e transmitimos visão de mundo que se expressa nos valores, posturas, atitudes que assumimos, nos princípios que defendemos e ações que empreendemos.” (SILVA, 2007, p. 491), ou seja, essa construção se dá na multiplicidade de visões de mundo que, em contato com outras diferentes visões de mundo nos constituem identitariamente.

Quando salientamos que a identidade não possui uma única essência, estamos reconhecendo que sempre surgem novas identidades, que se multiplicam incessantemente na sociedade, com novos espaços culturais, vivências com culturas e olhares diferentes. Nessa perspectiva, é importante o reconhecimento de uma maneira positiva dessas múltiplas identidades e saber trabalhar com essas diferenças para que não haja divisão, nem submissão de poder, onde todos possam caminhar juntos para o alcance de uma sociedade transformadora, lutando pelos mesmos direitos e interesses de classes. Segundo Paulo Freire:

Só na medida em que estes e aqueles se assumam como a grande maioria de dominados e não mais como minorias divididas entre si e reconheçam a identidade de seus interesses, na diversidade de suas realidades, é que se percebem como companheiros de uma mesma jornada. (FREIRE, 1981, p. 58).

Dessa maneira, podemos almejar uma sociedade em que não haja dicotomia social, de classe, cultura e assim poder trabalhar com as diversas identidades raciais, principalmente a que vem de um racismo estrutural, pois temos que ser conforme Munanga (2015) “Consciente

de que a discriminação da quais negros e mestiços são vítimas apesar da “mistura do sangue” não é apenas uma questão econômica que atinge todos os pobres da sociedade, mas sim resultante de uma discriminação racial camuflada durante muitos anos” (MUNANGA, 2015, p. 24), assim sendo, propor uma educação antirracista consciente do papel de negros e indígenas que contribuíram de forma positiva, na formação histórica brasileira.

Diante disso, entender o momento histórico é muito importante para compreensão da relação cultural entre as gerações e suas identidades e desenvolver políticas públicas que tenham a intenção de desempenhar iguais oportunidades para todos. Investir na educação para a igualdade racial voltada para contemplar as diversidades étnico-raciais, promover ações encaminhadas na formação inicial e continuada dos docentes da Educação Básica e a produção de material didático próprio, visando a valorização da diversidade étnico-racial, para vencer o racismo e a discriminação racial na escola.

Segundo Freire (1981, p. 20) “A educação, qualquer que seja o nível em que se dê, se fará tão mais verdadeira quanto mais estimule o desenvolvimento desta necessidade radical dos seres humanos, a de sua expressividade”. Portanto, é preciso compreender o percurso histórico e as práticas que contemplam as diferenças e as identidades, bem como estarmos dispostos a desconstruir e (re) significar os conceitos e práticas fundamentais de identidade e diferença. Para isso segundo Munanga:

À afirmação universalista da identidade intrínseca da humanidade veio se sobrepor uma nova convicção: existe, é certo, uma identidade humana, mas essa identidade é sempre diversificada, segundo os modos de existência ou de representação, as maneiras de pensar, de julgar, de sentir, próprias às comunidades culturais, de língua, de sexo, às quais pertencem os indivíduos e que são irredutíveis às outras comunidades (MUNANGA, 2005, p. 03).

Desse modo, para entendermos melhor a formação da identidade devemos ter a compreensão de onde se deu seu contexto histórico, que vem de uma cultura de dominação hegemônica eurocêntrica. É relevante a compreensão de “que a realidade social objetiva, não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso” (FREIRE, 1987, p. 57). Considerar, portanto, que ela não é previamente formada por aspectos puramente biológicos ou geográficos, enfim, naturais. A identidade é formada por grupos distintos, por isso não devemos nos pautar em um determinado grupo dominante e sim daqueles que têm consciência de sua existência.

2.3 A importância dos movimentos sociais para reconhecimento identitário

Os movimentos sociais como o do negro foram importantes na luta pelos direitos e no

combate ao preconceito e ao racismo, principalmente no reconhecimento de sua identidade. Para esse entendimento, é relevante à compreensão da história e do papel do negro e seu percurso de lutas e entraves para a conquista do seu espaço na sociedade brasileira.

Nesse viés, na formação do Brasil a escravidão estava por toda parte, mas na busca pela liberdade, surgiram os movimentos negros, que se organizavam nos chamados quilombos para negação desse mundo de escravidão e subalternização. Um dos maiores quilombos que existiu foi o de Palmares que abrigava um grande número de pessoas e de famílias. Era uma forma de organização que serviu para que as populações negras resistissem à violência do trabalho escravo e a posse dos seus senhores.

Desde essa época, o movimento negro vem promovendo ações que favoreçam a identidade negra, combatendo o racismo, a discriminação, a violência e mostrando as diferenças baseadas nos conceitos de dominados e dominadores frente a uma sociedade que coloca a divisão de raças, etnias em caráter benéfico.

É importante destacar que a pessoas, no decorrer da história, levam em consideração as características físicas do negro e não o ser em si, negando a identidade negra. Silvério (2002) nos leva a refletir sobre a importância de desmistificar o contexto histórico em que se encontra o negro e sua identidade ao afirmar “Creio que as desigualdades são um produto de uma trama complexa entre o plano econômico, político e cultural” (SILVÉRIO, 2002, p. 222). Dessa forma, as desigualdades são geradas por meio da interrelação entre os campos políticos, cultural e econômico.

Nesse cenário, os enfrentamentos e reivindicações do movimento negro no Brasil, os movimentos sociais e políticos se intensificaram no governo do ex-presidente Luiz Inácio, em 2003. Trilhando por esse caminho, a população negra teve grande conquistas com o retorno da democracia e inclusão para discussão de uma nova Constituição, onde o movimento negro ganhou força na luta contra o racismo e a discriminação, promovendo a igualdade racial.

Por esse prisma, com a Constituição Federal, tivemos leis que favoreceram os direitos dos negros no Brasil, mas o que vemos na prática não é o que está escrito. Dia após dia percebemos muitas ações e atitudes de desrespeito e preconceito contra os negros, tornando necessária uma maior problematização desse assunto dentro das escolas, na tentativa de educar crianças para formar uma sociedade menos preconceituosa, mais justa e com um olhar diferenciado, com um olhar de respeito para a cultura do outro, enxergando pessoas e não a cor.

2.4 A educação étnico-raciais no espaço escolar

Nas instituições de ensino encontramos grupos de diversidades étnico-raciais em diferentes contextos, e isso se presentifica no Ensino Médio também. Dessa maneira, devemos almejar por uma educação comprometida em formar cidadãos com direitos iguais e que lutem pela conquista de uma sociedade igualitária, menos racista, preconceituosa e que reconheça essas diferenças, reconhecendo também a grande contribuição dessa diversidade humana para a nossa história, valorizando-a como parte da formação da nossa sociedade. Conforme Silva:

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais. Em outras palavras, persegue o objetivo precípua de desencadear aprendizagens e ensinamentos em que se efetive participação no espaço público (SILVA, 2007, p. 490).

A escola, conforme referido anteriormente, deve ser um espaço de mediação de aprendizagens, pois deve reconhecer e estar preparada para enfrentar grandes desafios, em relação às necessidades que vão se apresentando, tanto individual como coletiva, valorizando as relações étnico-raciais que se apresentam no interior da mesma. Levar em conta o processo histórico de cada diversidade e assim propor políticas que favoreçam os mesmos, sendo pertinente um grande engajamento e comprometimento de todos os responsáveis pela instituição escolar, respeitando as diferentes vivências, culturas, desigualdades sociais existente dos(as) negros(as) e outras populações que lá se encontram.

Nessa configuração, devemos trabalhar com um currículo que privilegie as questões étnico-raciais por meio do desenvolvimento de projetos voltados a valorização do negro dentro da instituição de ensino. Isso se faz necessário porque, na maioria das vezes, não encontramos projetos pedagógicos, nem materiais didáticos contextualizados conforme a necessidade dos grupos étnico-raciais envolvidos, de forma objetiva ou intencional. Além disso, quando somente uma pequena parcela de professores e estudantes são envolvidos, realizando um trabalho isolado, sem a participação de todos da unidade escolar.

Por outro lado, os trabalhos e projetos educacionais que visam mudanças, na maioria das vezes, não têm continuidade, prejudicando muito a questão do reconhecimento e de ações que favoreçam a questão da diversidade. Assim sendo, não conseguimos combater o racismo, e as desigualdades sociais com as quais nos deparamos na rotina da escola. Portanto, se faz necessário fortalecer as ações e debates, que visam a colaborar com os diferentes grupos, dando continuidade aos estudos e projetos voltados a valorização e ao reconhecimento.

Nessa configuração:

Um dos primeiros caminhos a serem trilhados nessa direção poderá ser o da

inserção, nos cursos de formação de professores e nos processos de formação em serviço, de disciplinas, debates e discussões que privilegiem a relação entre cultura e educação, numa perspectiva antropológica (GOMES, 2003 b, p. 169).

Dessa perspectiva, segundo Silva (2007, p. 491), na busca pelo conhecimento “Tratar, pois, de ensinamentos e de aprendizagens, é tratar de identidades, de conhecimentos que se situam em contextos de culturas, de choques e trocas entre jeitos de ser e viver, de relações de poder”. Portanto, o que Silva coloca se relaciona com o que Gomes pontua, pois é preciso ir além e, nesta temática, a perspectiva antropológica é relevante, mais ainda se pensarmos que ao longo do tempo a educação era voltada apenas a uma parcela da população brasileira, desconsiderando as diversidades encontradas em todos os aspectos como na educação, na economia e na cultura, prevalecendo essa dominação por muitos anos ignorando as múltiplas identidades existentes.

Consideraremos, também, que racismo e desigualdade socioeconômica caminham lado a lado. Por isso, a escola brasileira tem que se haver com o processo histórico do racismo, com as práticas de discriminação racial, com o preconceito, com a constituição e propagação do mito da democracia racial e com a inculcação da ideologia do branqueamento (GOMES, 2002, p. 43).

De acordo com o que preceitua o autor, é relevante o engajamento da escola contra essas desigualdades e o processo histórico de subalternização que vêm sendo enraizados desde o Brasil colônia e continuam sendo realizada nas atividades escolares, não respeitando o currículo escolar que nos possibilitou — com a implementação da lei 10.639/2003 — trabalhar com a temática da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no ensino.

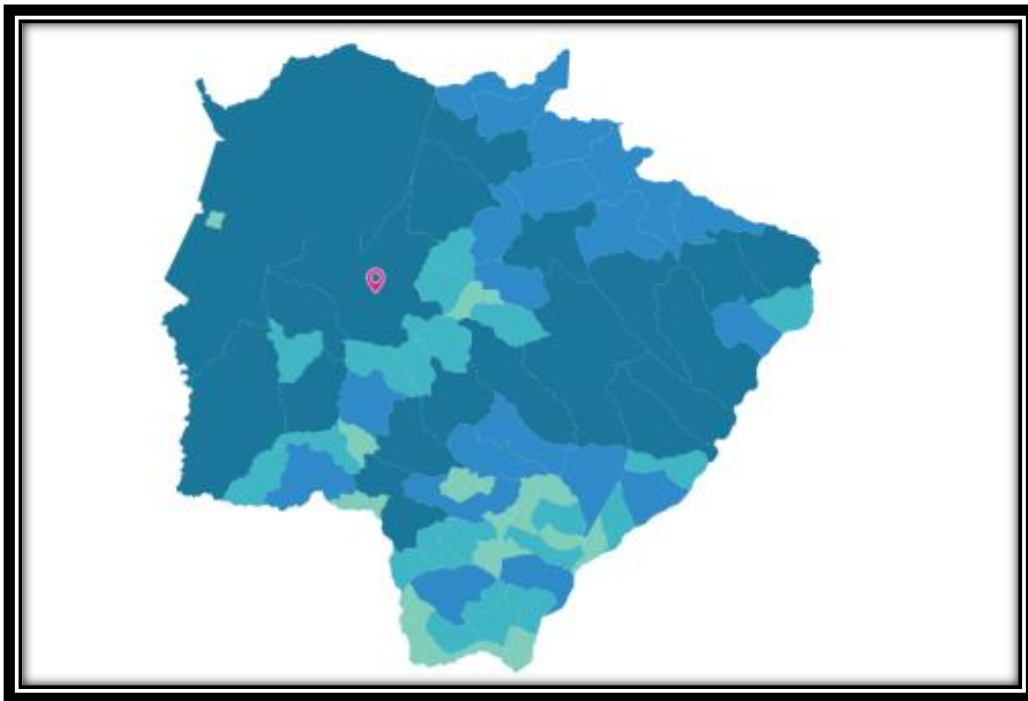
Nesse engajamento as instituições escolares têm que estar comprometida em proporcionar formações de professores, com pesquisas científicas e estudo contínuo. É de grande relevância também que a maioria dos docentes negros (as) e não negros (as) tenham consciência em trabalhar com o currículo que contemple a diversidade, sempre com um olhar voltado a essas diferenças como identidade, cultura e economia para sustentar e subsidiar suas práticas educativas, procurando mostrar como se atua frente às diversidades encontradas na sala de aula .

Não obstante, a Lei 10.639/2003, nos oportunizou priorizar um currículo escolar que favorecesse os saberes afro-brasileiros e africanos, algo até então negado devido à cultura, à política e à ideologia eurocêntricas, que se perpetuaram por muito tempo na sociedade brasileira. Atualmente, ainda caminhamos a passos longos com projetos voltados para diversidade, desigualdades sociais, combate ao racismo, mas já evoluímos muito através de muita luta, debates, articulação do movimento negro que nos contemplou nesse processo de reconhecimento e inclusão social. Tivemos ainda algumas gestões governamentais

democráticas envolvidas que se fizeram presentes por meio de políticas públicas e educacionais de reconstrução que a referida lei nos possibilitou. Afinal, chegamos à promoção, ao reconhecimento e à valorização da igualdade de direitos como cidadãos formadores na construção de uma sociedade brasileira com mais equidade e igualitária.

2.5 Lócus da Pesquisa: Escola Dóris Mendes Trindade em Aquidauana-MS

Figura 1 - Município de Aquidauana – Estado de Mato Grosso do Sul.



Fonte: (IBGE, 2010)

Aquidauana foi criada no final do século XIX (1892). A história registra a data de 15 de agosto de 1892, como início do povoamento, sendo que a sua situação de criação se deu devido a preocupação governamental — dado a sua localização que ficava às margens do Pantanal mato-grossense, ou seja, à entrada do Pantanal — que tinha como objetivo manter a fronteira livre de ocupações externas de países como Paraguai e Bolívia. Assim sendo, Aquidauana é chamada de Portal do Pantanal, um dos mais belos ecossistemas do mundo.

De acordo com a história, os fazendeiros da região acabaram por invadir e fazer a ocupação especificamente na região do Pantanal, envolvendo-se com os habitantes primitivos da região, onde aconteceu a ocupação “branca” do Pantanal. As terras indígenas foram exploradas para contemplar as atividades econômicas da pecuária, sendo rentáveis para os fazendeiros.

A opção pelo nome surgiu devido a influência da cultura dos índios na região. “Segundo a toponímia Guaicuru o termo denomina rio estreito, fino. O nome “Aquidauana” aparece em mapas datados do século XVII, pelo menos 200 anos antes da fundação do povoado” (IBGE, 2015). “A opção pelo nome “Aquidauana” revela a influência da cultura indígena em várias regiões de Mato Grosso do Sul, que tem diversos municípios nominados com termos comuns a etnias indígenas”. (IBGE, 2015).

O povoamento da região ocorreu por necessidade de expansão, devido a região ser adequada a pecuária, em razão de ser um espaço geográfico que contribuía com a criação de gado. Assim, os fazendeiros resolveram criar estratégias de compras de lotes nas áreas destinadas ao povoamento, com a intenção de urbanizar a cidade de Aquidauana, sendo organizada para contemplar a política e as relações sociais que detinham o poder no final do século XIX.

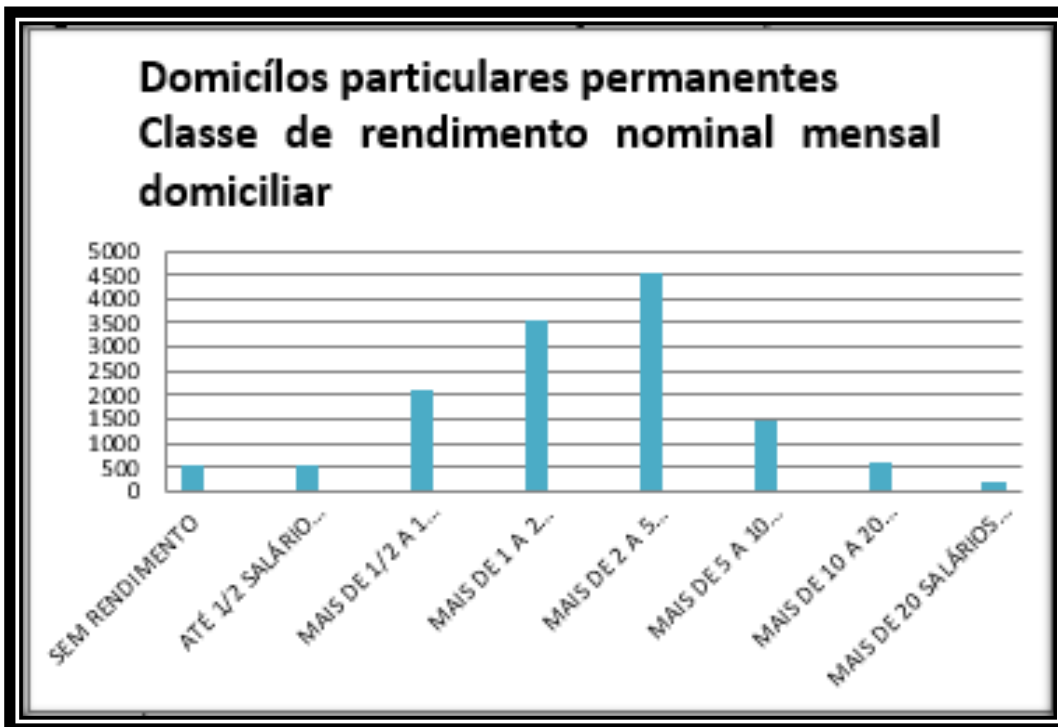
O Município de Aquidauana faz parte do Estado do Mato Grosso do Sul e possui uma extensão territorial de 17.087.021 km² (IBGE, 2020). Apresenta uma densidade populacional 2,69 habitantes por km², com uma população de aproximadamente 47.871 pessoas (IBGE, 2010). Como um município do Parque Estadual do Pantanal a cidade se destaca, pela pecuária no setor primário, com a criação de bovinos que é a principal fonte econômica da cidade, com atividades relativas à indústria e serviços e pela plantação de laranjeiras e limoeiros.

Uma das economias realizadas em Aquidauana é a comercialização da produção agrícola indígena da aldeia do Limão Verde como milho, mandioca, maxixe, feijão de corda, frutos da época como: pequi, manga banana, limão entre outros.

O IBGE (2010) nos aponta como ocorre a distribuição de renda, no município de Aquidauana Estado de Mato Grosso do Sul, realizada por domicílio para medir a renda por família que tem por base o salário mínimo, de acordo com o último censo demográfico. Essa exposição de dados sobre forma de distribuição de renda se reproduz na constituição da instituição de ensino.

Então, na Escola Municipal Dóris Mendes Trindade não é diferente, a maioria dos pais dos alunos é carente, com um rendimento salarial precário, dificultando o acompanhamento escolar de seus filhos, pois precisam trabalhar para o sustento de suas famílias, delegando grande parte da educação à escola. Nesse caso, para entendermos o rendimento do estudante na escola é preciso ter um olhar voltado para as condições financeiras de sua família. Na figura 2, demostramos os rendimentos por domicílios.

Figura 2 – Classe de rendimento domiciliar por domicílios



Fontes: Gráfico elaborado pela autora com dados do IBGE (2010)

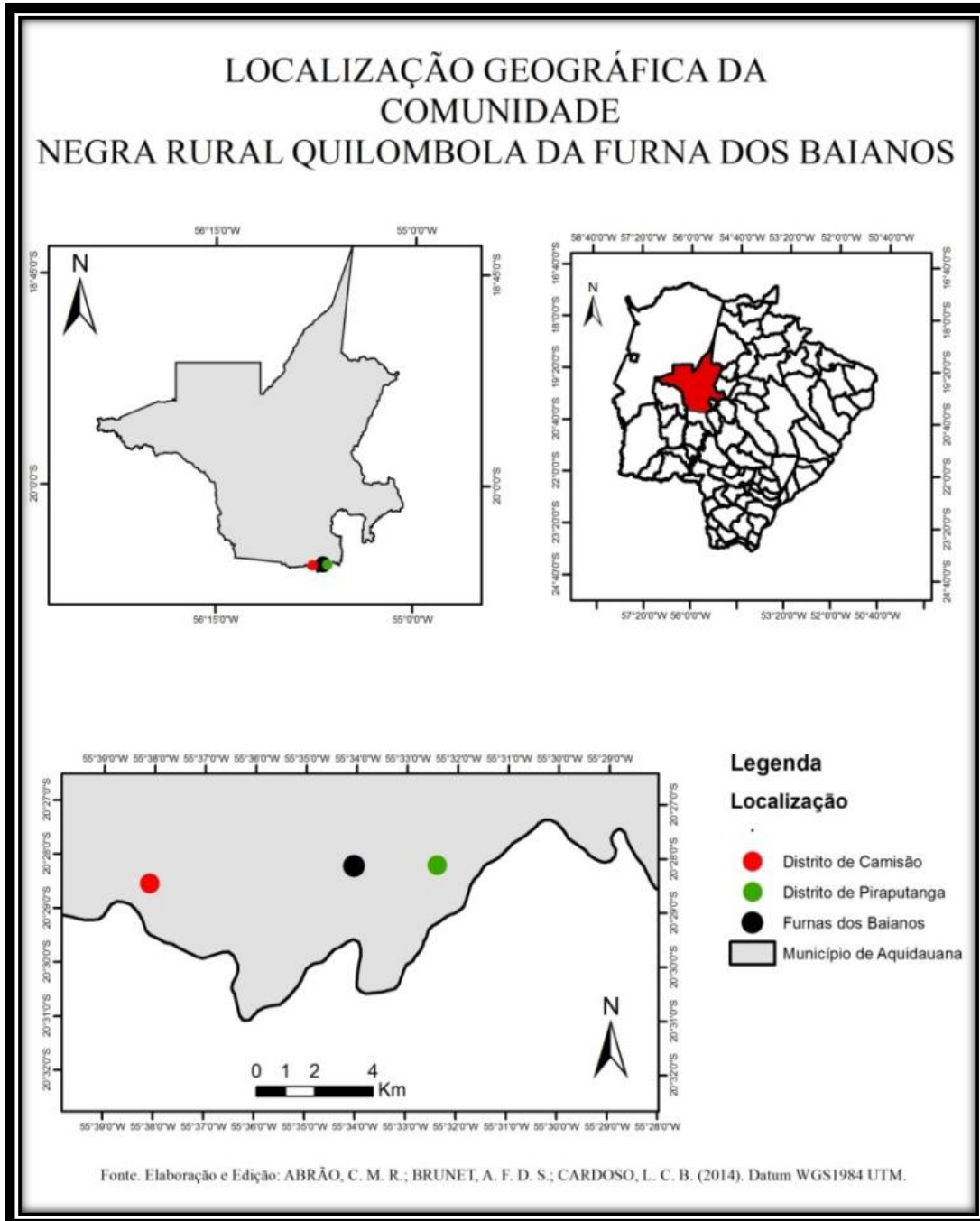
O gráfico evidencia que a soma do número de domicílios com rendimento maior que um, até cinco salários mínimos representam mais da metade dos domicílios da cidade. Observamos também os rendimentos extremos, os mais baixos, registram em torno de 8% do total de domicílios, enquanto os mais altos estão em torno de 6% do total de domicílios da referida cidade. Notamos ainda que a maior quantidade de domicílios está na faixa de mais de 2 a 5 salários totalizando 4.555 unidades residenciais ou 33,3% das residências.

Apresentamos no subitem 3.2 um pouco do contexto histórico da comunidade negra rural quilombola da Furna dos Baianos, que se compreende o surgimento dos primeiros negros no município de Aquidauana.

2.6 A Comunidade Quilombola Furna dos Baianos

No município de Aquidauana entre o distrito de Camisão e Piraputanga se destaca a Comunidade Negra Rural Quilombola Furna do Baianos proveniente da cidade de Mundo Novo - Estado da Bahia, que com sua presença contribuíram na formação da cidade. As primeiras terras ocupadas pelo povo quilombola datam de 06 de dezembro de 1952 com a chegada desses baianos ao estado-uno de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul. No entendimento de Neto (2005), os garimpeiros se apossavam das terras de propriedade particular e comercializavam em lotes para os baianos. Essas terras faziam parte da fazenda Palmar e conseguiram fazer a desapropriação das terras.

Figura 3: Localização Geográfica da Comunidade Negra Quilombola Furna dos Baianos.



Fonte: (CARDOSO, BRUNET; SOCORRO, [s/d])

O lugar tinha uma paisagem natural e favorecia a caça, em especial das antas, para delas se alimentarem. No local encontrava-se um córrego que ficava no meio das Furnas denominado córrego das Antas.



Figura 4 – Furna dos Baianos dividida pelo Córrego das Antas.

Fonte: (BRUNET, CARDOSO e SOCORRO, [s/d]).

Vários motivos contribuíram para a chegada dos baianos a Mato Grosso e sua fixação no município de Aquidauana como a qualidade das terras que eram produtivas, a possibilidade de plantação, a vegetação, o clima entre outros. Esse primeiro grupo de baianos se destacava pelo plantio da mandioca e a produção de farinha, que era a base econômica da comunidade. Também comercializavam outros produtos como arroz, milho e feijão que vendiam para Corumbá, usando o trem como meio de locomoção.

A segunda leva de baianos veio em 1960 para as Furnas dos Baianos. Compraram suas terras por meio das outras pessoas e assim o lugar foi crescendo, com a união aos primeiros baianos que chegaram a essas terras, mantendo, assim, sua sobrevivência no lugar. Em relação a esse contexto, Santos (2011, p.161) argumenta que “O espaço impõe a cada coisa um determinado feixe de relações, porque cada coisa ocupa um lugar dado”, esse espaço não é somente um lugar ocupado e favorável geograficamente, mas vai além a sua relação com a natureza, mas principalmente com o coletivo que congregava/congrega com os mesmos objetivos, valores culturais e de pertencimento a essa comunidade.

Em 1990, o trem de passageiros já não passava mais pela linha férrea que ligava essa comunidade a Corumbá, fazendo a comercialização e escoamento da produção de farinha.

Assim termina esse ciclo de economia, levando, então os jovens negros para a cidade a procura de emprego (NETO, 2005).

A criação da Associação da Comunidade Negra Rural Furna do Baianos, segundo a Fundação Cultural Palmares, foi criada no ano de 1994 e em 2004, os moradores reconhecidos como descendentes de quilombolas. Atualmente, encontram-se morando nas Furnas dos Baianos (I e II), 28 famílias, que cultivam produtos para o consumo, entre eles, feijão, mandioca, coco e milho e comercializam os excedentes. A atividade de pecuária é pouco desenvolvida, apenas algumas vacas leiteiras para consumo próprio (CARDOSO, BRUNET e SOCORRO, [s/d], p. 09)

A comunidade quilombola foi reconhecida pela Fundação Cultural de Palmares pelo Decreto Federal nº 4.887 de 20 de novembro de 2003. O interessante que foi auto definido pelo povo como quilombola, entretanto, os mais velhos não reconhecem o termo quilombola e sim baianos, porque vieram da Bahia. Os mais novos se reconhecem quilombolas, tanto que a comunidade foi reconhecida.

O processo de conquista e identificação identitária desse lugar ocupado pela população negra, deu-se por meio de muita resistência para permanecer no local e conquistarem seus direitos. Esse processo foi se construindo, sendo que as famílias vindas da Bahia chegavam ao local e compravam pequenos lotes que ficavam no mesmo espaço territorial, assim formando sua identidade como uma comunidade Quilombola. Foram se instalando e construindo suas moradias, sua sustentação econômica e dessa maneira conquistando assim seu espaço e mantendo o seus direitos.

A formação desse Quilombo foi muito importante para compreendermos a diversidade na formação do povo de Aquidauana, pois quando as principais atividades econômicas caem com o fim da linha férrea, os jovens vão para a cidade trabalhar em outras atividades que não eram mais o plantio de mandioca e produção de farinha a base econômica da população negra do Quilombo, chamada Comunidade Negra Rural Furna do Baianos.

Contexto Histórico da Escola

No dia 04 de março de 1985, o então Prefeito Municipal de Aquidauana, engenheiro Cristóvão de Albuquerque Filho doa, por meio do Decreto N° 035/85, ao Estado de Mato Grosso do Sul, a quadra de n.º 468, medindo 125m da frente aos fundos em ambos os lados, totalizando 15.625m², na cidade de Aquidauana, Bairro Santa Terezinha, para a edificação de uma Escola (DÓRIS MENDES TRINDADE, 2020).

Segundo o Projeto Político Pedagógico - PPP/2020, foi criada no Governo Wilson Barbosa Martins, por meio do Decreto N° 3530/86, de 02 de abril de 1986, a Escola Estadual de 1° e 2° graus Professora Dóris Mendes Trindade, nos moldes do Sistema Estadual de Ensino, sendo inaugurada no dia 15 de agosto de 1986, “está localizada na área urbana do Município de Aquidauana na rua: Mario Guerreiro Bairro: Santa Terezinha” (DÓRIS MENDES TRINDADE, 2020, p. 03).

A escola foi fundada com o objetivo de atender as crianças, jovens e adultos moradores das Vilas Santa Terezinha, São Pedro, Vila Popular, Conjunto Ovídio Costa I e II e Bairro da Exposição, que há muito viviam na expectativa de ter uma grande Unidade Escolar. Iniciou oferecendo o 1° e 2° graus, além do Curso Técnico em Contabilidade, almejando atender aos anseios educacionais da comunidade. (DÓRIS MENDES TRINDADE, 2020, p. 03).

O nome de Professora Dóris Mendes Trindade foi escolhido porque essa professora passou a sua vida dedicada à educação. Ela sempre almejava uma educação de qualidade, pertencia a uma família tradicional de Aquidauana e se preocupava com os problemas sociais, era politizada e se posicionava criticamente como cidadã. Se tornou uma instituição de ensino exemplar referente à adoção de políticas educacionais que contemplassem a escola, almejando formar os educandos para serem participativos, críticos e ativos, capazes de transformar a sociedade.

Após sua criação, entre 1986 a 1988, a escola teve como sua primeira diretora a professora Amélia Sampaio Ocampos, sendo a professora Balbina de Moraes a diretora adjunta. Atualmente, o diretor dessa instituição é o professor José Ramão Marinho, eleito desde 2004, sendo que quando iniciou não havia um diretor-adjunto, mas no início de 2005, com o crescimento de matrículas, foi escolhida pelo Colegiado Escolar a docente Marinete dos Santos Batista Silva, como diretora adjunta. Desde 2008, José Ramão Marinho e Marinete dos Santos Batista Silva têm sido reeleitos como diretor e diretora adjunta, respectivamente, permanecendo até hoje como diretores da escola.

A região onde se localiza a escola é periférica de classe média baixa, atendendo conjuntos e bairros que ficam em torno da instituição escolar. Os moradores da região são carentes econômica, social e culturalmente, por isso a escola oferece espaços de integração e aprendizagens, para que o educando seja capaz de construir sua própria identidade com práticas pedagógicas contextualizadas e com a participação de todos os membros da comunidade.

Portanto, a escola nos oferece a possibilidade de conhecer e compreender os projetos desenvolvidos voltados ao negro, assim me dando a oportunidade de elaborar a minha pesquisa de dissertação.

3 CAPÍTULO III CAMINHOS PARA PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DESAFIADORAS (ERER) – COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

O objetivo deste capítulo é apresentar a análise dos dados coletados, por meio de entrevistas, junto aos sujeitos da pesquisa, ou seja, os professores da Escola Estadual Professora Dóris Mendes Trindade em Aquidauana/MS. Ressaltamos que as entrevistas com esses profissionais foram vitais para se compreender como as práticas pedagógicas dos professores estão acontecendo, bem como para verificar se essas práticas têm possibilidade de contribuir com as práticas antirracistas no fazer pedagógico desses profissionais. Buscamos, neste capítulo, criar categorias de estudos que nos permitissem mostrar a organização do que está sendo realizado, reavaliando e melhorando nesse processo.

3.1 Coleta de dados

3.1.2 Proposta Pedagógica da escola

Esse documento estabelece como será desenvolvido o trabalho pedagógico na escola atendendo a necessidade da comunidade escolar, respeitando e atendendo as leis vigentes contemplando suas exigências, a começar com um olhar amplo sobre educação. Nesse contexto:

A Proposta Pedagógica da Escola Estadual Professora Dóris Mendes Trindade traz objetivos e metas a serem alcançados, bem como as ações a serem desenvolvidas para a concretização e alcance dos mesmos, desenvolvendo metodologias diferenciadas através de oficinas, simulados, projetos, pesquisa científica, serviços comunitários voluntários, grupos de danças e teatros, músicas, debates, etc.; enfim, é uma proposta voltada à criação e ao oferecimento de novas oportunidades educativas.(DÓRIS MENDES TRINDADE, 2020, p. 02).

Essa proposta vem ao encontro dos anseios dos professores e de toda a comunidade escolar para que práticas pedagógicas atendam os objetivos propostos por meio de metodologias que beneficiem as relações sociais e étnico-raciais encontradas no interior da escola. Portanto, o Projeto Político Pedagógico (PPP) em sua proposta pedagógica deve trilhar caminhos em articulação com as práticas desenvolvidas na Escola Estadual Professora Dóris Mendes Trindade e necessita, portanto, fazer parte da rotina dos professores.

Entretanto, para alcançar articulações pretendidas, é importante assegurar a execução de práticas pedagógicas, por meio de mudanças de posturas e atitudes antirracistas, com envolvimento de todos, respeitando as legislações específicas como a Lei 10.639/2003, que

torna obrigatório o ensino da história e cultura negra, estabelecendo mudanças nos currículos e conseqüentemente nos conteúdos.

A Escola Estadual Professora Dóris Mendes Trindade preocupa-se com a qualidade do ensino oferecido, bem como com o desenvolvimento das crianças e dos jovens, objetivando transformá-los em cidadãos atuantes e críticos na sociedade. Trabalha com o resgate de valores e o destaque dos mesmos, concebendo, assim, uma educação voltada para o compromisso ético-político por parte dos educadores no que diz respeito ao desenvolvimento pessoal e social dos estudantes, levando-os ao amadurecimento das relações no ambiente escolar e também, no mundo exterior à escola. (DÓRIS MENDES TRINDADE, 2020, p. 02).

A escola busca, dessa maneira, seu alinhamento em consonância com os objetivos propostos, com o envolvimento de toda a comunidade escolar, de forma democrática para a concretização das suas finalidades de maneira solidária. Procura assim garantir uma melhor qualidade da educação, construindo e reconstruindo o ensino e a aprendizagem quando for necessário, adequando-os à realidade que está inserida no seu contexto escolar, para fazer parte da transformação em uma sociedade melhor.

3.1.3 Acesso aos documentos

Meu primeiro contato com a escola foi com a diretora adjunta Marinete e com o coordenador Gilmar, este não está mais na escola e com a coordenadora Sidineis, com quem consegui registros realizados pela escola, tive acesso ao Projeto Político Pedagógico (PPP) e fotos e vídeos sobre o Projeto Consciência Negra, referente ao período de (2016 a 2019), mas isso aconteceu antes da pandemia do novo Coronavírus.

Em seguida, logo veio a pandemia, criando sérias dificuldades para a realização da coleta de dados, pois entrei em contato com o supervisor e soube que havia saído da escola, procurei os professores e fui informada que alguns haviam mudado para outra instituição de ensino.

Então, após algum tempo, consegui um retorno da direção da escola e a coordenação atual que foram muito receptivos em colaborar com a pesquisa. Consegui o contato dos professores e comecei a coleta de dados via whatsapp e e-mail, sendo esse o caminho mais fácil para desenvolver a pesquisa de dissertação.

A entrevista semiestruturada foi feita via google meet e whatsapp com professores de Filosofia, Sociologia, que ministravam as disciplinas de Geografia, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Projeteq com docentes das tecnologias. Durante o ano letivo de 2020, foram entrevistados 04 professores e a coordenadora da Escola Estadual Dóris Mendes Trindade.

Com relação ao planejamento, os professores seguem a ementa curricular disponibilizada pela Secretaria Estadual de Educação que é o currículo dividido em etapas e que irão trabalhar durante o ano inteiro na Escola Estadual Dóris Mendes Trindade.

A princípio era feito quinzenalmente e depois passou a ser mensal, via de regra para todos os professores. Além disso, também tem o planejamento anual que entregam à coordenação com a listagem dos conteúdos por disciplina, com objetivos, metodologia e formas de avaliação dos conteúdos. Além desse “planejamento anual”, os professores possuem cada um o seu caderno de planejamento com conteúdos e atividades, onde podem registrar mudanças em seu planejamento, observar o que está dando certo ou não no desenvolvimento das aulas para a partir de então, fazer modificações.

Vasconcellos (2008) nos aponta que o planejamento é uma importante ferramenta no campo educacional, pois mostra caminhos, além de organizar e colaborar com trabalho dos professores no ensino de forma sistematizada e significativa. Mostra caminhos de forma crítica, criativa e flexível, colaborando com um ensino para formação de um cidadão crítico, bem como para a construção de uma sociedade autônoma e solidária, portanto, é um recurso:

[...] que o ajude na tarefa tão urgente e essencial de transformar a prática, na direção de um ensino mais significativo, crítico, criativo e duradouro, como mediação para a construção da cidadania, na perspectiva da autonomia e da solidariedade. Que efetivamente deixe de ser visto como (unção burocrática, formalista e autoritária, e seja assumido como forma de resgate do trabalho, de superação da alienação, de reapropriação da existência) (VASCONCELLOS, 2008, p. 28).

O planejamento faz parte do processo de ensino, onde são colocados objetivos, conteúdos e metodologia que funcionam como forma de organizar sistematicamente a aula, proporcionando uma aprendizagem significativa que busca auxiliar o docente de forma mediadora, autônoma no sentido de orientar as tarefas para que ele tenha confiança e seja capaz de desenvolver seu trabalho no ensino e na aprendizagem como uma prática pedagógica transformadora e não meramente uma atividade burocrática e rotineira, de forma alienada.

Dessa forma, é uma ferramenta que contribui com a prática pedagógica docente da Escola Dóris Mendes Trindade na qual a coordenadora por ordem da Secretaria Estadual de Educação do Estado, a cada quinze dias, vista os cadernos de todos os professores da escola. Nesse momento, a coordenadora verifica se o professor desenvolve o seu planejamento de acordo com o plano quinzenal e se os conteúdos dados estão de acordo com o planejamento anual. Dessa forma, auxilia o professor a desenvolver o seu trabalho, e assim, contemplar o currículo, o plano de ensino e o fazer pedagógica do professor.

Portanto, o mais importante é verificar se o planejamento está sendo uma ferramenta de auxílio para garantir a aprendizagem. De nada adianta planejar se não houver a reflexão e a avaliação de que o planejado, foi realmente foi aprendido.

Toda essa verificação realizada pela coordenadora junto ao professor, fica sem função se não houver a reflexão de que o objetivo proposto foi alcançado. O que realmente importa no ato de planejar é saber se as estratégias de ensino foram eficazes para garantir a aprendizagem do estudante, por meio da avaliação, não só da aprendizagem, mas do ensino também.

3.2 - Análises de dados

3.2.1 Entrevistas

As entrevistas foram analisadas juntamente com os projetos realizados na escola, com o fito de observamos como as práticas pedagógicas antirracistas contribuem para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Portanto, o pesquisador “[...] pode ainda comparar as primeiras anotações com os registros feitos ao longo do estudo”. (LÜDKE, MENGA, 1986, p. 27)

A análise de documentos foi realizada com a finalidade de investigar se contemplava a Lei 10.639/2003, confirmar informações que validassem o contexto em que se encontra as práticas pedagógicas. Para tanto, partimos dos seguintes registros: O Projeto Político-Pedagógico da Escola (PPP), Projeto Consciência Negra e documentos.

O Projeto Político-Pedagógico da Escola (PPP) é um documento norteador elaborado pela escola, que tem a finalidade de orientar as práticas educacionais no decorrer do ano letivo na Escola Estadual Dóris Mendes Trindade. Ao suscitar a análise deste documento, procuramos identificar como acontecem as práticas pedagógicas antirracistas da Escola Estadual Professora Dóris Mendes Trindade, as relações étnico-raciais.

Ao analisá-lo, ficou evidente que a escola desenvolve temas ligados a Consciência Negra durante o ano e busca a transformação das pessoas envolvidas em críticas da sociedade. Desenvolve temáticas ligadas ao resgate de valores, situa os indivíduos como protagonista de sua própria história, contemplando desse modo, uma educação direcionada para o comprometimento ético-político por parte dos professores, com isso, empenha-se em esmerar as relações interpessoais e raciais no ambiente escolar e extraescolar.

A diligência desse projeto, foi com a intenção de abranger quais são as práticas pedagógicas docentes que norteiam as ações que priorizam o ensino na escola, a fim de atender o objeto da pesquisa sobre Práticas Pedagógicas antirracistas, que contribuam para o

ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Escola Estadual Professora Dóris Mendes Trindade, no Ensino Médio, no Município de Aquidauana-MS, no período entre 2016 a 2019.

Para a nossa investigação recorreremos a autores que nos auxiliaram a realizar uma análise pertinente ao tema e, com isso, alcançar os objetivos propostos. Todavia, “Quanto melhor estiverem organizados os documentos, melhor estará o trabalho em condições de ser redigido”. (GIL, 2002, p. 84).

A investigação foi feita com 08 professores dos quais dois são formados em sociologia, sendo que um deles atua em geografia também; 03 pedagogas, uma formada em Língua Portuguesa e Inglesa, a outra em matemática e a outra em história. A faixa-etária dos professores varia entre 30 e 50 anos , tendo a maioria experiência de 20 anos de profissão e mais de 05 anos de experiência na escola .

No roteiro de entrevista busquei saber se os professores conhecem a prática pedagógica sobre a temática pesquisada e se a conhecem a um bom tempo, trabalhando com os projetos na questão do negro.

A interação durante a entrevista, entre pesquisadora e entrevistados, ocorreu em um clima de respeito, tranquilidade e confiança. LÜDKE e MENGA (1986) nos afirmam que é importante ouvir e deixar as informações fluírem naturalmente, garantindo a confiança para que o pesquisado sinta-se à vontade em responder às perguntas. Esse clima de confiança é muito importante para a qualidade da pesquisa.

Os oito professores, sujeitos da pesquisa, desenvolvem suas práticas pedagógicas com estudantes do Ensino Médio, alinhadas com o currículo e o projeto político pedagógico (PPP) da instituição, em uma maneira de suprir as necessidades individuais e coletivas e atender ao propósito de privilegiar ações que contemplem metodologias singulares, a fim de facilitar a apropriação do conhecimento e da aprendizagem dentro processo educativo. A escola apresenta uma proposta de trabalho pedagógico específica para o Ensino Médio.

A pesquisa desenvolvida foi caracterizada como qualitativa, pois demanda de um estudo abrangente do local em que objeto de pesquisa está inserido, sendo assim, “Na investigação qualitativa a fonte directa de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal”. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 47).

Além das entrevistas, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de livros e artigos científicos sobre a História e Cultura Afro-Brasileira, sobre a Lei 10.639/2003 para levantamento bibliográfico e de documentos como o Projeto Político Pedagógico da escola e o Projeto Consciência Negra. Segundo Gil (2002) A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Os estudos bibliográficos contaram com autores como: Frigotto (1991), Gil (2008), Manzini (2008) e Lüdke Menga (1986), para que o embasamento teórico desse um maior aporte na análise dos dados, levar à reflexão e definir conceitos relevantes para discussão e comparação dos dados adquiridos na pesquisa de campo.

Além da pesquisa bibliográfica, foi realizada a pesquisa documental. De acordo com (GIL, 2008, p. 51) “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

A pesquisa de campo ocorreu no sistema remoto e contou com a cooperação da diretora-adjunta, a coordenação pedagógica da escola e os professores do Ensino médio. Foi realizada em um período de dez dias, pelo google meet, whatsapp e/ou e-mails, por meio de entrevistas semiestruturadas com os professores da escola, voltados as questões do negro, desenvolvidas pela escola.

Logo após as entrevistas, fizemos a análise dos documentos e projetos para identificar se as temáticas trabalhadas contemplam as práticas pedagógicas antirracistas em relação ao negro na escola Dóris Mendes Trindade, dessa forma, cumprindo com a Lei 10.639/2003.

De um modo geral, a pesquisa de campo revelou pontos relevantes para refletir sobre os impasses, as dificuldades e os avanços para o cumprimento de práticas pedagógicas antirracistas que contribuem para o cumprimento da Lei 10.639/2003 e que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na escola pesquisada.

Em linhas gerais, aprofundamos a pesquisa para análise e compreensão das práticas pedagógicas que valorizam a identidade negra, o resgate da história e a cultura afro-brasileira e africana, a partir dos relatos apresentados, das atividades realizadas e dos acontecimentos sobre as situações que envolvem as vivências das práticas pedagógicas.

Os dados das entrevistas realizadas com os professores nos revelaram com quais projetos a escola Dóris Mendes trabalhou para desenvolver práticas pedagógicas antirracistas e de acordo com eles o Projeto é trabalhado há muitos anos com o mesmo nome “Consciência Negra”, mas desenvolvido com temáticas diferentes a cada ano.

No cumprimento da ética e do sigilo, homenageamos os professores com nomes de alguns escritores negros da literatura brasileira, e pessoas negras que se destacaram, seja na luta pela igualdade racial e na área musical como: Eva Maria de Jesus, que era escrava antes de vir para Mato Grosso. Foi lavadeira, parteira, benzedeira e fundou a Comunidade Negra Tia Eva, localizada na área urbana de Campo Grande-MS, em 1905, com o que restava de um quilombo.

Nascido em Belo Horizonte, no ano de 1993, Renato Alves Menezes Barreto, o Nego Froid, é um rapper que utiliza, em versão brasileira, o seu nome artístico em homenagem a Sigmund Freud, o pai da psicanálise. Cantor e compositor, começou sua carreira no ano de 2011 e fundou o grupo de Hip Hop "Um Barril de Rap" com mais duas pessoas Sampa e Yank. O grupo foi desfeito em 2017. Hoje Froid faz carreira a solo, com músicas que têm como referência os problemas sociais e a visão dele sobre o mundo. Uma das suas músicas que se destaca é "Pseudosocial".

Destacamos também o músico José Geraldo Rodrigues o Zé Pretim, nascido em Minas Gerais, mas residente em Mato Grosso do Sul, desde 1973. É reconhecido no Brasil, sendo referência com identidade musical própria, tornando-se importante ícone cultural. Em suas apresentações musicais, agregava o blues e o caipira.

Dandara, foi outra escolhida na homenagem. É uma grande guerreira da época do Brasil colonial. Foi esposa de Zumbi dos Palmares, foi presa e suicidou-se porque não aceitava voltar à situação de escrava. Ela lutou pela igualdade das mulheres nos quilombos, tornando-se um exemplo de mulheres negras que lutam pelas condições de igualdade na sociedade brasileira.

Temos a Djamilla Ribeiro que é uma filósofa brasileira, escritora contemporânea feminista negra, que estuda sobre negros e mulheres. Uma de suas obras é o Pequeno Manual antirracista e Lugar de Fala.

Apontamos Sueli Carneiro, doutora em Educação, filósofa, escritora negra e uma grande militante no combate ao racismo. Tem uma grande atuação no movimento negro brasileiro e fundou o Geledés – Instituto da Mulher Negra. Publicou: Escritos de uma Vida (2019) e Continuo Preta (2021).

Daremos um grande destaque a uma grande intelectual, precursora nos estudos sobre a cultura negra, brasileira e escritora. Foi também filósofa e política, dando grande ênfase nas escritas sobre a Cultura Negra brasileira: Lélia Gonzales que teve importante atuação no Movimento Negro Unificado (MNU), tendo participação em sua fundação. Escreveu alguns livros como Retrato do Brasil Negro Lugar de Negro (1982), Festas populares no Brasil (1987) entre outros livros.

Outra importante personalidade negra foi Carolina Maria de Jesus, escritora, nascida em Minas Gerais. Estudou por apenas dois anos, mesmo assim, tornou-se uma das escritoras negras brasileiras mais conhecidas da década de 60. Contava, em seus livros, sobre as suas experiências vividas na favela Canindé, em São Paulo, registrando suas memórias e os acontecimentos do dia a dia, retratou a própria vida.

Dessa forma, com destaque a esses grandes pioneiros da literatura, da luta pela

igualdade das mulheres e da música afro-brasileira, homenageamos os professores que nos relataram suas experiências vividas na Escola Estadual Professora Dóris Mendes Trindade e que foram grandes colaboradores para que esta pesquisa se realizasse, concedendo-nos suas entrevistas. Nomeados com pseudônimos dos pioneiros escolhidos, apresentamos os perfis dos educadores que participaram do Projeto “Consciência Negra” desenvolvido na escola e que nos ajudaram a realizar a pesquisa.

Começaremos com o professor Froid 42 anos, formado em filosofia e sociologia, sua atuação atualmente é na disciplina de filosofia. Seu tempo de atuação na escola é de nove anos e no Ensino Médio é de quatorze anos.

Dandara é formada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em letras e habilitação em espanhol, a atua há nove anos na Educação de Jovens e Adultos Fundamental II (EJA) na escola Dóris Mendes.

Zé Pretim, é formado em geografia Licenciatura Plena e Bacharelado e tem especialização em métodos e técnicas de ensino. Sua atuação na educação acontece desde quando se formou em 1994. Na escola Dóris, atuando desde 2017, com as disciplinas de geografia e sociologia no Ensino Médio.

Sueli Carneiro é formada em matemática e, na escola, sua função é de professora da sala de informática (PROJETEC), trabalha desde 2016, no qual, faz atendimento à escola toda, desde a parte técnica até o auxílio aos professores, no desenvolvimento de projetos, em específico, o Consciência Negra.

A docente Eva é formada em Língua Portuguesa e trabalha na escola desde 2017, tendo atuado, por vários anos, em outras escolas. Na escola Dóris Mendes, sua atuação foi por 04 anos no Ensino Médio.

A professora Djamila Ribeiro tem 57 anos, possui formação acadêmica em Pedagogia e Biblioteconomia, disciplinas que ministra na escola Dóris Mendes, além de ser Coordenadora e professora no Curso técnico em Biblioteconomia (2011 a 2017). O tempo de atuação na escola: 2011 a 2017 em turmas do Ensino Médio técnico.

Lélia Gonzalez tem 46 anos, é formada em Língua Portuguesa e Literatura. Ministra aulas na escola nas disciplinas de Língua Portuguesa e Projeto de Vida. Leciona no Ensino Médio da escola desde o ano de 2001 na escola Dóris Mendes Trindade.

Carolina Maria de Jesus tem 45 anos e sua formação é em Letras/Literatura – Pedagogia – Cursando Letras/Inglês. O seu tempo de atuação na escola Dóris Mendes foi de 05 anos, sendo 02 anos no Ensino Médio.

Após as informações dos perfis dos educadores apresentamos a organização do Projeto Consciência Negra, a partir das temáticas desenvolvidas pelos professores na escola Dóris Mendes Trindade.

O projeto Consciência Negra é trabalhado há 18 anos na Escola Estadual Professora Dóris Mendes Trindade, que tem como diretor José Ramão Marinho e diretora-adjunta: Marinete dos Santos Batista Silva. É um projeto trabalhado desde a implantação da Lei 10.639/2003 e inicialmente englobava toda a escola, depois foi sendo reduzido para alguns anos do Ensino Fundamental, em algumas disciplinas. Atualmente, o projeto é desenvolvido no Ensino Médio, mas conta com participações de professores de algumas disciplinas de outros anos do Ensino Fundamental.

A respeito das práticas pedagógicas frente à lei 10.639/2003, foi realizado um levantamento dos projetos realizados na escola Dóris Mendes Trindade (2016 a 2019), com ênfase nas atividades elaboradas e produzidas pelos professores para o enriquecimento e aquisição de novos conhecimentos que favoreçam a construção de novos caminhos. Isso possibilitou-lhes rever e refletir acerca de suas práticas e propiciar discussões entre os envolvidos. Está organizado da seguinte forma:

Quadro 1:

Quais os temas trabalhados	Respostas
Professor (P1) Nego Froid	No 1º ano vestimentas e culinária brasileira 2º ano Influência da música e religiosidade da cultura brasileira e 3º ano contexto histórico do dia 20 de novembro.
Professor (P2) Dandara	Vestimentas, e culinária brasileira, religião.
Professor (P3) Zé Pretim	História e Cultura da África a questão da identidade dos estudantes.
Professor (P4) Sueli Carneiro	Desigualdades e Empoderamento das mulheres negras.
Professor(P5) Eva	Zumbi dos Palmares e Navio Negreiro navio negreiro, diáspora africana, escravizados. Biografia de pessoas negras e Orixás, intolerância religiosa.
Professor (P6) – Djamilla Ribeiro	Apresentação para o Projeto Consciência Negra! Com danças , música, coral.
Professora (p7) – Lélia Gonzalez	A história das mulheres negras navio

	negreiro, diáspora africana, escravizados.
Professor (P8) Patricia - Língua Portuguesa/ Língua Inglesa - Carolina	Culinária brasileira, personalidades que se destacam na sociedade, esportes, expressões da oralidade que influenciaram a Língua Portuguesa e costumes.
	Culinária brasileira, personalidades que se destacam na sociedade, esportes, expressões da oralidade que influenciaram a Língua Portuguesa e costumes.

Fonte: Dados da autora (2020)

Os professores (P1) Nego Froid e Dandara nos relataram que trabalharam com a temática vestimenta. Ele tratou o assunto por meio da pesquisa com seus estudantes sobre as roupas africanas. Ela abordou a temática sobre as vestimentas dos Orixás. Ambos tinham a finalidade de comparar a cultura africana com a brasileira. Vemos na Figura 5, imagem dos estudantes com a vestimenta negra.

Figura 5: Vestimenta negra



Fonte: Arquivo da escola (2015).

A professora (P2) Dandara descreve na entrevista como desenvolveu a atividade com a dança. Inicialmente, fez uma abordagem sobre a história da dança de cada país africano e seu significado para eles, comparando a música e aproveitando para mostrar as vestimentas

de cada um. Em seguida, dividia a sala em grupos e propunha que eles preparassem uma dança afro-brasileira e africana que contava um resumo da história de cada país africano que a dança e as vestimentas representavam.

Observamos que a docente levantava algumas questões para debater em sala como: alguns vestuários e danças africanos têm influência na cultura do Brasil? Ou ao invés disso, a cultura brasileira que tem influência na africana?

Outro trabalho metodológico com a temática dos vestuários foi do professor (P1) Nego Froid que desenvolveu seus temas por meio de desenhos. Ele apresentava as imagens das roupas em suas aulas, debatia em relação aos vestuários africanos para que os estudantes percebessem essa influência nas vestimentas brasileiras, como nas roupas baianas e as usadas no camdomblé. A seguir abria para o diálogo e solicitava a produção dos próprios desenhos deles.

Percebemos que o professor enfatiza o tempo todo nas suas temáticas à presença cultural negra nos nossos costumes, portanto, “O que, nesta, é situação vivenciada e contextualizada, objeto do meio ambiente, torna-se, na escola, objeto de pensamento, de discurso, de texto”. (CHARLOT, 2013, p. 43).

Constatamos também que os professores (P1) Nego Froid e Dandara (P2) trabalharam com confecções de cartazes com imagens de personalidades negras de todo o mundo para mostrar as vestimentas. Ela fazia pesquisa pela internet, abordava o assunto com os estudantes em sala, depois pedia para eles confeccionarem painéis no qual apresentavam no dia da Consciência Negra. Vejamos na imagem abaixo.

Figura 6: Imagens de personagens negras.



Fonte: Fonte: arquivo da escola (2015)

Conforme entrevista com o professor (P3) Zé Pretim de geografia ele nos contou que trabalha sobre a história e a cultura da África com objetivo de mostrar a identidade negra, como cidadão de direitos e respeito na sociedade brasileira. Segundo Gomes (2003, p.171) “A identidade negra é entendida aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro.

Observamos que o professor (P3) Zé Pretim preocupava-se em trabalhar com o resgate da história e cultura da África, de mostrar a identidade negra, seus direitos, e como vêm se superando por meio de lutas contra o racismo e as desigualdades. Segundo Munanga (2005) não podemos construir uma identidade negra alienada de exclusão, isso, não faz parte da democracia, o reconhecimento desses povos que participaram na construção da sociedade brasileira tem que estar na mesma proporção que os outros grupos étnico-raciais.

A professora da sala de tecnologia (PROJETEC) Sueli Carneiro (P4) e a Professora Lélia Gonzalez (P7) – desenvolveram seus temas ligados ao empoderamento das mulheres. A professora Sueli Carneiro (P4) relata que trabalhou com a temática sobre desigualdades e empoderamento das mulheres negras e indígenas por meio das tecnologias. A intenção era entender o nível de empoderamento dessas mulheres da escola estadual Dóris Mendes e, na realização dessa atividade, contou com a participação de uma professora de física do período noturno.

Professora Lélia Gonzalez (P7) nos descreve que trabalha com a temática sobre Histórias e resistências, como: história da rainha de angola e, justifica que desenvolve esse tema para potencializar o empoderamento de mulheres na sociedade atual.

Já a professora Sueli Carneiro (P4) descreve que fez um levantamento na própria escola do perfil de meninas e mulheres negras e indígenas, sendo que o público alvo eram as alunas mães do período noturno que tinham filhas no contraturno. Dessa forma, pode identificar as desigualdades e discriminações sofridas por essas mulheres. De acordo com Silva(1998):

Se na escola se tomasse conhecimento e se analisassem as discriminações sofridas por todas as mulheres, em particular as mulheres negras, estariam sendo combatidas injustiças e haveria possibilidade de construir novas relações entre grupos sociais distintos. Assim, a abordagem de tais questões ensinaria serem inúmeras as mulheres negras que são arrimo de família, ou que participam decisivamente de sua manutenção. (SILVA, 1998, p. [s/p])

Nesse contexto, como nos conta, ela achou importante fazer uma pesquisa de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas com algumas mulheres, pra poder compreender as discriminações sofridas e poder trabalhar com práticas pedagógicas de combate ao racismo.

Esse grupo marginalizado pela sociedade e que são detentoras de conhecimentos, tanto quanto outras e podem contribuir para uma sociedade melhor.

Em umas das atividades desenvolvidas, a professora nos contou que colocou as estudantes na frente do espelho e pediu que contassem a sua trajetória de vida, o que tinha acontecido durante as suas experiências vividas. Nesse relato, algumas experiências foram bem marcantes, outras já haviam conseguido superar alguns traumas e já se sentiam empoderadas, outras ainda se sentiam discriminadas. Esse trabalho, segundo a professora levou a muita reflexão.

Outro trabalho que a professora realizou com a temática do empoderamento da mulher negra na escola, foi a realização de palestras com ex-alunas e mulheres que saíram da escola como, por exemplo, uma professora indígena e uma convidada, moradora das furnas dos baianos, que tinha concluído o curso de direito e já tinha sido aprovada no Exame da OAB. Eram de grande relevância esses procedimentos, porque procurava mostrar as estudantes que elas eram capazes de ir além do que imaginavam, contribuindo na superação da baixa autoestima dessas mulheres.

Consideramos que a professora poderia explorar mais sobre o assunto, ter apresentado a história e cultura afro-brasileira e africana, história do empoderamento da mulher negra, para apoderar mulheres e meninas da escola, colocando os vários problemas sociais enfrentados como o machismo, a falta de oferta de trabalho e que, na maioria das vezes, são chefes de família. Conforme Silva:

Em outras palavras, a superação da invisibilidade dos grupos marginalizados pela sociedade, entre eles as mulheres negras, e o reconhecimento de seu papel de cidadãos serão valorizados e reconhecidos através da educação de todos os brasileiros, inclusive da oferecida pelas escolas (SILVA, 1998, p. [s/p])

É importante destacar a relevância de uma educação brasileira que garanta os direitos de toda a diversidade que forma o Brasil. Para que isso aconteça, é necessário ter a compreensão e o reconhecimento dos diferentes grupos étnico-raciais, isentos de discriminação e preconceitos. É importante ainda a efetivação nas escolas do conhecimento da nossa história e cultura de forma pertinente para a valorização, a representatividade e a superação das desigualdades sociais.

A professora Sueli Projetec da escola, também orientou as estudantes que fizessem a pesquisa pela internet e cada grupo ficou responsável por informações que fossem interessantes para a elas. Depois em todas as aulas de Língua Portuguesa sentavam para debater o que tinham investigado.

A professora (P5) Eva nos expôs sobre alguns dos seus temas realizados na escola, como o trabalho de biografia de vida sobre uma pessoa negra que tivesse se destacado na comunidade escolar. Assim, os estudantes escolheram a coordenadora da escola, a Sidineis e fizeram uma pesquisa de campo com ela por meio de entrevista. Foram investigar e procurar estudar tudo aquilo que ela já fez.

Outra temática que a professora Eva desenvolveu foi à questão da religiosidade. Ela nos relata que inicialmente, a ideia era trabalhar a temática Orixas por ser a denominação religiosa dela e, assim, possuía muita bagagem e informações para passar aos educandos. Então, fez o seu planejamento e foi para a sala de aula desenvolver o tema, no entanto, quando começou a aplicar a atividade, falar que os Orixás eram deuses que eram cultuados pelos africanos, colocando alguns nomes, encontrou resistência sobre o assunto. Segundo ela, essa resistência ocorreu porque, na sala de aula, tinha estudantes de diversas denominações religiosas, principalmente evangélicos, então ela resolveu rever essa temática.

A professora nos afirmou que conversou com o coordenador da época e chegaram a conclusão que não deveriam trabalhar a temática Orixás com a sala toda. Decidiram, então, mudar o tema para intolerância religiosa, para tanto, dividiram a sala em grupos, cada um ficou com uma temática diferente dentro do tema principal. Pensamos, nesse sentido, que a professora deveria trabalhar, desde a construção do planejamento, com todos os estudantes da sala, não impondo quem iria trabalhar a temática, sem antes planejar juntamente com eles a construção da temática.

Percebemos o entusiasmo dela com o tema, pois fazia parte de seu cotidiano, da sua cultura. Entretanto, entendemos que a professora deveria criar condições efetivas e adequadas para as aprendizagens dos estudantes, porque o conhecimento tem toda uma sistematização e elaboração construída historicamente pela humanidade.

Dessa maneira, poderia propiciar uma aprendizagem contextualizada com uma ampla visão de mundo dos sujeitos envolvidos. O professor deve atentar-se em não ser um mero transmissor de conhecimentos em sala de aula, com um olhar voltado apenas para as suas convicções religiosas. Deve-se trabalhar com questões que problematizem a acerca das diversas especificidades que se revelam na sala de aula. Segundo Shor, Freire (1986, p. 74), “problematizar esse material a fim de que eles e eu possamos adquirir uma avaliação sistemática sobre ele”. Ou seja, partir das vivências dos educandos na sala de aula, de modo a aproximá-los dos conteúdos, além de estimulá-los na valorização de sua história, resultando em mais criticidade e tolerância.

Na alteração do planejamento, nos relata que desenvolveu a temática Orixás explicando inicialmente que eram deuses cultuados pelos africanos e que cada um tinha uma

história, sendo muito importante na cultura e religião deles. Em seguida, deixou os alunos livres para pesquisarem e colherem informações sobre os Orixás que os negros trouxeram para o Brasil como Ogum, Oxum Iemanjá e Oxose.

Os estudantes acharam interessante pesquisar sobre a dança dos Orixás, pelo youtube. Então, acharam interessante — ao investigar vários tipos de danças africanas — um grupo teatral de São Paulo que trabalha com a dança, sem colocar a religião. O grupo faz apresentação da dança, com teatro e alegorias, que acaba se tornando um teatro musicalizado.

A professora Eva, então pediu para que eles fossem por esse norte da cultura para não ter atrito em sala de aula, e contemplaria de forma diferente as representações dos Orixás, não partiria pelo lado da religião e sim pelo lado da cultura. Logo, fizeram a culminância do trabalho com apresentação de um teatro sobre a intolerância religiosa, e montaram um vídeo. Conforme relato da professora Eva, o interesse deles era tanto em desenvolver os temas propostos que os professores pediram para a Secretaria de Educação do MS (SED) colocar no portal. Quando os estudantes viram seus trabalhos publicados no portal, ficaram com a autoestima elevada e muito contentes, principalmente, porque mostraram a seus pais.

Ainda de acordo com as análises dos dados de nossa pesquisa, no desenvolvimento do Projeto Consciência Negra constatamos que, dentre os 08 professores entrevistados, a maioria procurou abordar a temática dentro do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana antes de desenvolver os temas. Apenas, 03 foram direto para a realização das atividades, que foi o caso das professoras professores (P4) Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro(P6) e Maria Carolina de Jesus (P8). Notamos, por meio dos relatos, que essas professoras trabalharam diretamente com o desenvolvimento do Projeto e pensaram em várias atividades para a culminância do dia 20 de novembro para apresentação dos trabalhos. Entretanto, não sentimos como abordaram as temáticas em sala para essa culminância.

Mostraremos alguns trabalhos do professor (P1) Zé Pretim, dando culminância às temáticas, em conjunto com outros professores do período noturno e a participação de estudantes da Escola Estadual Professora Dóris Mendes Trindade. Essa culminância do Projeto Consciência Negra, contou com uma palestra sobre "Lutas e conquistas do negro brasileiro", com a presença da professora doutora Maria de Lourdes Silva, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems), apresentações culturais como danças, capoeira e encenação, além das barracas de comidas típicas. Conforme mostra a figura 7:

Figura 7: Racismo em tempos modernos



Fonte: arquivo da escola (2014).

O tema sobre a culinária foi desenvolvido pelos professores Nego Froid (P1) comidas típicas africanas e Dandara (P2) a história da culinária da África, com objetivo que os alunos refletissem sobre a origem dos pratos africanos. A professora Carolina Maria de Jesus (P8) desenvolveu a temática da influência negra na culinária brasileira.

As temáticas abordadas pela professora (P2) Dandara foram danças típicas, fazendo comparativos entre países africanos e o Brasil como: danças africanas têm influência na cultura do Brasil? Ou ao invés disso, a cultura brasileira que tem influência na africana?

Destacamos outro tema desenvolvido pela professora (P2) Dandara no qual trabalhava da seguinte forma: fazia uma explanação oral breve sobre a história da culinária da África, para que os alunos refletissem a respeito da origem de determinadas comidas brasileiras, fazendo com que eles reconhecessem a culinária africana. Em seguida, desenvolvia leituras com algumas receitas de pratos africanos fazendo discussões sobre o assunto.

Constatamos que a professora registrava suas atividades com fotos, vídeos, dos temas trabalhados, como mostra a figura 8:

Figura 8: Consciência Negra.



Fonte: Fonte: arquivo da escola (2016)

A professora (P5) Eva discorreu sobre o tema da dança dos Orixás e os professores consideraram que houve um interesse pelo ritmo africano por parte dos estudantes da escola. Sobre a dança africana, Silva (2005) afirma:

A dança africana tem a mais variada gama de etnias, ritos, origens e conceitos. No Brasil, temos vários legados das danças africanas, não apenas no Candomblé, no samba e na capoeira, mas também nos vários ritos e práticas do cotidiano, como: expressões de angústia, sofrimento, recordações, ânsia de liberdade, etc. (SILVA, 2005, 138).

A Professora (P6) Djamila Ribeiro por ser professora do curso técnico em biblioteconomia, trabalhava com a dança, mas nos colocou que não tinha um tema específico. Diversas outras atividades eram apresentadas somente para a culminância do Projeto Consciência Negra com: cantos, danças e coral formado com os professores, tudo relacionado ao tema do Projeto.

A professora (P8) Maria Carolina de Jesus discorreu, nos temas desenvolvidos, sobre como o dialeto da língua portuguesa era trabalhado por meio da comparação entre o falado no Brasil e o proveniente da cultura africana. Após a realização da pesquisa, os grupos expunham em forma de painel as imagens e elementos encontrados.

Constatamos que as professora (P5) Eva e Lélia Gonzales (7) desenvolveram

atividades com o poema navio negreiro, que descreve a diáspora africana. Escravizados, trazidos da África, em um barco pelo oceano Atlântico, para o Brasil, ou seja, sendo traficados, onde o autor conta as suas experiências. Vejamos um pedaço da 4ª estrofe do poema:

E ri-se a orquestra irônica, estridente...
 E da ronda fantástica a serpente
 Faz doudas espirais...
 Qual um sonho dantesco as sombras voam !...
 Gritos, ais, maldições preces ressoam !
 E ris-e sataná!...(Castro Alves)

As professoras procuram trabalhar com a temática Consciência Negra, mostrando a história dos negros no Brasil, como foram trazidos, como foram traficados, tirados de seus países e familiares e escravizados no Brasil. Dessa perspectiva, Zumbi dos Palmares significa resistência, luta pela liberdade do povo negro e os trabalhos delas se destacam, devido à importância do Zumbi dos Palmares para os afro-brasileiros e porque a data do dia 20 de novembro significa muito para o povo negro.

Na temática Zumbi dos Palmares pediram ao professor de história de filosofia, para que os ajudasse a realizar a pesquisa sobre Zumbi e o que a data do dia 20 de novembro significava, pedindo algumas sugestões ao professor.

Nesse contexto, para culminância do tema destacamos um dos trabalhos produzidos pela professora (P5) Eva que foi uma encenação chamada quebrando as correntes. Em vista disso, “constatamos que se inseria em um estratégico esforço de resgate e valorização da história e cultura afro-brasileira e africana, contribuindo, assim, para o respeito e o conhecimento dos processos históricos de resistência negra dos povos escravizados no Brasil” (GOMES; RODRIGUES, 2018, p. 936).

Os professores nos relataram também a importância de poder dialogar com os estudantes sobre o reconhecimento do povo negro na história e formação do Brasil. Como nos diz Shor e Freire (1986. p. 11) “O diálogo sela o ato de aprender, que nunca é individual, embora tenha uma dimensão individual”. Os educadores procuram mostrar por meio da história como os africanos foram trazidos, contra a sua vontade, separados de suas famílias, pelo tráfico negreiro, chegando ao Brasil contra a própria vontade e sendo escravizados.

Observamos na nossa investigação que os professores abordaram a história e cultura afro-brasileira e africana como: a cultura, culinária, religiosidade, o contexto histórico do dia 20 de novembro.

Desenvolver um projeto sobre Consciência Negra a partir de temas que levem a conscientização para os estudantes, negros, a respeito de suas raízes, cultura e história, sendo ele o próprio sujeito de sua própria história é primordial para prepará-lo como cidadão de direitos críticos para a sociedade. (Entrevista realizada com a professora Dandara, em fevereiro de 2020).

No geral, a maioria dos professores começaram as discussões a respeito da história e cultura afro-brasileira e africana na escola, desde o início do ano, a partir do momento da construção dos temas para o projeto, até a sua execução que acontece no segundo semestre, na semana da Consciência Negra. Dessa maneira, contribuíram na efetivação do currículo escolar, por meio dos conteúdos, na aplicação da Lei 10.639/2003.

A seguir colocamos um quadro em que os professores nos relatam sobre os procedimentos metodológicos utilizados nas suas experiências.

Quadro 2: Procedimentos didático-pedagógicos

Quais os procedimentos didáticos pedagógicos	Respostas
Professor (P1) –Nego Froid	Planejamento Produções de texto e desenhos, oficinas diálogos, danças, debates e discussões.
Professor (P2) - Dandara	Planejamento, projetos, formação continuada, palestras com pessoas de fora, discussões, debates, discussões, danças, oficinas, acadêmicas da UFMS
Professor (P3) Zé Pretim	Planejamento, Pesquisas, debates e discussões sobre a história e cultura da África.
Professor (P4) Professor Sueli Carneiro	Planejamento, Levantamento de dados, danças ,entrevista semiestruturapalestras com discussões, debate e diálogos.
Professor (P5) Eva	Entrevistas, Levantamento de biografia, apresentação de trabalhos, palestras, discussões, diálogos, debates eventos com danças, pesquisas de campo e internet comidas típicas, poemas, teatro.
Professora (P6) - Djamilla	Apresentação de Cantos, danças, músicas.
Professora (p7) – Lélia	A valorização, o respeito e principalmente conhecer seus direitos. Ninguém é escravo de ninguém, não se define alguém pela cor, mas sim pelo seu caráter.
Professora (p8) - Carolina - Língua Portuguesa/ Língua Inglesa	Pesquisas, debates, filmes, produções de murais, peças teatrais, produções textuais diversificadas (dissertações, poemas, prosódias etc), cartazes que divulgam o trabalho dentro das celas e ainda artesanato cultura afro-brasileira e indígena.

Fonte: Dados da autora (2020).

Como nos mostra o quadro acima a maioria dos professores colocaram que o primeiro procedimento é a partir do planejamento escolar, cinco também nos relataram que dialogavam, debatiam e faziam discussões sobre os temas a serem abordados, outros também se utilizavam de entrevistas, como as professoras Sueli Carneiro (P4) e Eva (P5), além disso, eles trabalhavam com: Produções de texto, pesquisas, levantamento de dados, desenhos, internet e oficinas.

A professora (P2) Dandara trazia palestrante de fora e acadêmicas da Universidade Federal de Aquidauana para trabalharem com temática sobre o negro. Sueli Carneiro e Petronilha trabalhavam com levantamento de dados como biografia de autores negros. A professora Eva realizava as culminâncias dos projetos com comidas típicas, poemas, teatro e a maioria dos docentes trabalhavam com músicas e danças.

Nesse sentido, a dança representava a cultura e a história negra, com suas vestimentas e religião, tendo como culminância o dia da Consciência Negra. Contudo, os professores, no início do ano, escolhiam às temáticas que iriam trabalhar como danças, músicas, palestras para a realização do evento e para isso debatiam, dialogavam antes em sala com os educandos e partiam para as pesquisas. Uma delas era na África e uma das ferramentas que utilizaram foi a internet. Entretanto, a professora Eva prefere sempre fazer a pesquisa de campo para estar mais próxima dos sujeitos e do objeto em estudo.

A professora (P8) Carolina Maria de Jesus nos relatou que utilizou de estratégias diferenciadas com os seus estudantes. O trabalho realizado por ela, dentro do Projeto “Consciência negra”, foi com atividades diversificadas como pesquisas, debates, filmes, produções de murais, peças teatrais, produções textuais, cartazes que divulgam o trabalho dentro das celas e ainda artesanato cultura afro-brasileira e indígena.

Conforme entrevistas realizadas com os professores eles declararam que não tiveram uma formação inicial e poucas continuadas sobre a questão racial e foram procurar sozinhos subsídios para poder dar aporte a seus trabalhos. O que prevaleceu foi a própria vivência do professor em relação ao desenvolvimento dos seus projetos.

Nesse sentido, seria interessante o desenvolvimento dos saberes dos professores como considera Gatti (2016, p. 167): “Na formação continuada, oferecida sob várias condições, ou procurada em vários contextos pelos próprios professores, é que estes tentam encontrar novos caminhos e mais fundamentos e meios para seu desempenho profissional”. Principalmente no que diz respeito as relações étnico-raciais.

O desenvolvimento profissional dos professores tem se constituído em objetivo de propostas educacionais que valorizam a sua formação não mais fundamentada na racionalidade técnica, que os considera como meros

executores de decisões alheias, mas em uma perspectiva que reconhece sua capacidade de decidir (CHARLOT, 2014, p. 08).

Portanto, a formação de professores faz-se necessária para rever algumas estratégias junto à própria equipe pedagógica para se ter clareza das necessidades, principalmente para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, bem como replanejar essas ações, na busca pelo aprofundamento teórico e pela superação da fragmentação do trabalho realizado na escola e na própria formação da equipe pedagógica. Essa formação inicial e continuada é necessária para contribuir com:

O desenvolvimento profissional dos professores tem se constituído em objetivo de propostas educacionais que valorizam a sua formação não mais fundamentada na racionalidade técnica, que os considera como meros executores de decisões alheias, mas em uma perspectiva que reconhece sua capacidade de decidir. Ao confrontar suas ações cotidianas com as produções teóricas, impõe-se rever suas práticas e as teorias que as informam, pesquisando a prática e produzindo novos conhecimentos para a teoria e a prática de ensinar (PIMENTA; ANASTACIO, 2002, p. 264)

Compreendemos que a formação para os professores da escola Dóris Mendes Trindade é importante no sentido de subsidiar suas práticas pedagógicas, e enriquecer os seus conhecimentos adquiridos com estudos teóricos, bem como poder confrontar o que lhe é passado na escola. Portanto, ao investigarmos os professores entendemos que é importante que o educador adquira os conhecimentos necessários sobre as relações étnico-raciais, a fim de trabalhar com práticas pedagógicas antirracistas. Nesse sentido, Gomes afirma que:

Um dos primeiros caminhos “a serem trilhados nessa direção poderá ser o da inserção, nos cursos de formação de professores e nos processos de formação em serviço, de disciplinas, debates e discussões que privilegiem a relação entre cultura e educação, numa perspectiva antropológica (GOMES, 2003, p. 169).

Em contato com os professores, eles nos colocaram que são realizadas formações no início para discutir sobre os temas a serem desenvolvidos pelas turmas, com a coordenação e a direção presentes, para a culminância do projeto no dia 20 de novembro. Essas formações no início do ano colaboram com as práticas pedagógicas dos professores, que sentiam um engajamento maior do grupo da escola, para que pudessem desenvolver o projeto Consciência Negra dentro dos temas propostos, com o apoio da coordenação e direção da escola.

As considerações que observamos durante a investigação são de que os professores precisam de formação continuada voltada a diversidade e as relações étnico-raciais, mas para que isso aconteça é preciso uma política de educação e formação, onde todos estejam engajados, Secretaria Estadual de Educação, escola e professores para que se “configure como uma política de valorização e desenvolvimento pessoal-profissional dos professores e das

instituições escolares, uma vez que supõe condições de trabalho propiciadoras da formação contínua dos professores” (PIMENTA, 2005, p. 12).

Após as observações dos procedimentos salientamos os principais objetivos que os professores nos relataram.

Quadro 3 – Objetivos pretendem alcançar

Quais objetivos pretende alcançar	Respostas
Professor (P1) – Nego Frod	Fazer com que o aluno conheça a origem e formação da nossa identidade, reconhecendo, valorizando, identificando a cultura das etnias presentes na identidade brasileira.
Professor (P2) - Dandara	Fazer com que os estudantes tenham consciência, principalmente negros, a respeito de suas raízes, cultura e história.
Professor (P3) – Zé Pretim	Resgatar a autoestima dos estudantes fazendo com que eles se reconhecer como negro (identidade).
Professor (P4)- Sueli Carneiro	Mudar atitudes e comportamentos, que envolvam os estudantes mostrando a questão do negro, fazendo ele repensar sobre o assunto.
Professor (P5)- Eva	A importância do respeito pela cultura do outro, principalmente na religião.
Professor (P6) Djamila Ribeiro	Tem a finalidade estudar as relações étnico-raciais principalmente do estado de Mato Grosso do Sul.
Professora (P7)- Lélia Gonzalez	Conscientizar e garantir uma sociedade / comunidade mais igualitária.
Professora (P8)- Carolina Maria de Jesus	Uma conscientização da comunidade ao enfrentamento do preconceito e injustiças sociais, uma compreensão do contexto social e histórico da cultura afro-brasileira e indígena do nosso país.

Fonte: Dados da autora (2020).

Destacamos que os professores apresentaram os seus objetivos propostos com práticas pedagógicas antirracistas de valorização, reconhecimento da história e cultura afro-brasileira e africana, resgate da autoestima dos estudantes, fazendo com que se sintam incluídos em uma sociedade de exclusão.

Na fala do professor (P1) Nego Froid, o objetivo em desenvolver as temáticas sobre o Projeto Consciência Negras é mostrar nos temas trabalhados a identidade negra, os direitos na sociedade brasileira e a importância de trabalhar as questões étnico-raciais para convivência. Dessa forma, poder combater o racismo, a discriminação, o preconceito e as desigualdades sociais e étnico-raciais.

É importante trabalhar com práticas pedagógicas que reconheçam que a sociedade brasileira é formada por diferentes grupos étnico-raciais, como africanos, indígenas, europeus entre outros é valorizar a cultura das etnias presentes por meio do ensino e aprendizagem.”. (Entrevista realizada com o professor Nego Froid, em dezembro de 2020).

Percebemos na fala do professor que ele trabalha com práticas pedagógicas de valorização da cultura negra. Ele desenvolve pesquisas, produções textuais, diálogo, conversas informais, além do que, está o tempo todo falando do tema do projeto, frisando a presença cultural dos costumes e comportamentos da diversidade. Segundo a professora de Língua Portuguesa, além do professor Kabelenge, os professores trabalhavam com atividades diferenciadas, com palestras com pessoas de fora da escola, para a culminância dia 20 de novembro e apresentações de trabalhos.

A professora (P2) Dandara da Educação de Jovens e Adultos nos coloca que o principal objetivo ao trabalhar o tema Consciência Negra, é fazer com que seu estudantes reconheçam a sua própria história, suas raízes, sua cultura. É compreender a contribuição histórica do tema na formação do povo brasileiro.

A professora (P8) Carolina Maria de Jesus nos coloca que a grande maioria de seus estudantes encarcerados são negros. Então, procurar realizar um trabalho de resgate e conscientização desse grupo e da comunidade escolar, ao enfrentamento do preconceito e injustiças sociais, na compreensão do contexto social e histórico da cultura afro-brasileira e indígena do nosso país.

Aprendemos por meio das entrevistas que os professores utilizam várias estratégias para realizarem as temáticas dentro do Projeto, para a compreensão em relação à africanidade e um olhar que apresenta-se por meio de suas práticas pedagógicas. Munanga (2005, p.151) afirma que “Essas e outras temáticas podem e devem ser realizadas ao longo do processo escolar e não somente nas datas comemorativas”.

A escola é um ambiente em que encontramos diferentes grupos étnico-raciais. Nesse contexto, é importante o envolvimento do professor, trabalhando com um currículo que contemplem as relações étnico-raciais, para enriquecer os saberes, de modo que os estudantes compreendam os processos históricos e culturais a que pertencem e saibam lidar com a diversidade que os cerca. Desse modo, são muitos os desafios que os professores enfrentam em sala de aula.

No quadro abaixo apresentamos as dificuldades encontradas pelos professores da Escola Estadual Professora Dóris Mendes Trindade para desenvolver o seu fazer pedagógico em sala de aula.

Quadro 4 – Desafios encontrados

Quais desafios encontrados	Respostas
Professor (P1) – Nego Froid	Trabalhar a interdisciplinaridade do tema
Professor (P2) - Dandara	Repercussões na escola e também na cidade devido aos temas.
Professor (P3)- Zé Pretim	Resistência por parte de alguns estudantes não negros a trabalhar a temática Consciência Negra.
Professor (p4)- Sueli Carneiro	Prazo pequeno para cumprir com o currículo.
Professor (P5) – Eva	A importância do respeito pela cultura do outro, principalmente na religião.
Professor (P6) – Djamilla	Buscar no aluno abordar o desafio de mudar a base de interação entre educador e aluno, envolvendo os estudantes de forma mais ativa no processo de aprendizagem.
Professora (p7) – Lélia Gonzalez	Recursos financeiros, tempo, cronograma, haja vista termos que cumprir o calendário. Então, cada professor torna-se desafiador.
Professora (p8) – Carolina Maria de Jesus.	Dentro da minha realidade pessoas com interesse em estar palestrando ou participando de debates dentro das unidades prisionais. Apesar de ter todo apoio da direção e coordenação da escola.

Fonte: dados da autora (2020).

Constatamos nas respostas do Quadro 4, algumas dificuldades, que os professores apresentaram, por meio das entrevistas realizadas, como trabalhar os temas transversais, pois não é fácil trabalhar com a temática que envolve a história e cultura negra. Nesse caso, é necessário segundo Silva (2005, p. 159) que os professores utilizem estratégias diferenciadas e que “lancem desafios para que seus alunos ampliem e/ou reformulem suas concepções prévias, incentivando-os a pesquisar, debater, trocar ideias, argumentando com ideias e dados empíricos”.

Nesse contexto, o professor (P2) Zé Pretim nos coloca que é um desafio trabalhar com interdisciplinariedade, uma vez que cada disciplina tem sua ementa própria. Neste caso, é necessário o esforço, o empenho e a dedicação de cada professor, em desenvolver atividades com os estudantes que buquem alcançar os objetivos.

A professora (P2) Dandara afirma que os desafios que enfrentam para subsidiar a ação docente são vários como, por exemplo: lançavam um tema que iria ser trabalhado dentro da cultura afro-brasileira, o tema Consciência Negra, às vezes o nome trazia um impacto bem maior do que o trabalho propriamente dito.

Segundo a professora houve várias repercussões na escola e também na cidade devido aos temas que traziam Isso ocorria porque enfrentaram alguns problemas por falta de

conhecimento sobre o assunto, pois tinham uma visão diferente da proposta da escola e também enfrentaram resistência por parte de alguns professores.

Devido a esses problemas encontrados com a sociedade, algumas vezes tentaram abafar algum tema que fossem desenvolver dentro do projeto Consciência Negra, mas a escola encontrava forças juntamente com os professores, a direção da escola, enfim, a comunidade escolar, até mesmo da sociedade e com todas aquelas pessoas que queriam que o projeto tivesse o sucesso que tem.

Os desafios encontrados pelo professor (P2) Zé Pretim de geografia é a resistência por parte de alguns estudantes não negros para trabalhar a temática Consciência Negra, com a questão do projeto ligado ao negro. Os estudantes negros que chegam com baixa autoestima, nas aulas de sociologia, as temáticas abordadas não rendem, devido ao pouco tempo de aula que tem, 01 aula de 50m com um tempo, uma vez por semana. Ainda há a falta do livro didático.

Os desafios encontrados pela professora (P4) Sueli Carneiro é o currículo fechado prescrito e ter que cumpri-lo em pouco tempo de prazo.

Os professores nos relatam que utilizavam o seguintes instrumentos de trabalho:

Quadro 5- Instrumentos utilizados.

Quais instrumentos utilizados?	Respostas
Professor – Nego Froid	- computador interativo, com projetor. - cartolinas e o mural da escola para exposição dos trabalhos. - em tempos de pandemia, utiliza-se os recursos tecnológicos como e-mail, classroom, googole meet, whatsapp, dentre outros.
Professor – Dandara	Oficinas, exposição de trabalhos, desfile, danças, fotos, vídeos, música, dança, capoeira, computadores, celulares, vídeo, produção de vídeos.
Professor – Zé Pretim	Computadores, datashow, pesquisa na internet.
Professor – Sueli Carneiro	Computadores, celulares, vídeos, produção de vídeos, redes sociais, plataformas digitais e oficinas.
Professor – Eva	Fotos, vídeos, celulares, computadores, teatro, internet
Professor – Djamilla	Livro
Professor - Lélia Gonzalez	Computador
Professor - Carolina Maria de Jesus .	Livros diversos para pesquisas, vídeos youtube, debates, filmes, roda de conversa, leituras diversas, palestras, atividades coletivas.

Fonte: Dados da autora (2020).

No Quadro 5 evidenciamos que os professores recorrem a vários instrumentos para desenvolver suas atividades em sala, para que “situem histórica e socialmente as produções de origem e/ou influência africana, no Brasil, e proponham instrumentos para que sejam analisadas e criticamente valorizadas”. (SILVA, 2005, p. 157). Também nos descreveram sobre seus instrumentos de trabalho, em que os entrevistados narraram que a maioria utilizam a internet, datashow, celulares, vídeos, utilizavam muito os recursos tecnológicos como e-mail, classroom, googole meet, whatsapp, dentre outros.

Conforme os entrevistados, o professor (P1) Negro Froid utiliza esses instrumentos porque viabilizam o acesso às pesquisas devido à praticidade, compartilhamento de informações e favorecimento na discussão e debate nos trabalhos realizados. Já a professora Nilma coloca que o uso dos celulares é importante para interagir no whatsapp com a sala de aula, passar recados sobre as oficinas e como está o andamento das atividades realizadas pelos estudantes.

O professor (P1) Negro Froid expõe que tem dificuldades em utilizar as ferramentas tecnológicas da escola, principalmente os computadores para reproduzir vídeos, para os seus educandos, principalmente no primeiro tempo das aulas, devido a demora da montagem, pois até a turma se organizar, a pessoa responsável da Projeteq montar na sala de aula, perde um bom tempo da aula.

Segundo relato dos professores a Projeteq da escola, Sueli, é a pessoa que dava suporte na montagem e utilização da parte física e técnica dos computadores para os professores, além de auxiliar na parte pedagógica, oferecendo oficinas para que aqueles pudessem aprender a utilizar as plataformas digitais como o google classroom e que hoje é muito utilizado devido a pandemia.

Quadro 6 - Transformações significativas

Transformações significativas	Respostas
Professor (P1) Nego Froid	Nas relações interpessoais, respeito ao outro, nas mudanças de comportamento.
Professor (2) Dandara	Mudanças na autoestima dos estudantes, nas relações com o outro na sala de aula, e se reconhecer como negro (identidade).
Professor (3) Zé Pretim	Melhorar a autoestima dos estudantes, melhorar a convivência em sala ao trabalhar as questões étnico-raciais
Professor(4) Sueli Carneiro	Empoderamento das alunas negras.
Professor (P5) Eva	Empoderamento, autoestima e resgate da identidade dos estudantes
Professora (6) Djamila Ribeiro	Melhoria na autoestima.
Professora (p7) Lélia Gonzalez	Era o resultado final, em desenvolver a temática da história e cultura negra para o

	Projeto Consciência Negra êxito do professor. o desenvolvimento, as escolhas, a conclusão, mérito dos alunos.
Professora (p8) Carolina Maria de Jesus.	Sim, acredito que enquanto professores tivemos mais acesso a materiais para nossa prática docente, sugestões de atividades etc.

Fonte: Dados da autora (2020).

Na opinião do professor (P3) Zé Pretim às vezes os resultados não aconteciam da forma que ele esperava, apesar de criar situações para a melhoria das relações existentes nas sala de aula. Entretanto, percebia melhoras significativas nas relações interpessoais, sociais, raciais na sala de aula e entre os próprios estudantes o resultado era muito positivo. Um exemplo disso, é quando cita sobre as brincadeiras com piadas racistas que aconteciam entre os estudantes na sala de aula, mas com o trabalho de conscientização e compreensão que faz com que esse educando entenda que essa piada é racista e machuca o outro, que discrimina o outro, sua raça, sua cor ou sua etnia. Nesse sentido:

Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra. (BRASIL, 2004c, p. 12).

Portanto, o professor (P1) Negro Froid procura criar situações para que os estudantes negros não sejam excluídos em decorrência da cor da sua pele e nem sejam ignorados por causa dos seus antepassados, contexto histórico de subalternização, terem sido explorados, escravizados.

Segundo o professor (P1) Negro Froid e (P2) Dandara é possível perceber que, ao longo dos anos, alguns comportamentos mudaram, pois há mais respeito e tolerância de uns para os outros. Hoje em dia, o que afeta as relações interpessoais dentro e fora da escola é a intolerância na questão racial e cultural, que é muito forte. A colheita dos frutos de um trabalho como esse ele não é de um dia para o outro. Os resultados de um projeto é processo a longo prazo, onde vai sendo lançada a sementinha nos corações dos estudantes, reforçando a Lei 10.639/2003 para isso.

O professor (P2) Zé Pretim nos coloca que há transformações significativas no momento em que se consegue resgatar a autoestima dos estudantes e sua identidade, para que possam ser cidadãos críticos e de direitos na sociedade brasileira.

Segundo a professora (P4) Sueli Carneiro, participar de um projeto que colabora com

as transformações sociais e raciais, promovendo práticas pedagógicas de mediação no combate ao racismo contribui muito para a ação docente.

Dessa perspectiva, ficou evidente a dedicação que os professores tiveram ao trabalhar o Projeto Consciência Negra, na Escola Estadual Professora Dóris Mendes Trindade com práticas pedagógicas que envolvam temáticas no combate ao racismo, às desigualdades, à discriminação e ao preconceito. Sentimos a preocupação com as diversidades, bem como com as relações étnico-raciais e interpessoais, encontradas no interior da escola. Esses professores buscaram várias estratégias para contribuir com a proposta da Lei 10.639/2003.

Trabalhar projetos não é trabalhar a Lei 10.639/2003, é óbvio que ela pode ser o inicial, mas à medida que o professor não consegue perceber essas relações, na medida em que não consegue ter uma formação crítica, uma formação mais sólida a respeito da temática racial, não vai conseguir ter uma postura antirracista. O que seria essa postura? Que o professor se preocupe em promover práticas que mostrem a potencialidade das pessoas negras, a contribuição do povo negro, mostre que há relações raciais no Brasil. Ela é uma pauta da sociedade brasileira como um todo, um grande equívoco que a gente precisa cada vez mais aprofundar e cada vez mais trazer a tona é que, a questão racial, não é uma pauta exclusiva do novo, é uma pauta da sociedade brasileira.

A partir da coleta e análise dos dados obtidos por meio desses instrumentos, dos documentos pesquisados e das reflexões realizadas por meio da literatura estudada, foi possível verificar como estavam acontecendo às práticas pedagógicas dos docentes da Escola Estadual Professora Dóris Mendes Trindade, de Aquidauana-MS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o objetivo geral proposto, a pesquisa analisou quais práticas pedagógicas docentes nortearam as ações que priorizaram o ensino sobre a História e Cultura Afro-brasileira, nas suas relações étnico-raciais da Escola Estadual Professora Dóris Mendes Trindade. Para isto, foi essencial identificar as práticas pedagógicas que os professores entrevistados desenvolveram e conhecê-los como sujeitos relevantes da escola, colaborando com a efetivação da Lei 10.639/2003, no ensino e na aprendizagem e dessa forma, visibilizar a contribuição do negro no processo histórico e cultural e na formação da sociedade brasileira.

O assunto estabelecido no nosso primeiro objetivo específico foi identificar práticas pedagógicas desenvolvidas pelos (o) professores (as) do Ensino Médio, em relação ao ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Identificamos que os professores utilizaram práticas diferenciadas como: a dança, a religião, os vestuários, a culinária, dentre outros trabalhados por esses profissionais, contribuindo com a cultura afro-brasileira e africana na escola, colaborando com a efetivação da Lei 10.639/2003, no ensino e na aprendizagem dos estudantes.

Verificamos os caminhos metodológicos percorridos para respaldar nossa pesquisa, que aconteceram, por meio, do Projeto Consciência Negra, da Proposta Pedagógica da escola, e das respostas das entrevistas semiestruturadas realizadas com os professores. Constatamos que eles, aplicaram diferentes metodologias relacionadas à temática sobre a Cultura e História Afro-brasileira e Africana como: discussões, debates, palestras, oficinas em sala de aula. Apresentações com danças, músicas, teatro, coral, palestrantes de fora entre outras atividades, para a culminância do Projeto “Consciência Negra”.

Os professores nos relataram que encontraram vários desafios para desenvolver a temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana, em sala de aula, tais como: resistência na escola por parte de alguns estudantes não negros em se trabalhar a temática, a baixa autoestima de alguns estudantes negros, a falta de interdisciplinaridade nas disciplinas, a falta de investimentos financeiros, a falta de um tempo maior para que cumprissem com o currículo escolar, principalmente o que contempla o negro. Para se trabalhar a temática. Os Professores narraram que há muitos desafios para subsidiar a ação docente e suas práticas pedagógicas para implementar a lei 10.639/2003.

Percebemos, durante a pesquisa, o envolvimento de toda a comunidade escolar, professores, diretores, coordenação pedagógica e estudantes, para desenvolver o Projeto Consciência Negra, sobre o qual se debruçaram desde o início do ano com a reunião pedagógica, para discutir e distribuir os temas e considerar o que deu certo ou errado no ano

anterior, corrigir os erros e superar as dificuldades para a melhoria do Projeto Consciência Negra.

A discussão sobre a história e cultura afro-brasileira e africana torna-se indispensável no contexto atual, haja vista que possibilita trabalhar durante o ano letivo e, não apenas na data do dia 20 de novembro, propiciando debater sobre raça, racismo, preconceito, subalternização, oportunidades e condições sociais, na tentativa de desconstruir ideias impregnadas ao longo da história e assim poder construir uma sociedade, onde haja a participação e a colaboração do negro na construção do nosso país.

Portanto, falar sobre a história e cultura afro-brasileira e africana, vai além de uma simples apresentação, requer um conjunto de ações para o entendimento histórico sobre esse tema. É não desenvolver a temática sobre o projeto Consciência Negra de forma fragmentada. Ao contrário, desenvolver o projeto, por meio de um processo com políticas de ações afirmativas, é um trabalho longo que levará muitos anos para possíveis transformações sociais e étnico-raciais.

A instituição escolar pesquisada foi identificada como atuante no ambiente escolar com práticas antirracistas, e que valoriza as relações étnico-raciais, procurando envolver toda a comunidade escolar, direção, coordenação pedagógica, professores para realização do projeto Consciência Negra. Desenvolve durante o ano, com culminância no dia 20 de novembro, trabalhando com diferentes temáticas divididas por grupos de professores.

Entretanto, para desenvolverem as temáticas, muitos professores nos relataram que não tiveram formação inicial e nem continuada no contexto escolar, e nem oferecido pela Secretaria Estadual de Educação (SED). Por outro lado, os momentos que tiveram para organizarem os projetos e distribuírem os temas, por grupos de professores, foram em formações pedagógicas, antes de início das aulas, outros em pequenas reuniões com a coordenadora pedagógica nos planejamentos dos professores.

No entanto, mesmo sem a fundamentação mais adequada, houve e há um trabalho significativo, sendo desenvolvido por meio do Projeto Consciência Negra pela escola Estadual Professora Dóris Mendes Trindade que nos apontou a relevância em fazer reflexões com grupo nas instituições escolares. Debater com grupos de professores, coordenação e direção acerca de estratégias que culminem em reflexão e discussões em que são traçadas as metas e os objetivos a serem alcançados para desenvolverem as temáticas do Projeto que, na voz dos professores, vem sendo desenvolvido há anos, com consciência e valorização dos professores e de toda a comunidade escolar.

É importante salientar o papel dos professores, em suas práticas pedagógicas escolares, trilhando um olhar voltado à identidade negra, fazendo articulação entre o currículo de ensino

da História e Cultura Afro-Brasileira, e a proposta do Projeto Político Pedagógico. Todavia, deve-se ofertar a formação continuada para os professores, abrindo discussões e debates sobre a história e cultura negra, privilegiando a relação entre cultura e a educação.

A pesquisa se apresentou relevante, pois retratou questões imprescindíveis para a o fortalecimento de práticas pedagógicas antirracistas na Escola Estadual Professora Dóris Mendes Trindade, no município de Aquidauana- MS, com identificação de práticas pedagógicas antirracistas e conhecimento da realização do Projeto Consciência Negra. Isso feito com temas desenvolvidos que contribuirão na organização e excelência dos trabalhos pedagógicos da escola, sendo também, uma maneira de valorizar professores e comunidade escolar. Mostrar, as peculiaridades relevantes para os envolvidos nesse processo, propiciando, trilhar trajetórias rumo a mudança e efetivação dos seus trabalhos.

Apontaremos algumas considerações dentre as particularidades observadas no decorrer da pesquisa. Primeiramente, que sejam proporcionados aos professores formações continuada a respeito do ensino e história e cultura afro-brasileira e africana, pela Secretaria de Educação do Estado do MS (SED), em conjunto com a Escola Estadual Professora Dóris Mendes Trindade. Também ficou evidente que há falta de material didático em relação a história e cultura afro-brasileira e africana, para que os professores possam ser respaldados nos seus conteúdos e desenvolverem suas aulas com segurança.

Para isso, é importante elaborar uma proposta de intervenção com formações para os professores, em que haja troca de experiências, colocando os erros e acertos, além de proporcionar materiais pedagógicos que possam subsidiar e intervir na realização do fazer pedagógico dos professores da Escola Estadual Professora Dóris Mendes Trindade. Além disso, que possam ser oferecidos momentos de formações pela Secretaria de Educação (SED) pertinentes e constantes, juntamente com a escola e não apenas nas formações pedagógicas da escola como nos apontou na pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A geografia, a África e os negros brasileiros. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

BASSO, I. S. **Significado e sentido do trabalho docente**. Cad. CEDES vol. 19 n. 44. Campinas, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 abril 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm. Acesso em: 05 março 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1. e 2 graus, e da outras providências. **Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, DF, 1971. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 02 fevereiro 2020.

BRASIL. **Lei Nº 9.394**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. 20 abril 2020.

BRASIL. **Decreto Presidencial 4.887/2003**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2003a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 30 abril 2020.

BRASIL. **Lei 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2003b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 15 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Conselho Nacional de Educação, 2004a. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 13 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP n. 3, de 10 de março de 2004** - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o

Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2004b. Disponível: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 28 junho. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF, 2004c.

BRASIL. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: SECAD, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_eticoraciais.pdf. Acesso 13 maio 2021.

BRASIL. **Lei 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 13 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília – DF. 2013. Disponível em: http://eticoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_eticoraciais.pdf. Acesso em 03 junho 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 20 junho 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 20 junho 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio – perguntas e respostas**. [2018]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso em: 23 junho 2020.

BRASIL. Instituto de Geografia e estatística - IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira** 2010. Série Estudos e pesquisas. Informação Demográfica Socioeconômica número 27. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2010/SIS_2010.pdf> Acesso em: 25 fev. 2012.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em Educação**: fundamentos, métodos e técnicas. In: *Investigação qualitativa em educação*. Portugal: Porto Editora, 1994.

CARDOSO, Larissa Cristina Brandão; BRUNET, Ana Fábria Damaceno Silva; SOCORRO,

Vicentina da Anunciação. **O Território Quilombola Furna dos Baianos em Aquidauana - MS - BR**: Como espaço de preservação da identidade e do meio ambiente. (Dissertação em Geografia) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Aquidauana, MS, ANO.

Disponível em:

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiurbana/07.pdf>. Acesso 06 maio 2021.

CATANANTE, Bartolina Ramalho & HENKIN, Rosana Monti. A Formação Docente em Gênero e Raça/Etnia e a Perspectiva de Transformação Social. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 63, p. 233-242, jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641180/8687>. Acesso em 21 de junho de 2020.

CATANANTE, Bartolina Ramalho and DIAS, Lucimar Rosa. A coordenação pedagógica a formação continuada e a diversidade étnico-racial: um desafio. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 1, p. 103-113, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/7bzpsVkpWch9vdrFpWTSxBK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 junho 2020.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2013.

Dias, Lucimar Rosa . Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial. **Revista Brasileira de Educação** v. 17 n. 51 set.-dez. 2012.

DORIS MENDES TRINDADE. **Projeto Político Pedagógico**. Aquidauana, 2020.

DIAS, Lucimar Rosa. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo. **Revista Brasileira de Educação** v. 17 n. 51 set.-dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Szxr7Z3zVNnzYxWGhWYqFbj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 13 abril 2020.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Curitiba: Ed. UFPR, n. 24, p. 213-225, 2004.

FONTINENELE, Zilfran Varela; CAVALCANTE, Maria da Paz. Práticas docentes no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. **Educação E Pesquisa**, 46, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/166362>. Acesso em: 14 julho 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire / Paulo Freire**; [tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. – São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

_____. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

_____. **Medo e Ousadia** – O Cotidiano do Professor. Tradução de Adriana Lopez; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia da esperança**. 1. ed. - Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2013.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: Fazenda, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1991.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 10. ed. - São Paulo : Cortez, 1997.

GATTI, Bernadete Angelina. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 721-737, 2017.

GATTI, Bernadete Angelina. Título do trabalho. *Revista Internacional de Formação de Professores (RIFP)*, Itapetininga, v. 1, n.2, p. 161-171, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GOMES, N. L. Educação e Identidade Negra. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, [S. l.], v. 9, p. 38–47, 2002a. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17912>. Acesso em: 24 junho 2021.

_____. **Educação e Relações Raciais: Refletindo Sobre Algumas Estratégias de Atuação**. São Paulo: Atlas, 200b2. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5669850/course/section/6059970/nilma%20gomes%20-%20texto%20b%C3%A1sico.pdf>. Acesso 25 de maio de 2021.

_____. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Maio/Jun/Jul/Ago 2003a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XknwKJnzZVFpFWG6MTDJbxc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 abril 2021.

_____. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo Crespo. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 maio 2021.

_____. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação e Sociedade**. Set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/?lang=pt>. Acesso em: 20 abril

2021.

_____. **Políticas Públicas para a Diversidade**. Sapere aude
– Belo Horizonte, v. 8, n. 15, p. 7-22, Jan./jun. 2017 – ISSN: 2177-6342.

_____. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:** uma breve discussão. Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade. – Brasília : Ministério da Educação, 2005 - Coleção para todos.

_____. Rodrigues. Tatiane Cosentino. **Resistência Democrática: A Questão Racial e a Constituição Federal de 1988**. Educ. Soc., Campinas, v. 39, n.º. 145, p.928-945, out.-dez., 2018.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

IBGE. Aquidauana: População, 2010. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/aquidauana/panorama>. Acesso em : 19/05/2021.

IBGE. Aquidauana: História, 2015. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/aquidauana/historico>. Acesso em : 19/05/2021.

IBGE. Cidades e Estado: Aquidauana, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/aquidauana.html>. Acesso em : 19/05/2021.

LOPES. Vera Neusa. Racismo, preconceito e discriminação, In: **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada, Kabengele Munanga, organizador. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (2014-2024)**. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Secretaria de Estado de Educação. Campo Grande, MS, 2014

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Tradução: Paolo Nosella. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 20 maio 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Munanga, o antropólogo que desmistificou a democracia racial no Brasil.** Jornal GGN. Lilian Milena. Xapuri Socioambiental. 22 de jun. de 2019. Disponível em: <https://www.xapuri.info/direitos-humanos/kabengele-munanga-o-antropologo-que-desmistificou-a-democracia-racial-no-brasil/>

NETO, C. J. **A Ocupação do Espaço Geográfico da Furna dos Baianos por afro-descendentes. Aquidauana** (Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, 2005.

OLIVEIRA, Alicianne Gonçalves de. BARBALHO, Alexandre. **O movimento negro no poder? O PT, o governo Lula e a SEPPIR. O público e o privado** – n.º. 23. Janeiro/Junho, 2014.

PEREIRA, Júnia Sales. Diálogos sobre o exercício da docência - recepção das leis 10.639/03 e 11.645/08. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 147-172, jan./abr. 2011a.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Educação.** Orientações para a Elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) dos Municípios (2011-2014). Versão Preliminar. Brasília, DF, set. de 2011b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9400-%20manualelaboracao-par-municipal-1114-pdf&category_slug=novembro-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24 outubro 2020.

PIMENTA, Selma Garrido. Professor-pesquisador: mitos e possibilidades. **Contrapontos** - volume 5, Itajaí, jan./abr. 2005.

PIMENTA, Selma Garrido e Anastasiou, Léa das Graças Camargos. (2002). **Docência no Ensino Superior.** São Paulo: Cortez.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Rev. Brasil Estudo Pedagógico.** (on-line). Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set. /dez, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/m6qBLvmHnCdR7RQjJVspzTq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 maio 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Milton et al (org.). **O espaço da cidadania e outras reflexões.** Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v.3). Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 123-150, maio/jun. 2018.

SILVA, G.J.; SOUZA, J.L. – Educar para a diversidade étnico-racial e cultural: Desafios de Educação Inclusiva no Brasil. **Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG**, 33 (1): 169-192, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/4256>. Acesso em: 23 janeiro 2021.

SILVA. Petronilha Beatriz Gonçalves e. “Chegou a hora de darmos a luz a nós mesmas”: Situando-nos enquanto mulheres e negras. **Cadernos CEDES**, v. 19, n. 45, p. 7-23, jul. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/G65THBDPMpVZpxsZMTw5H6K/abstract/?lang=pt>. Acesso em:

16 de setembro de 2020.

_____. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras, In: **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada, Kabengele Munanga, organizador. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, v. 30, n. 3, 14 mar. 2007. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2745>. Acesso em: 20 janeiro 2021

_____. Crianças negras entre a assimilação e a negritude. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 161-187, 2015. Disponível em:

<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1137>. Acesso em: 20 janeiro 2021.

_____. Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares **étnico-raciais no Brasil**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, novembro/ 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/RkKqjbycXDYS93kh8bNdLLs/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Ana Célia da. **A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático in Superando o Racismo na escola**. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, R.J.: Editora Vozes, 2002.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Tradução João Batista Kreuch. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico** – elementos metodológicos para elaboração e realização. (Caderno Pedagógico Libertad; v. 1). 16º ed. São Paulo: Libertad, 2002.

_____. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Libertad, 2008.

UEL. Universidade Estadual de Londrina. **PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores**. Londrina (s/d). Disponível em:

<http://www.uel.br/programas/parfor/?content=perguntasfrequent.html>. Acesso em: 20

março 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Proposta de Plano de Intervenção: uma formação construtiva

Apresentação

Apresentamos o plano de intervenção que é consequência da pesquisa concretizada no Mestrado Profissional da Universidade Estadual de Mato Grosso de Sul e tendo como objetivo uma proposta de elaboração de uma formação continuada para os professores que atuam na escola Dóris Mendes Trindade na Rede Estadual de Ensino de Aquidauana-MS.

Descrevemos nosso plano de intervenção, que é um requisito para a formação do Mestrado Profissional de Educação, mas uma oportunidade de conduzir os resultados das pesquisas feitas no campo acadêmico e incluir no ambiente escolar, dialogando entre a teoria e prática.

Este plano de intervenção nos fez percorrer caminhos a serem trilhados acerca da pesquisa, por meio da coleta e análise dos dados concretizados, e com autores que nos deram embasamento teórico, auxiliando na aquisição do conhecimento, especialmente os quais trataram sobre a temática o ensino da História e Cultura afro-brasileira e africana. Temos como objetivo nesta fase colaborar com o tema investigado e possibilitar a realização de novos conhecimentos.

A pesquisa resultou em oferecer formação continuada no contexto da instituição escolar para professores e equipe pedagógica, após apontamentos realizados mediante investigação sobre as práticas pedagógicas frente a Lei 10.639/2003.

Como nos aponta Gatti (2016. P.169) “a importância do estudo dos contextos escolares onde se dá a socialização profissional, das relações e interações por meio das quais esse trabalho essencialmente humano se realiza da dimensão temporal no processo de identificação profissional”. Em vista disso, a construção de um plano de intervenção está relacionada a realização de formação continuada desenvolvida na escola, em conjunto com os profissionais que encontram-se nessa instituição escolar, realizando seu trabalho, tendo como parâmetro a realidade do contexto escolar.

Justificativa

Os professores da escola estadual Dóris Mendes Trindade, não tiveram formações, , oferecidas pela Secretaria de Educação do Estado (SAD). Portanto, não tiveram auxílio para desenvolver a temática história e cultura negra que contribuíssem para trabalhar com práticas

pedagógicas antirracistas para desenvolverem seu trabalho frente a Lei 10.639/2003 na escola. Nesse cenário, não houve contribuição, para que os profissionais pudessem refletir sobre elas.

A partir dos resultados obtidos pela nossa pesquisa, houve a necessidade de apresentar um projeto de formação que contemple a História e Cultura negra, para subsidiar as práticas pedagógicas dos professores, baseado nas informações realizadas após a coleta de dados, observamos nas falas dos professores e coordenadora que atuam na escola estadual Dóris Mendes Trindade a importância de uma formação, nesse sentido, ofereceremos uma oficina sobre a História da África. Pois, entendemos que “ Reconhecer que a África tem história é o ponto de partida para discutir a história da diáspora negra que na historiografia dos países beneficiados pelo tráfico negreiro foi também ora negada, ora distorcida, ora falsificada” (MUNANGA, 2015, p. 28).

Objetivos Geral

Ministrar uma oficina sobre A História da África no espaço escolar: Desconstrução e Construção com novas perspectivas, pedagógicas para o ensino da História e Cultura negra.

Objetivos específicos

- Identificar a África como um continente, com suas riquezas histórica e cultural;
- Apreender a importância da África para a formação da História e Cultura brasileira;
- Sensibilizar os docentes sobre a importância de incluir a temática África, nas diferentes disciplinas proposta pelo currículo escolar;
- Abordar a forma como a cultura africana foi apresentada nas escolas ao longo do tempo.

Público alvo

Contemplamos o público alvo para esta formação que são os professores e equipe técnica pedagógica (coordenadores pedagógicos e orientadores) nos quais, atuam em conjunto na Escola Estadual Dóris Mendes Trindade em Aquidauana- MS.

Duração

Para concretizar o plano de intervenção com uma proposta de oficina sobre a História da África para a formação dos professores, não colocaremos prazo, pois pretendemos que seja contínua na escola. É importante, que os professores enriqueçam o seu fazer pedagógico, saber lidar com diferentes situações de aprendizagens que vão aparecendo no dia a dia da sala de aula “Considera-se que o estudo acerca das diferentes formas de apropriação é útil para compreender os movimentos pelos quais os saberes pedagógicos ou a formação docente são incorporados, nas diferentes situações, pelos professores de forma geral”. (DIAS, 2012, p.663).

É relevante formações continuadas para contribuir com o conhecimento dos professores comprometidos com e na discussão de questões de interesse geral, sendo capazes de reconhecer e valorizar visões de mundo, experiências históricas, contribuições dos diferentes povos que têm formado a nação”(SILVA, 2007, p.490).

Portanto, é importante que haja uma formação constante, para que os sujeitos participantes tenham um período e momento de reflexão interiorizando os novos conhecimentos e possam apoderar-se deles, agregando em suas práticas pedagógicas, o que se sucederá por meio de discussões e diálogos, reivindicando assim, um tempo maior para expor as suas experiências.

Metodologia

Elencamos algumas ações como sugestões que podem ser desenvolvidas pelos professores da escola Dóris Mendes Trindade, contribuindo como um novo olhar sobre as suas ações pedagógicas, compreender sobre a História da África, que ela é um continente que possui riqueza cultural, e que contribuiu com a formação do povo brasileiro. A nossa intenção é propor ações que promovam desconstruções e construções de professores sobre suas práticas pedagógicas relacionadas a cultura africana.

Iniciaremos como uma conversa informal pedindo para que a sala se organize em círculo, logo após, farei questionamentos sobre a África, se alguém sabe onde se localiza. Em seguida apresentaremos diferentes mapas da África: atual, e o antigo da

época do imperialismo europeu, que se dividia em diversas línguas, mas tinha proveniência do mesmo lugar chamado de troco linguístico, e a as etnias que eram divididas em grupos 40 minutos. Abriremos para discussões 15 minutos.

Logo após a explanação e discussões, apresentaremos dois vídeos, um com duração de 06m e 25s que conta sobre o povo negro, cultura, economia e as diferentes etnias que vieram para o Brasil escravizados, tendo recebido cerca de 40% da população negra oriunda da África, como Bantos, Guinenos- Sudaneses- Mulçumanos e os Suldanese que vieram como mão-de obra, em cana-de açúcar no Nordeste, com ouro em Minas Gerais, entre outras atividades atribuídas ao trabalho, e que contribuiu com a formação histórica e cultural do Brasil.

Referente ao outro vídeo de 05m e 15 aborda as Influências africanas na cultura brasileira, fala da diversidade cultural da Africana sobre o Brasil, a contribuição dos africanos na cultura brasileira, como na dança, culinária, música, religião, vocabulário.

O momento envolverá discussões e abordagens que, a partir dos vídeos iremos debater sobre as fortes influências dos africanos para a cultura, história e formação do povo brasileiro e como a temática é abordada na escola com 40 minutos para debates..

Observações: Abaixo, os vídeos que serão transmitidos:

1 - [Os Africanos - Raízes do Brasil #3](#)

<https://www.youtube.com/watch?v=fGUFwFYx46s>

2 – as Influências africanas na cultura brasileira

<https://www.youtube.com/watch?v=tayXLCZaLTc>

5. CRONOGRAMA

ATIVIDADES	2020	2019
Escrita do Projeto de Intervenção	Novembro	
Aplicação da Intervenção		Novembro
Defesa da Dissertação		Dezembro

Referências

DIAS, Lucimar Rosa. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo. **Revista Brasileira de Educação** v. 17 n. 51 set.-dez. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Szxr7Z3zVNnzYxWGhWYqFbj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 13 abril 2020.

GATTI, Bernadete Angelina. Revista Internacional de Formação de Professores (RIFP), Itapetininga, v. 1, n.2, p. 161-171, 2016.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

SILVA Petronilha B. G. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada

Título da Dissertação: AS PRÁTICAS EDUCATIVAS FRENTE À IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NA ESCOLA ESTADUAL DÓRIS MENDES TRINDADE NO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA-MS

Acadêmica: Luciane Toledo Monteiro

Orientadora: Profa. Dra. Bartolina Ramalho Catanante

Curso: Mestrado Profissional em Educação-UEMS

a) Identificação dos sujeitos com intenção de obter Informações objetivas:

Idade: _____ sexo: _____

Formação acadêmica: _____

Disciplinas que ministra na escola: _____

Tempo de atuação em turmas do ensino médio: _____

Tempo de atuação na escola: _____

Professor (a) efetivo (a) () contratado (a) ()

b) Questões da pesquisa

1. Com quais projetos no ensino médio trabalha para desenvolver práticas pedagógicas voltadas aos conhecimentos culturais e científicos produzidos pelos grupos étnico-raciais, especialmente negros na escola estadual Dóris Mendes Trindade com a implementação da Lei 10.639/2003.
2. Que estratégias são realizadas através dos projetos desenvolvidos pela escola Estadual Dóris Mendes que priorizam os alunos do ensino médio nas relações sociais estabelecidas no interior da escola com o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no combate ao racismo, discriminação e na melhoria das relações sociais e étnico-raciais no âmbito escolar.
3. Qual objetivo se pretende alcançar com os conhecimentos culturais e científicos produzidos pelos grupos étnico-raciais, na escola estadual Dóris Mendes Trindade com a implementação da Lei 10.639/2003 e 11.645/2008.

4 - Na temática sobre o ensino da História e cultura afro-brasileira e indígena quais desafios encontram, para subsidiar a ação docente e a prática pedagógica na Escola Estadual Dóris Mendes Trindade;

5 - A escola contempla em seus referenciais curriculares os conteúdos sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena atendendo as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

6- Houve transformações significativas em relação as suas práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula com projetos desenvolvidos com o ensino da História Afro-Brasileira e Indígena contribuindo nas relações sociais, étnico-racial no ambiente escolar.

C. Informações acerca dos instrumentos de trabalho do professor.

7. No que diz respeito a sua prática docente quais instrumentos você utiliza para preparar e ministrar as suas aulas?

8. Por que utiliza esses instrumentos?

9. Você teve uma formação inicial acadêmica que contribuiu para trabalhar com o tema sobre o ensino da História e cultura Afro-brasileira e indígena?

APÊNDICE C – Entrevista semiestruturada com o coordenador pedagógico

Informações do entrevistado:

Quantidade de professores responsável: _____

Quantidade de turmas que atende: _____

1 – A quanto tempo atua como coordenadora ?

2 – Com quais anos do ensino médio você trabalha como coordenadora? O que contribuiu neste processo?

3 – Sua formação inicial contribui para subsidiar os professores referentes as práticas pedagógicas desenvolvidas em relação ao ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena?

4 – Você participa de formação continuada como coordenador pedagógico oferecidas pela Secretariade Educação, MS, (SED)?

✓ Através das plataformas digitais

✓ Na escola

✓ Na SED

✓ Outros

✓

5 – Nos aponte os conhecimentos abordados nos encontro de formação continuada e se contemplam o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena para que possa ajudar o professor no seu trabalho pedagógico ?

6– Como coordenadora na escola, quais ações desenvolve para contribuir com as práticas pedagógicas dos professores ? Quais desafios são encontradas?

7– Nos aponte de que forma o Coordenador pedagógico pode auxiliar o docente na formação dentro da escola ?

8– o que você gostaria que melhorasse pela Secretaria de Estado de Educação sobre a formação contínuada referente ao ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena

APÊNDICE D: CARTA DE APRESENTAÇÃO

Vimos por meio desta, apresentar à acadêmica **Luciane Toledo Monteiro**, regularmente matriculada no Mestrado Profissional em Educação, da Unidade Universitária de Campo Grande. A referida acadêmica está desenvolvendo pesquisa para fins de trabalho de Dissertação do Mestrado com o seguinte tema: **“As Práticas Pedagógicas Frente à Implementação da Lei 10.639/2003 Na Escola Estadual Dóris Mendes Trindade No Município de Aquidauana-MS (2016-2019)”** sob orientação da Profa. Dra. Bartolina Ramalho Catanante. O Objetivo da pesquisa é: Levantar quais práticas pedagógicas docentes norteiam as ações que priorizam o ensino sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana com professores do Ensino Médio da escola estadual Dóris Mendes Trindade.

Desta forma, agradecemos toda colaboração que puder ser oferecida à acadêmica apresentada, no sentido de permitir o acesso às dependências físicas da escola e acesso ao corpo docente que forem necessários para o desenvolvimento de sua pesquisa nesta Escola.

Esperando contar com a colaboração de Vossa Senhoria colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessária.

Atenciosamente,

Campo Grande – MS, 23 de abril de 2020.

Coordenadora Profa. Dra. Erika Porceli Alaniz
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* MESTRADO
PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

Ao responsável pela Escola Estadual Dóris Mendes Trindade

Av. Dom Antônio Barbosa, 4155-CEP: 79115- 898- Santo Amaro- Campo Grande / MS. Tel. (0xx) 67-

APÊNDICE E: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) _____ para participar da Pesquisa sobre a “As Práticas Educativas Frente à Implementação da Lei 10.639/2003 Na Escola Estadual Dóris Mendes Trindade no Município de Aquidauana-MS (2016-2019)”, sob a responsabilidade da pesquisadora Luciane Toledo Monteiro com a finalidade de compreender quais práticas pedagógicas contribuem efetivamente com o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Escola Estadual Dóris Mendes Trindade no Ensino Médio. O objetivo é levantar quais práticas pedagógicas docentes norteiam as ações que priorizam o ensino nessa escola, a fim de auxiliar os docentes, com futuras intervenções nesse processo.

Sobre o consentimento:

Sua participação é voluntária totalmente anônima e se dará por meio de um roteiro de entrevista semiestruturado que será realizado através de gravação de áudio. Se o (a) Sr(a) aceitar participar da presente pesquisa permitirá que se evidencie o desenvolvimento pedagógico do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na escola estadual Dóris Mendes Trindade no município de Aquidauana-MS, concebendo o benefício, conforme o item III, do art. 2º, no capítulo I da Resolução 510/16, de contribuir para as atuais ou potenciais da pesquisa para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Portanto, sua participação contribuirá, para a produção científica a respeito dos temas que envolvem o ensino de Arte no contexto das escolas especiais, visando avanços no que diz respeito ao ensino e aprendizagem da pessoa com deficiência.

Não será divulgado a terceiros qualquer informação quanto à identidade do entrevistado, o sigilo sobre as informações coletadas será respeitado. Quando terminarmos a pesquisa, ela será divulgada na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, principalmente, por meio da elaboração de uma dissertação.

Se depois de consentir sua participação na pesquisa o (a) Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo sem prejuízo a sua pessoa. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade será sempre mantida em sigilo.

O pesquisador durante os procedimentos fará as devidas anotações, em caderno próprio, dos fatos que observar relevante para a pesquisa. As anotações servirão apenas para o mestrando como fonte de produção para posterior análise dos dados. Essas anotações poderão

ser solicitadas pelos senhores, bem como quaisquer dados relativos ao procedimento, a qualquer momento durante a pesquisa, até a data de apresentação da dissertação do pesquisador, que está prevista para março de 2021.

- Sobre riscos em potencial:

Conforme previsto no art.18 da Resolução CNS nº 510 de 2016, nos projetos de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, entende-se que os procedimentos metodológicos podem causar danos maiores ao participante do que os existentes na vida cotidiana, em consonância com o caráter processual e dialogal dessas pesquisas. Assim sendo, entende-se que na presente pesquisa corre-se o risco do participante sentir cansaço ou constrangimento, estando o pesquisador à disposição para interromper a pesquisa e retomar em um melhor momento.

- Demais considerações:

Conforme o item V, art. 2º, no capítulo1, da Resolução 510/16, que versa sobre consentimento livre e esclarecido, entende a anuência do participante da pesquisa ou de seu representante legal, livre de simulação, fraude, erro ou intimidação, após esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, sua justificativa, seus objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos. Assim sendo, antes de assinar este termo, o (a) Senhor (a) deve realizar todas as perguntas que achar necessário para que não haja dúvidas sobre qualquer aspecto da pesquisa.

Este termo será impresso em duas vias, o (a) senhor (a) receberá uma cópia assinada pelo mestrando pesquisador.

Para sanar dúvidas a respeito da Ética na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética com Seres Humanos da UEMS, fone: (67) 3902-2699 ou cesh@uems.br.

Eu, _____,
 declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, que me sinto perfeitamente esclarecido (a) sobre o conteúdo da mesma e aceito participar da pesquisa “As Práticas Educativas Frente à Implementação da Lei 10.639/2003 Na Escola Estadual Dóris Mendes Trindade no Município de Aquidauana-MS (2016-2019)”, onde a pesquisadora Luciane Toledo Monteiro me explicou como ocorrerá toda a pesquisa de forma clara e objetiva.

Campo Grande, MS _____ de _____ 2020.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Participante da Pesquisa

Nome completo do pesquisador: Luciane Toledo Monteiro

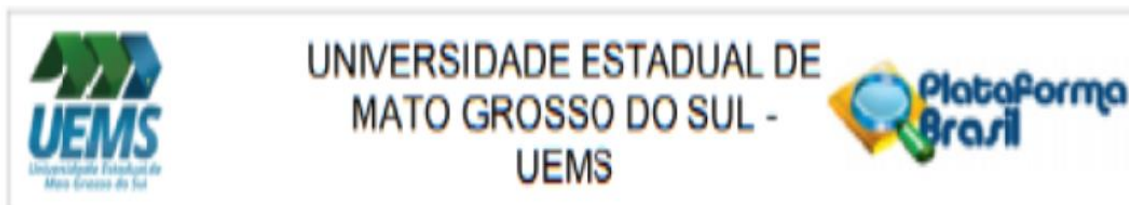
Telefone para contato: (67) 99277-4734

E-mail:

lucianetoledo12@gmail.com

Para sanar dúvidas a respeito da Ética na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética com Seres Humanos da UEMS, fone: 3902-2699 ou cesh@uems.br.

APÊNDICE F: PARECER CONEP



Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1532423.pdf	16/09/2020 18:51:41		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoLuciane.docx	16/09/2020 18:50:50	LUCIANE TOLEDO MONTEIRO	Aceito
Parecer Anterior	Parecer.docx	04/06/2020 16:47:55	LUCIANE TOLEDO MONTEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RegistrodConsentimento.docx	04/06/2020 16:44:58	LUCIANE TOLEDO MONTEIRO	Aceito
Outros	Roteirodeentrevista.docx	04/06/2020 16:41:01	LUCIANE TOLEDO MONTEIRO	Aceito
Outros	Autorizaodaescola.pdf	04/06/2020 16:36:26	LUCIANE TOLEDO MONTEIRO	Aceito
Outros	AutorizaodaSecretariadeeducacao.pdf	04/06/2020 16:35:28	LUCIANE TOLEDO MONTEIRO	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	04/06/2020 16:31:18	LUCIANE TOLEDO MONTEIRO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

DOURADOS, 08 de Outubro de 2020

Assinado por:
Márcia Maria de Medeiros

